



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 51<sup>a</sup> reunião, realizada em 25 de outubro de 2019**

1 Em 25 de outubro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na  
3 sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da  
6 SEMAD. Representantes do poder público: Daniel Rennó Tenenwurcel, da  
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica  
8 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Aline  
9 Fernandes Parreira, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento  
10 Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento  
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do  
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
13 (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM).  
14 Representantes da sociedade civil: João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro  
15 de Mineração (Ibram); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria  
16 Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana Aparecida Garcia, da  
17 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas  
18 Gerais (Federaminas); Lício Guerra Júnior, do Fórum Nacional da Sociedade  
19 Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Evandro Carrusca de  
20 Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-  
21 MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de Engenharia e  
22 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
23 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
24 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 51<sup>a</sup> reunião da  
25 Câmara de Atividades Minerárias. “Eu quero agradecer ao Paulo, da Codemig,  
26 por nos ceder o espaço. Muito obrigado. Nós fomos notificados em relação à  
27 possibilidade da reunião na Supram Central, com a capacidade apenas de 40  
28 pessoas. Todos sabem que a rodoviária está em reforma, e nós conseguimos  
29 aqui, graças à Codemig, este espaço para fazer a nossa reunião. Assim, eu  
30 agradeço ao Paulo.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu queria receber  
31 com carinho o seu agradecimento e dizer que é em nome da Codemig, foi o  
32 presidente que nos apoiou. Espero que vocês gostem deste espaço.”  
33 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós vamos apresentar um vídeo  
34 institucional do IGAM. A partir de agora, toda solicitação de análise e decisão  
35 dos processos de outorga de uso de água passam a ser 100% em meio  
36 eletrônico. A medida, que passou a valer a partir da publicação da Portaria 48,  
37 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, no último dia 5 de outubro, elimina a

38 necessidade de deslocamento até as Superintendências Regionais de Meio  
39 Ambiente e de protocolo de documentação física, tornando o processo mais ágil  
40 e eficiente. Com a implementação do sistema on-line, toda requisição de  
41 outorga, todo o processo será realizado por meio do Sistema Eletrônico de  
42 Informação (SEI-MG). Os novos formulários e documentos de apoio e demais  
43 orientações encontram-se disponíveis no site [www.igam.mg.gov.br/outorga](http://www.igam.mg.gov.br/outorga), e as  
44 dúvidas podem ser esclarecidas por meio do telefone 155. Então nós vamos  
45 passar o vídeo institucional.” \*Feita exibição de vídeo institucional. Anderson  
Silva de Aguilar/SEMAD: “Em breve, nós vamos lançar também um sistema de  
47 licenciamento totalmente digital para acabar também com 100% do papel no  
48 processo de licenciamento. E no terceiro momento os processos de supressão  
49 de vegetação vão seguir também na mesma linha. E isso vai trazer maior  
50 transparência ao processo e maior acesso a todos. Essa é uma primeira das  
51 novidades do mês de outubro. Neste mês ainda, teremos um lançamento a ser  
52 feito. E ainda até o final do ano pretendemos acabar com processos em meio de  
53 papel. E lembrando que o processo, além de ter o protocolo, é feita uma  
54 etiqueta que precisa imprimir com código de barra e numeração, tem a pasta, a  
55 caixa, o local em que fica armazenado, e isso ocupa um espaço imenso dentro  
56 da Secretaria, dentro das repartições públicas, as unidades regionais do IGAM e  
57 também as unidades regionais no IEF e também da SEMAD. Nós vamos  
58 ganhar, além da agilidade, espaço físico para o melhor arranjo físico das nossas  
59 repartições públicas. E, claro, quem ganha, principalmente, é a sociedade, por  
60 ter um processo eletrônico, não precisar fazer deslocamento até as unidades  
61 regionais e fazer o acompanhamento de forma digital. Convido a todos para  
62 entrar, conhecer a ferramenta, conhecer o processo eletrônico. Além desse  
63 vídeo, nós temos um outro material, publicado nos nossos canais de internet, e  
64 em breve teremos mais notícias sobre o assunto.” Presidente Yuri Rafael de  
Oliveira Trovão: “Agradeço ao Anderson, dou parabéns, principalmente, ao  
66 secretário em relação ao dinamismo que foi. Eu sou servidor efetivo desde  
67 2006. Esse era um anseio nosso. Os colegas advogados sabem que o TJ já  
68 trabalha isso há mais tempo, a Secretaria da Fazenda, e nós continuávamos  
69 com papel. Assim, agora estamos subindo mais esse degrau, calcando agora  
70 pela atividade toda em meio on-line, eliminando o papel.” **3) COMUNICADOS**  
**DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Lúcio Guerra  
Júnior: “Eu vou trazer um assunto que nas últimas duas reuniões foi falado, que  
73 é em relação aos servidores do Estado, tanto em nível estadual, federal e agora  
74 até do Ministério do Meio Ambiente. Denúncias que foram feitas, por esses  
75 servidores, de assédio, pressão das mineradoras, dos empreendedores,  
76 solicitação para não fiscalizar, para mudar condicionantes. Isso foi falado na  
77 última reunião. Não vou entrar em detalhe de novo. Mas é uma carta a que nós  
78 tivemos acesso agora, em relação ao Ministério do Meio Ambiente, que é mais  
79 ou menos no mesmo sentido dos servidores estaduais que fizeram a denúncia e  
80 dos servidores federais também, da parte do Ibama, do ICMBio. ‘A diretoria da

81 Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente está reunida agora.  
82 Esta é a nossa posição sobre o desastre relacionado ao óleo do Nordeste. Seria  
83 bom que esta mensagem pudesse ser compartilhada. Esse episódio de  
84 derramamento de óleo nos Estados do Nordeste é sintomático do que virou o  
85 MMA. Um órgão sem gestão, sem planejamento estratégico, no qual as  
86 prioridades são reflexos dos desejos particulares dos dirigentes superiores. Um  
87 órgão totalmente centralizado, onde os dirigentes não compartilham decisões  
88 com o corpo técnico, imperando a informalidade no trânsito das informações e  
89 planejamento de ações constitucionais. Um órgão esvaziado, que não mais atua  
90 como órgão central do Sisnama e não mantém relação saudável com os demais  
91 entes federativos, muito menos com a sociedade civil. Um órgão que  
92 desconhece suas atribuições e os instrumentos legais e operacionais para o  
93 cumprimento das políticas ambientais. Um órgão onde os servidores são  
94 silenciados e o conhecimento técnico não é levado em conta. Por isso, os  
95 servidores pedem socorro.' Então fazendo jus aqui que, desde 2008, os  
96 servidores da Supram de Diamantina fizeram denúncia, e está em apuração  
97 inquérito no Ministério Público. Outro assunto que eu gostaria de chamar  
98 atenção. Não era do meu conhecimento essa ação, da 'Repórter Brasil', uma  
99 reportagem agora do dia 17/10. 'Ações judiciais garantem a liberdade de  
100 imprensa'. A reportagem se refere: 'A Vale ditou regras para simplificar  
101 licenciamento ambiental em Minas Gerais'. Essa reportagem foi veiculada em  
102 22/2/2017. O servidor estadual envolvido nessa denúncia pediu para retirar do  
103 ar, e o juiz falou que não cabia tirar essa reportagem do ar porque não dizia  
104 respeito a ele e, na verdade, era de interesse, eminentemente, investigativo e  
105 público. E a denúncia fala: 'A investigação revelou, com exclusividade, que  
106 diretores da mineradora Vale se reuniram a portas fechadas com  
107 representantes da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
108 de Minas Gerais para pedir mudanças no processo de concessão de licenças  
109 ambientais. As sugestões feitas pelos funcionários da Vale, em encontro em  
110 outubro de 2014, foram adotadas três anos depois, quando o governo de Minas,  
111 sob o comando de Fernando Pimentel, simplificou o licenciamento ambiental no  
112 Estado, medidas que terminaram por facilitar o licenciamento da barragem que  
113 se rompeu em Brumadinho.' Então eu queria chamar essa atenção para o caos  
114 que temos vivido, ultimamente, no Estado, principalmente desses dois  
115 rompimentos. Porque até então 'estava tudo normal, tudo correndo a mil  
116 maravilhas'. Mas de uma hora para outra precisa evacuar ali, alerta aqui, sirene  
117 tocando em várias barragens no Estado. E agora, também nesse sentido, um  
118 informativo da Vale, de 21 de outubro. Foi elevado o nível de alerta de Itabiruçu  
119 e na barragem acho que de Santana para o nível 1. E uma barragem também  
120 que passou aqui recentemente pelo alteamento e que, no nosso modo de ver –  
121 inclusive, está no processo –, com várias irregularidades na concessão desse  
122 alteamento. E pelo que parece está aqui vindo à tona, de novo, reconhecido,  
123 inclusive, pela Vale. E agora, mais recente ainda, tendo a ver com isso que eu

124 venho trazendo aqui, sobre o que tem acontecido no licenciamento ambiental de  
125 Minas Gerais, provocando tragédias e insegurança na vida das pessoas, mais  
126 precisamente em relação às barragens do Estado. Agora, dia 23, saiu um  
127 relatório da Controladoria Geral do Estado. Pela primeira vez, o Estado de  
128 Minas reconhece falhas nas licenças da Vale. Na reportagem fala que foi  
129 verificada regularização parcial da barragem, isso mais especificamente sobre a  
130 barragem de Brumadinho. ‘Passou por seis processos de alteamento, mas  
131 nunca correspondeu completamente à legislação vigente no período. Mesmo  
132 sem responder às exigências, a Vale conseguiu obter suas licenças e nem  
133 sequer foi multada e obrigada a assinar um TAC. Por essas práticas,  
134 demonstraram uma análise técnica prejudicada, visto que havia ausência de  
135 informações reveladas para subsidiar a tomada de decisão das instâncias  
136 julgadoras do processo.’ No caso, nós aqui, conselheiros. ‘A SEMAD não teria  
137 exigido todos os documentos necessários no processo. O relatório diz da  
138 qualificação de causa e efeito do ocorrido em relação a todo o processo e ao  
139 que ocorreu pelo licenciamento.’ A SEMAD fala, da parte dela, que os fatos  
140 estão sendo averiguados pelos órgãos competentes e em articulação com o  
141 Executivo e o Ministério Público Estadual. E a Vale fala que o licenciamento da  
142 barragem estava em condição regular. ‘A empresa sempre cumpriu as  
143 obrigações legais exigidas pelo órgão ambiental.’ Pode ser até que sim, que  
144 cumpriu, apesar de que uma acareação deveria ser feita, por que a  
145 Controladoria Geral do Estado fala que não cumpriu os processos e que faltou  
146 documento apresentado. E de certa forma era com passe livre também junto  
147 com o governo, igual outra reportagem fala, para fazer alterações de leis, igual  
148 foram feitas. E de certa forma nós estamos aqui com o que ocorreu desses  
149 licenciamentos todos. Então é essa mensagem que eu gostaria de trazer para  
150 os conselheiros e para todos os presentes aqui do momento que nós estamos  
151 vivendo em Minas Gerais. É realmente o interesse único e exclusivamente pelo  
152 capital, pelas ações. Na hora que a Vale solta um comunicado desse, falando  
153 do nível 1, as reportagens que vêm a seguir são a respeito da queda ou não das  
154 ações dela. Não estão preocupados com as pessoas que estão lá, não estão  
155 preocupados com o meio ambiente que está lá. Eu gostaria de uma reflexão de  
156 todos nesse sentido, o que nós queremos realmente deixar para as futuras  
157 gerações. Vale isso, vale essa pressão?” Klemens Augustinus Laschefski: “Eu  
158 sou professor do IGC, da UFMG, do programa de pós-graduação em geografia.  
159 Antes de colocar o meu assunto, tem um pedido que foi trazido por pessoas que  
160 estão aqui no auditório. Hoje, dia 25 de outubro, faz nove meses quando a  
161 barragem de Brumadinho se rompeu. Nós queríamos aproveitar este espaço  
162 para 1 minuto de silêncio em memória aos atingidos, às vítimas desse desastre.  
163 Já promovemos uma decisão, em andamento, que é um projeto do qual a  
164 empresa responsável por esse desastre faz parte. Dessa forma, peço à mesa  
165 para permitir esse 1 minuto de silêncio pelas vítimas de Brumadinho. Ficar em  
166 pé. As vítimas merecem”. \*Neste momento da sessão, foi dedicado 1 minuto de

silêncio em memória das vítimas de Brumadinho. Klemens Augustinus Laschefska: “Agora, eu queria fazer uma solicitação, na verdade, também uma questão de ordem. Eu queria solicitar a retirada da pauta do projeto da Samarco, por causa de erros formais e procedimentais da própria SEMAD. Nós temos uma estrutura, um projeto, que pede a retomada da Samarco, e, dentro da área de atuação da empresa prevista nesse projeto se encontram várias estruturas de risco e dimensões desconhecidos. Essas estruturas de risco e dimensões desconhecidos não foram tratadas pelo parecer da Supri. Dessa forma, temos um problema enorme, porque os conselheiros não têm as informações suficientes para avaliar o projeto na sua completude, na sua complexidade. Isso fere também as ordens procedimentais que são definidas pela própria Constituição. Pela hierarquia das leis da Constituição, o direito à vida prevalece aos interesses particulares de empresas. Dessa forma, qualquer projeto que está sendo votado aqui no COPAM tem que garantir a segurança pública. Com a ausência completa das informações sobre as estruturas de risco, os conselheiros correm o risco de cometer, talvez, inconscientemente, uma ilegalidade, que pode acabar em processos. Nós sabemos que os conselheiros já estiveram na mesma situação. Há um ano, eu fui a essa reunião e alertei os conselheiros de que eles estão correndo o risco de aprovar um projeto que pode provocar desastres. Isso foi no dia 5 de dezembro de 2018. Solicitei que qualquer conselheiro que achasse que, com a informação fornecida, teria informação suficiente para votar essa licença, na época, deveria se justificar. Ninguém se justificou. Tem que lembrar os conselheiros de que cada um tem obrigação de ter o pleno domínio das informações sobre o projeto, relevantes, e tem que basear sua decisão em cima dessas informações. Agora, diante de uma empresa que já comprovou, duas vezes, empiricamente e tecnicamente, plena incapacidade técnica para resolver as questões de barragens, precisamos alertar que temos uma situação muito inusitada. Porque nós temos uma empresa, que é responsável pelos maiores desastres da área da mineração mundial, que está fazendo um projeto, não fez nada em quatro anos para garantir a segurança pública e agora quer retomar isso sem reparar os danos aos atingidos. Ou seja, encontra-se em uma situação de plena ilegalidade. Dessa forma, solicito a retirada do projeto da Samarco da pauta por causa da falta de condições de se votar alguma coisa.” Andréa Zhouri: “Eu queria, primeiramente, pedir para que os conselheiros votassem e deliberassem sobre esse pedido de retirada de pauta, imediatamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O pedido de retirada de pauta é ato discricionário do presidente, não é colocado em votação, conforme o Regimento, Deliberação Normativa COPAM 177. Esse pedido já foi feito na reunião passada. Eu mantengo o processo em pauta.” Andréa Zhouri: “Eu acompanho essas reuniões do COPAM já há 20 anos, então tenho um histórico de observação sobre o que aconteceu com este Conselho ao longo de duas décadas. Então eu não vou me desgastar aqui com considerações. O COPAM foi perdendo, ao

longo dos tempos, a sua capacidade de avaliação crítica, sua capacidade de julgamento, porque também os pareceres técnicos agora da Supri, os pareceres técnicos, antes, da FEAM, são pareceres que, na verdade, não instruem para uma avaliação efetivamente séria das coisas que estão acontecendo. Então virou um simulacro isso aqui de decisão técnica, os pareceres são cheios de falhas. Eu sou professora titular da UFMG, coordenadora do Gesta/ UFMG, que tem uma pesquisa de 20 anos acompanhando licenciamentos ambientais de barragens hidrelétricas e de mineração. Tudo que já se escreveu, tudo que já se publicou, cientificamente, sobre a governança ambiental, nada disso serve para nada mesmo. Aliás, nós estamos vivendo em um país em que a ciência serve para nada. Então eu vou ler aqui a moção que foi aprovada ontem pela assembleia geral da associação nacional dos cientistas sociais, assembleia nacional, no 43º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. É uma moção que foi aprovada nessa assembleia, com mais de 300 membros de programas de pós-graduação de norte a sul do Brasil. 'A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Assembleia Geral do seu 43º Encontro Anual, vem a público manifestar moção de repúdio à revalidação das licenças ambientais da Samarco Mineração S/A. Desde de 5 de novembro de 2015, as atividades e licenças do Complexo Minerário de Germano, em Mariana (MG), encontram-se suspensas devido ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, que causou 19 mortes, o deslocamento compulsório de centenas de famílias e a contaminação dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a costa do Estado do Espírito Santo. Em 25/10/2019, a Câmara Especializada de Atividades Minerárias do COPAM (Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais) irá apreciar o requerimento de licenciamento corretivo apresentado pela empresa. O parecer técnico elaborado pela Supri (Superintendência de Projetos Prioritários) recomenda à Câmara o deferimento da licença ambiental, mesmo que as empresas Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton não tenham realizado as reparações necessárias e a recuperação do passivo ambiental decorrente da ruptura da barragem de Fundão. Há quase quatro anos, as comunidades como Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira aguardam a implantação dos reassentamentos e, ao longo da bacia do Rio Doce, centenas de atingidos ainda reivindicam o reconhecimento de seus pleitos quanto à reparação integral dos danos associados a um dos maiores desastres ambientais do país. Tendo em vista a morosidade e a ineficácia das medidas conduzidas pelas empresas e a ausência de responsabilização criminal pela tragédia, é expectativa da sociedade brasileira que prioridade seja dada às ações de recomposição ambiental, reconstrução das moradias e restauração dos modos de vida severamente comprometidos. Consideramos que a continuidade da suspensão das licenças pelo Estado constitui ação imprescindível para garantir os direitos das vítimas e evitar a repetição de desastres dessa natureza. Repudiamos,

assim, a apreciação da Licença de Operação Corretiva pelo Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais anteriormente à conclusão das obrigações de reparação para com a sociedade em geral, e, em especial, junto às vítimas. Caxambu, 24 de outubro de 2019.' Eu queria acrescentar a essa nota veemente de repúdio da associação de cientistas brasileiros uma pergunta ao Conselho, que é muito simples. Há 15 dias, no dia 9 de outubro, o presidente da Samarco, afirmou a um jornal do Espírito Santo, 'Século Diário', que a licença seria concedida até o dia 25 de outubro. Com que dado ele faz essa afirmação, qual a certeza, qual é a base da certeza do presidente da Samarco de que obteria essa licença no dia de hoje? Uma declaração feita no dia 9 de outubro. A sociedade quer saber." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: "Estamos aqui há quase quatro anos desse crime, uma impunidade que é violentamente inaceitável. Estamos aqui em mais uma reunião da Câmara de Atividades Minerárias, que nós sabemos como funciona. Estamos aqui diante de uma licença para retomada da Samarco, que é hediondo testemunhar, mais uma vez, há nove meses hoje do rompimento em Brumadinho, o Estado, a Suppri e não sei quais conselheiros, a favor desta retomada da Samarco com questões incompletas, omissas e muito graves. Eu li o parecer da Suppri. Pasmem. Questões das estruturas de barragens, como por exemplo a barragem do Germano, que é alteamento a montante, que tem 129.300.000 m<sup>3</sup> de rejeito, 163 m de altura, no Parecer Único da Suppri, são tratadas como uma mera questão cartorial. 'O empreendedor apresentou o plano de descomissionamento a ser avaliado pela FEAM'. Temos a estrutura de barragem Nova Santarém, abaixo da de Germano, que é alteamento a montante, temos a cava de Germano, que tem rejeitos e tem que ser tratada e descomissionada, e o Parecer Único da Suppri não trata absolutamente nada, a não ser informar que esse assunto não tem a ver com o licenciamento da retomada da Samarco. O Complexo do Germano, quando você vê todas as estruturas, a barragem do Germano, a cava de Germano, as estruturas com rejeito fazem parte daquele complexo. Como é que se cogita, a Suppri diz que é favorável, e o presidente da CMI não retirou de pauta quando foram apontadas por nós questões graves de que esse processo de licenciamento não está devidamente instruído? Todos aqui estão de conhecimento – isso está registrado desde esta data e desde a reunião passada –, que, ao contrário do que aconteceu em Brumadinho, onde a questão da Barragem B1 estava a sete chaves escondida pela Vale, pela TÜV Süd e por todos os envolvidos, nós estamos afirmando a todos vocês – e está no documento do Fonasc – que esse processo de licenciamento da Samarco, que o Estado aceitou, ser de Licença de Operação Corretiva não é o caso, porque não é um licenciamento do que estava em operação e que tinha que ser regularizado, é um licenciamento de um empreendimento que foi suspenso por um rompimento da magnitude que foi a barragem de Fundão. Esse licenciamento tinha que ser tratado de outra forma. Primeiro, ter certeza absoluta de que as estruturas com rejeito, inclusive, de Germano, não colocam

296 mais em risco, de novo, o rio Doce e as populações ao longo do rio Doce.  
297 Segundo, teria que ser avaliado através de um licenciamento trifásico, com  
298 direito a Licença Prévia, para avaliar: ‘É viável ambientalmente a continuidade  
299 do projeto da Samarco em Mariana?’ Ali tem uma questão envolvendo sismos  
300 de pequena magnitude, tem uma falha geológica do Fundão, e isso é totalmente  
301 não falado nesse parecer e nesse requerimento de Licença de Operação  
302 Corretiva. Nós estamos falando de uma estrutura que, inclusive, vai receber  
303 rejeitos da Vale, de Fazendão, vai receber outros rejeitos que não são do  
304 próprio complexo. Tem tanta inconsistência e tanta falha nesse Parecer Único  
305 da Supri, e não se pode deliberar a respeito dessa retomada nesse formato.  
306 Eu estou requerendo que seja, realmente, pedida a retirada de pauta nem que  
307 seja para constar que, mais uma vez, o presidente não retirou de pauta. Nós  
308 enviamos um pedido ao governador. Se o governador não determinou a retirada  
309 de pauta, o governador também vai estar registrado, que foi avisado. O  
310 Complexo Germano não pode retomar da forma que está no Parecer Único  
311 porque isso é extremamente grave. Eu quero um minuto para fazer outro  
312 requerimento de pauta, que tem a ver com a MR Mineração, e a justificativa –  
313 eu peço que o conselheiro do Fonasc endosse – é que a MR Mineração é Vale,  
314 é uma ampliação da Mina Baú, que tem na área de influência direta sabem o  
315 quê? Aquelas comunidades evacuadas em fevereiro: Socorro. Que tem duas  
316 obras emergenciais, que está sob ainda o impacto da questão do rompimento  
317 da Sul Superior. Como é que o Estado pauta a MR Mineração para ser  
318 licenciada como LP+LI+LO para mais um grande complexo mineralício da Vale  
319 em um território com tantas questões a serem averiguadas, que, inclusive, tem  
320 uma auditoria internacional contratada para avaliar a verdade sobre a Sul  
321 Superior, sobre as obras e tudo isso. Então eu estou requerendo que o assunto  
322 MR Mineração seja retirado de pauta também e peço ao conselheiro Júnior que  
323 faça esse requerimento. Era a minha contribuição. E eu quero dizer, para mim,  
324 com 18 anos de caminhada contra a mineração, este momento vocês não têm  
325 noção da magnitude que é, porque é inacreditável que se continue a pensar em  
326 licenciar mineração com graves questões de risco para Minas Gerais, para as  
327 pessoas e o meio ambiente. É inacreditável, hediondo, e isso é história, e todos  
328 estão nesta história. Está registrado e é assombroso o que está acontecendo  
329 aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação aos pedidos de  
330 retirada de pauta, este processo, especificamente, do item 5.1 nós já  
331 debatemos, e está registrado em ata. Eu solicitei que fosse registrado em ata  
332 essa questão. Eu justifiquei por que não retirei de pauta na reunião passada, os  
333 motivos para permanência deste processo em pauta são os mesmos. Em  
334 relação ao segundo pedido, no momento do processo, embora já levantado, não  
335 sei se o Lúcio vai fazer mais alguma questão em relação a este processo no  
336 momento, mas, como eu sempre disse e sempre digo, a retirada de pauta, uma  
337 prerrogativa desta Presidência, tem uma finalidade prática. O que é essa  
338 finalidade prática? Trazer algo diverso ou complementar àquilo que falta. E para

339 isso há o argumento de quem solicita, e eu escuto aquele que fez o parecer. Na  
340 reunião passada, eu escutei o Rodrigo Ribas, e ele falou que tinha capacidade  
341 de prestar todas as informações. Assim vai ser com este processo. Se por  
342 acaso houver necessidade ou se a equipe que fez o parecer entender que é  
343 motivo para retirada de pauta, para que seja complementado ou subsidiada  
344 alguma dúvida que não possa ser esclarecida nesta reunião, eu retirarei sem  
345 problema algum. Como eu disse nas reuniões anteriores, eu não tenho  
346 compromisso com o erro. Se eu estou errando neste momento em não retirá-lo  
347 de pauta, retirarei no momento devido." Patrícia Generoso Thomaz Guerra:  
348 "Primeiro, eu gostaria que todos os registros anteriores e os demais constassem  
349 na ata integralmente. Eu estou aqui desde o início e assisti ao Sr. Yuri fazer  
350 diversos esclarecimentos a respeito das regras desta reunião, demonstrando,  
351 inclusive, que está nele quase que um poder absoluto de resolver tudo. Senhor  
352 Yuri, eu queria dizer para o senhor que eu esperava que o senhor também  
353 fizesse aos conselheiros os comunicados mais recentes. Parte deles o Sr.  
354 Lúcio, do Fonasc, fez. Eu gostaria que o senhor tivesse comunicado aos  
355 conselheiros que, no dia 3 de outubro, a Agência Nacional de Mineração  
356 declarou interditadas 58 barragens de rejeitos, sendo que delas 54 estão em  
357 Minas Gerais, e não foi declarada a estabilidade delas. Sendo que 18 delas  
358 estão com risco de romper ou em situação de emergência. Isso no dia 3 de  
359 outubro, porque no dia 21 – o Sr. Lúcio descreveu ali –mais duas, em Itabira,  
360 foram declaradas em situação de emergência, todas elas da Vale. Dezoito da  
361 Vale, depois mais duas, ou seja, um total de 20. Eu também esperava que o  
362 senhor fizesse algumas considerações, que o senhor reconsiderasse a sua  
363 posição. O senhor disse que não tem compromisso com o erro, nós, então,  
364 estamos esperando, Sr. Yuri. No dia 23, saiu o relatório da Controladoria Geral  
365 do Estado, e esse relatório, essa consultoria foi feita a pedido do governador  
366 Zema, por ocasião do rompimento, do crime de Brumadinho. E a justificativa  
367 que ele usou é que ele queria 'aprimorar o controle dos processos de  
368 licenciamento e fiscalização dos complexos minerários'. Esse resultado foi  
369 divulgado há dois dias e traz novos fatos. Em dois dias, este Conselho não  
370 conseguiu superar as falhas apontadas no relatório que foi trazido. Então esses,  
371 sim, são fatos novos e são fatos que, inclusive, foram trazidos pelo governo  
372 atual como justificativas que seriam suficientes para retirada deste processo de  
373 pauta. Os dois outros comunicados que eu queria fazer o Sr. Lúcio já fez, então  
374 eu vou aproveitar aqui para fazer uma outra constatação. Chegando aqui, vendo  
375 o ambiente para o qual foram trazidas as reuniões... Eu também acompanho  
376 todas as reuniões há muito tempo, e é estranho ver que este processo, de  
377 retomada da Samarco, um dos maiores crimes ambientais já cometidos no  
378 Brasil, esteja neste ambiente, onde os conselheiros – e aí, senhores  
379 conselheiros, este é um alerta para os senhores – foram colocados de frente  
380 para nós. E é bom que isso esteja assim, porque a responsabilidade é dos  
381 senhores. Mas observemos, senhores conselheiros e todos nós aqui, que não

382 há mais espaço para os técnicos. Isso porque a responsabilidade é dos  
383 senhores, e o Estado agora quer, inclusive, ocultar os técnicos,  
384 representativamente. Nós não estamos vendo os técnicos. E o espaço é tão  
385 inadequado que os Sr. Yuri e o Sr. Anderson, para entrar, tiveram que se curvar.  
386 Para entrar e sair deste espaço, é preciso que eles se curvem. Isso também é  
387 simbólico, senhores. Então eu gostaria de deixar, neste momento, aos senhores  
388 conselheiros esta provocação: os senhores serão os responsáveis. Como foi  
389 dito aqui, Itabiruçu, há três dias, foi declarada em situação de emergência. Esse  
390 processo foi votado pelos senhores, por este Conselho, em setembro de 2018.  
391 É este mesmo Conselho, é esta mesma Câmara Técnica que, em setembro de  
392 2018, sinalizou para vocês que estava tudo ok e que indicou para vocês um  
393 parecer favorável para aprovação, que, em outubro do ano seguinte, fala que a  
394 empresa está em nível de emergência. É essa situação, são esses os fatos, é  
395 essa a realidade com que vocês terão que depararem-se e responsabilizarem-  
396 se. É esse o meu recado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só  
397 esclarecer, Sra. Patrícia. Em momento nenhum eu disse que tenho poderes  
398 absolutos, o que eu informei aqui foi apenas sobre o Regimento Interno,  
399 Deliberação Normativa 177, que é de 2012. Ou seja, eu estou prestando  
400 informações aqui, os meus esclarecimentos têm no mínimo oito anos. Então eu  
401 falei, unicamente, em relação ao Regimento, a como se dá a reunião. E, sim, eu  
402 me curvo perante qualquer erro que eu cometer, eu me curvo diante da  
403 sociedade, eu me curvo diante das leis. Eu não tenho problema nenhum e sou  
404 humilde para reconhecer qualquer erro que for cometido aqui. E também a  
405 qualquer um, inclusive, à senhora, se a senhora tiver razão.” Gustavo Tostes  
406 Gazzinelli: “Eu gostaria de trazer um fato que me parece novo sobre este ponto  
407 de pauta, que não foi mencionado aqui. Além da questão de o Parecer Único  
408 ser omissivo ou conivente com a não manifestação mais precisa sobre as  
409 barragens, a Portaria nº 13, de 2019, da Agência Nacional de Mineração, de 8  
410 de agosto, estabeleceu um prazo para apresentação dos projetos executivos.  
411 Eu vou ler aqui, artigo 8º, inciso I: ‘A elaboração de projeto técnico-executivo de  
412 descaracterização da estrutura, o qual deverá contemplar também sistema de  
413 estabilização de barragem existente ou a construção de novas estruturas de  
414 contenção situadas a jusante’. Então vejam que situação. Eu acho que beira a  
415 irresponsabilidade e a imoralidade pautar essa decisão aqui, que é omissa no  
416 tocante às barragens de rejeito, sabendo que dentro de 50 dias a Samarco terá  
417 que estar apresentando à Agência Nacional de Mineração o projeto técnico-  
418 executivo da descaracterização da barragem de Germano, que parece que é a  
419 maior barragem a montante da América Latina. Além disso, eu gostaria que  
420 todas as questões que foram levantadas ao senhor presidente constassem em  
421 ata e que constasse claramente em ata que ele mantém a sua conivência com o  
422 fato de o Parecer Único da Supri não tratar completamente da Licença de  
423 Operação Corretiva. Que envolveria todas as audiências públicas que a  
424 Samarco fez, de que eu participei, em Ouro Preto e Mariana, no final de 2017 e

425 de 2016. Em todas elas, a Samarco falou que a Licença de Operação Corretiva  
426 envolveria todas as estruturas do sistema operacional na Samarco. E não me  
427 venham com a desculpa de que a barragem de Germano não recebe mais  
428 rejeitos para falar que ela não faz parte desse sistema operacional, porque ela  
429 está lá. Então presidente, vai me desculpar, eu acho que o fato de que daqui a  
430 50 dias a empresa estará apresentando à Agência Nacional de Mineração um  
431 parecer técnico-executivo da descaracterização dessa barragem não poderia  
432 fazer com que este Conselho se antecipasse a esse fato, em uma combinação,  
433 me parece, muito clara, entre o governo do Estado e a empresa. Por isso,  
434 inclusive, nós ontem notificamos o Sr. Romeu Zema. Eles tentaram desviar o  
435 assunto, mas – tem vários representantes aqui do governo do Estado – está  
436 claro, ele é responsável direto pelo que acontecer aqui e o que acontecer  
437 depois. E o senhor pode até se redimir pelos seus erros, mas eu espero que, se  
438 acontecer algum desastre por causa dessa precipitação decisória que está  
439 sendo tomada aqui e que vai levar a explosões na região da barragem de  
440 rejeitos de Germano, aonde todas as caracterizações geológicas já são muito  
441 bem conhecidas, que amanhã, se acontecer algum desastre, o senhor se veja  
442 com a sua consciência com Deus, porque na terra dos homens o senhor não  
443 terá paz. E nenhum dos conselheiros que acham que dão aval aqui e está  
444 resolvido o problema. Então eu reitero, a Agência Nacional de Mineração baixou  
445 uma resolução, aliás, que foi até da conveniência da Samarco e da Vale em  
446 vários aspectos, uma vez que ela acabou com a figura da descaracterização  
447 que estava proposta em uma portaria do DNPM de 2017, que dizia, claramente,  
448 que descaracterização é a barragem perder as suas características. Então, de  
449 certa forma, a ANM favoreceu essas grandes barragens de poderem passar  
450 pela descaracterização como antes colocado. Mas isso é uma coisa que vai  
451 depender muito dos órgãos ambientais e da própria AMM. Mas o fato é esse,  
452 vocês estão tomando uma decisão hoje sendo que, dentro de 50 dias, nós  
453 teremos o projeto executivo determinado por essa resolução nova. E me parece  
454 que isso é colocar o carro na frente dos bois.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
455 Trovão: “Conforme já relatado, eu vou manter ambos os processos em pauta. A  
456 equipe escutou os relatos dos senhores. Se a equipe não puder contrapor o que  
457 foi levantado, nós retiraremos os processos de pauta. Mas, no momento,  
458 manteremos os dois processos em pauta.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
459 “Antes da lida do processo, eu gostaria de me manifestar. Primeiro, pedir um  
460 esclarecimento da mesa que, na pauta, foi colocado no item 8.1 a Anglo  
461 American, a LO da barragem de rejeito, e logo em seguida ela foi retirada de  
462 pauta. Eu gostaria de um esclarecimento nesse sentido. Outra coisa também, já  
463 pertinente a esta reunião, a mudança – acho que foi, mais ou menos, apesar de  
464 ter sido em cima da hora – da Espírito Santo para aqui. Mas eu estou vendo  
465 aqui que foi mudada um pouco a maneira de entrar, com crachás. Se isso vai  
466 ser agora uma nova postura da Supram ou, se não, por que foi feita essa  
467 identificação dessa maneira. E reiterar, antes da lida dos processos desta

468 reunião, a solicitação da manifestação do senhor presidente sobre a retirada de  
469 pauta do item da Samarco e do item da MR Mineração. A Samarco, pelo que  
470 nós apresentamos no pedido da reunião passada, que, inclusive, integra esse  
471 parecer nosso, e pelos fatos que nós apontamos no parecer. E pelo que foi  
472 falado aqui, pelas manifestações dos presentes, mais especificamente pelo  
473 processo não estar devidamente instruído, a falta de informações necessárias,  
474 informações desconhecidas no processo, a recente revelação, trazida a público,  
475 do relatório da Controladoria Geral do Estado, que aponta falhas no  
476 licenciamento da SEMAD. E o fato de daqui a uns 50 dias, aproximadamente, a  
477 própria empresa Samarco ter que apresentar essa descaracterização da  
478 barragem de rejeito de Germano. Então nos parece também uma decisão  
479 precipitada de manter isso em pauta. Eu gostaria da manifestação do senhor e,  
480 se possível, também a do técnico falando que está tudo de acordo e que, se for  
481 por esse motivo manter em pauta, que o processo está devidamente instruído.  
482 O posicionamento dele também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
483 “Conforme já falado – eu vou repetir o que eu disse mais de uma vez nesta  
484 reunião –, eu não vou retirar os processos de pauta uma vez que, em relação à  
485 Samarco, aquelas dúvidas que foram colocadas, inclusive, na solicitação  
486 entregue a esta Presidência na reunião passada, a manifestação técnica foi no  
487 sentido de que era possível prestar todos os esclarecimentos no momento da  
488 reunião. Em relação às novas colocações – creio que somente uma é realmente  
489 nova –, a equipe poderá se manifestar. Havendo manifestação técnica sobre a  
490 impossibilidade de prestar os esclarecimentos ou havendo a necessidade de se  
491 retirar o processo de pauta, ele será retirado. Eu até solicito à equipe da Supri  
492 que faça isso inicialmente, manifestar-se quanto à necessidade de se retirar o  
493 processo de pauta para trazer alguma complementação. Como eu já falei  
494 inúmeras vezes, se o processo for retirado de pauta para voltar no mesmo  
495 conteúdo, eu não vejo utilidade prática alguma nisso. Então é porque ele está  
496 apto a ser deliberado pelos senhores. Em relação aos crachás, eu acho que a  
497 Vânia pode se manifestar melhor do que eu, mas nós temos aqui e até  
498 esperávamos mais pessoas nesta reunião, e foi necessário mudarmos de lugar.  
499 Nós estamos fazendo alguns testes. Como o senhor viu, estamos fazendo teste  
500 em colocar a votação ali no quadro e vendo em que podemos melhorar. É um  
501 ato contínuo a busca da melhora, e parabenizamos a equipe da Assoc em  
502 relação a essas tentativas. O que nós estamos fazendo é experimentando. Se  
503 der certo, por que não utilizarmos isso nas reuniões posteriores? Se não der, se  
504 a gente viu que colocar crachá e colocar os livros de inscrições prejudicam o  
505 andamento, nós deixamos de fazer. Mas isso são experiências que estamos  
506 fazendo com a finalidade de melhorar a prestação de serviço aos senhores.”  
507 Vânia Mara de Souza Sarmento/Assessoria dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “O  
508 presidente já falou muito bem. A nossa ideia de colocar o crachá é realmente  
509 para acesso aos banheiros, considerando que aqui também é um ambiente de  
510 trabalho, para que as pessoas sejam identificadas ao terem acesso aqui dentro

511 da Codemig. No início, já agradecemos ao presidente da Codemig e a toda a  
512 equipe que disponibilizou o espaço para nós. Então é nesse sentido mesmo de  
513 segurança de todas as pessoas que estão aqui. Então nós agradecemos. E não  
514 houve, em nenhum momento, recusa de nenhuma das pessoas presentes em  
515 usar o crachá ou usar uma identificação. Então foi nesse sentido mesmo,  
516 senhor presidente, de segurança das pessoas aqui presentes.” Presidente Yuri  
517 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Vânia. Agradeço as tentativas de  
518 melhorar o nosso trabalho.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Da mesma  
519 maneira, em relação ao item da MR Mineração, o presidente mantém o item em  
520 pauta? Só essa manifestação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Da  
521 mesma forma. Como eu já solicitei à equipe, antes de adentrar propriamente na  
522 matéria, eu solicito à equipe da Supri, em ambos os processos que são da  
523 Supri, que fale sobre a necessidade dessa baixa em diligência ou retirada de  
524 pauta. Havendo necessidade, nós retiraremos esses processos de pauta ou  
525 baixaremos em diligência para complementação. Por enquanto, o processo fica  
526 mantido.” **4) EXAME DA ATA DA 50<sup>a</sup> REUNIÃO DA CMI.** Aprovada por  
527 unanimidade a ata da 50<sup>a</sup> reunião da Câmara de Atividades Minerárias,  
528 realizada em 11 de outubro de 2019, com a seguinte alteração: – Linha 176,  
529 substituir a palavra “houver” por “houve”. Votos favoráveis: Codemig, ANM,  
530 Federaminas, Segov, Sede, Cefet, Fonasc, Ibama, Ibram, Sindieextra, Crea e  
531 Sedese.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
532 **OPERAÇÃO CORRETIVA.** **5.1) Samarco Mineração S/A. Complexo**  
533 **Germano. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro;**  
534 **disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração;**  
535 **extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil;**  
536 **linhas de transmissão de energia elétrica; unidade de tratamento de**  
537 **minerais (UTM); obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**  
538 **oficinas); pilhas de rejeito/estéril; estradas para transporte de**  
539 **minério/estéril; correias transportadoras; subestação de energia elétrica;**  
540 **tratamento de água para abastecimento; tratamento de esgotos sanitários;**  
541 **barragens de perenização; dragagem para desassoreamento em corpos**  
542 **d’água; outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**  
543 **listadas ou não classificadas e postos revendedores, postos ou pontos de**  
544 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**  
545 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Ouro**  
546 **Preto e Mariana/MG. PA 00015/1984/107/2017, ANM 933.382/2010. Classe 6.**  
547 **Apresentação: Supri. Retorno de vista: Sede, Ibram, Sindieextra, Fonasc e**  
548 **Crea.** Licença concedida por maioria, nos termos do Parecer Único, com  
549 alteração e inclusão de condicionantes. Votos favoráveis: Codemig, ANM,  
550 Federaminas, Segov, Sede, Cefet, Ibama, Ibram, Crea e Sindieextra. Voto  
551 contrário: Fonasc. Abstenção: Sedese. Segue íntegra das manifestações e  
552 deliberações nesta sessão. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Houve

553 um pedido de retirada de pauta, nós já deliberamos sobre esse assunto. Esse  
554 pedido da retirada está sendo renovado nesta reunião. Para subsidiar minha  
555 decisão, eu solicito a manifestação da equipe técnica em relação aos pontos.”  
556 Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Senhor presidente, novamente, os pontos  
557 apontados pelas pessoas que manifestaram pela retirada de pauta são pontos  
558 de debate dentro do processo. Talvez o mais importante deles reiterado foi a  
559 existência ou não de análise em relação às barragens de Germano e cava de  
560 Germano no processo de licenciamento, que foi assunto já explicado aos  
561 conselheiros na última reunião. São atividades que não são passíveis de  
562 licenciamento, portanto, não devem compor um processo de licenciamento.  
563 Compõem o processo administrativo próprio para descaracterização e  
564 descomissionamento da barragem, conforme Lei 23.291. Dessa forma, não há  
565 nenhum óbice à continuidade da análise do processo. A equipe técnica está  
566 aqui, nós podemos responder à medida do possível. Se por acaso não dermos  
567 conta de responder algum ponto, o processo pode ser baixado em diligência a  
568 qualquer momento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Da mesma  
569 forma que na reunião passada e explicado mais cedo aqui nesta, a retirada de  
570 pauta ou a baixa em diligência tem que ter utilidade prática. Pelo que o Ribas  
571 colocou, as dúvidas colocadas e os debates e até mesmo o que foi apresentado  
572 na reunião passada se referem ao mérito mesmo da questão, o que vem a ser  
573 esclarecido no próprio debate. Esclareço ainda que o parecer – são 356 páginas  
574 – é um resumo de 47 mil páginas. Por óbvio que a equipe não consegue colocar  
575 todas as informações dentro de um só parecer. É apenas aquilo que a equipe  
576 entendeu de mais relevante para trazer ao Conselho como forma de subsidiar  
577 uma decisão. O processo é público, está disponível, foi objeto de vista, e eu não  
578 vejo necessidade, neste momento, e, conforme o próprio superintendente da  
579 Supri colocou, não havendo possibilidade de suprir as dúvidas, nesse caso,  
580 retiraremos o processo de pauta. Assim, mantenho o processo em pauta.  
581 Embora a Deliberação Normativa 177 informe que as atas são feitas de forma  
582 sucinta, solicito que as solicitações feitas para retirada de pauta sejam  
583 transcritas na íntegra, a fala do Rodrigo e a minha, de manutenção do processo  
584 em pauta. Então passamos para o retorno de vista.” Conselheira Denise  
585 Bernardes Couto: “O relato de vista apresentado é conjunto Sindiextra e Ibram.  
586 Nós apresentamos o relato de vista devidamente dentro do prazo regimental,  
587 previsto na DN 177. Por essa razão, não vou ler o relato como um todo, apenas  
588 dizer que analisamos o parecer e a documentação disponibilizada no site, e o  
589 parecer da Supri nós entendemos que foi feito de forma muito transparente,  
590 muito criteriosa. Fizemos toda a análise do Parecer Único, de todos os  
591 argumentos que a Supri nos apresentou. E no caso entendemos que não há  
592 nenhum óbice à concessão da Licença de Operação Corretiva. Acompanhamos  
593 o Parecer Único da Supri. E vou ler a conclusão aqui: ‘Diante do exposto,  
594 somos favoráveis ao deferimento da Licença de Operação Corretiva para a  
595 empresa Samarco Mineração S/A, Complexo de Germano, nos termos do

596 Parecer Único 0603993/2019, elaborado pela equipe interdisciplinar da  
597 Superintendência de Projetos Prioritários (Supri), localizada nos municípios de  
598 Mariana e Ouro Preto, pelo prazo de dez anos, e vinculado ao cumprimento das  
599 condicionantes e programas propostos.” Conselheiro Daniel Rennó  
600 Tenenwurcel: “O nosso parecer de vista foi devidamente entregue e  
601 disponibilizado pelo site da SEMAD. O relato ficou um pouco extenso, nós  
602 fizemos uma análise completa do parecer da Supri. Entendemos que as  
603 informações que estavam lá dentro eram adequadas, deixavam claro tanto os  
604 impactos quanto as propostas do empreendedor. De forma que eu vou ler  
605 apenas a conclusão do nosso parecer de vista. ‘Desta forma, tendo em vista  
606 que o Parecer Único da Supri aponta: que o empreendedor apresentou todos  
607 os devidos estudos ambientais e informações complementares que foram  
608 devidamente protocolados e analisados; que os impactos ambientais, medidas  
609 mitigadoras, compensações, bem como programas e projetos propostos foram  
610 devidamente analisados; que o processo encontra-se devidamente formalizado  
611 e instruído, estando formalmente regular e sem vícios; o presente relato de vista  
612 é favorável ao deferimento da Licença de Operação Corretiva (LOC) do  
613 Complexo de Germano da Samarco Mineração S/A., nos termos do Parecer  
614 Único da Supri nº 0603993/2019, desde que as condicionantes sejam  
615 cumpridas dentro dos prazos estipulados.’” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
616 “Eu não vou ter como fazer a leitura só da conclusão porque, na maioria das  
617 vezes, não tenho como fazer ‘copia e cola’ do que está no Parecer Único e  
618 colocar no meu parecer. Então, de certa forma, é discordante do que a Supri  
619 aponta para decisão. ‘Mas é lamentável que estejamos aqui hoje tendo em  
620 pauta esse licenciamento da Samarco, que proporcionou, ao nível do Brasil, o  
621 maior desastre ambiental ocorrido até então, sendo que os impactos e danos  
622 causados pelo rompimento da barragem de Fundão permanecem até hoje sem  
623 solução, da mesma maneira que permanecem as dúvidas sobre os estudos e a  
624 retomada de sua operação. Está claro e patente que o que está sendo  
625 licenciado aqui hoje não são os interesses da sociedade e, sim, os interesses  
626 econômicos da mineradora. Manifestamos nosso repúdio pela maneira de  
627 condução desse licenciamento de retomada da operação que foi colocado em  
628 pauta na 50ª reunião, no dia 11/10, e tendo retorno de vista hoje no dia 25, com  
629 apenas sete dias úteis para fazer uma análise de mais de 8 mil documentos e  
630 quase 40 mil páginas. Não nos esqueçamos de que essa análise de volta da  
631 operação do empreendimento da Samarco, Vale e BHP Billiton, que causou até  
632 então o maior desastre ocorrido no país, em 5/11/2015, com o rompimento da  
633 barragem de Fundão, deixou na memória 19 mortos, a bebê Priscila, que não  
634 nasceu, a destruição das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo,  
635 Barra Longa, milhares de atingidos até o mar, um rastro de destruição e  
636 poluição de 39 cidades em dois Estados atingidos, o comprometimento da  
637 biodiversidade, solo e água, severamente impactados; deixaram órfãos do rio  
638 Doce, como o povo Krenak, pescadores e ribeirinhos que faziam o uso do rio

639 Gualaxo e do rio Doce.' Na reunião passada, o Fonasc apresentou um pedido  
640 de retirada de pauta, que não foi aceito pelo presidente. E de certa forma ele  
641 consta novamente do nosso parecer de vista. E nesse documento nós vimos  
642 motivos de que não estava devidamente instruído, entre eles, sobre as várias  
643 mudanças que ocorreram no EIA/Rima depois da sua formalização, em  
644 1/9/2017. Na página 7 do parecer da Supri, está escrito: 'Durante a análise do  
645 processo foram feitas atualizações no estudo...' 'Em 9 de agosto de 2019, foram  
646 protocoladas informações complementares ao estudo. Foram realizadas três  
647 audiências públicas, nos municípios de Matipó, Mariana e Ouro Preto em  
648 dezembro de 2017, todas elas antes das diversas alterações que ocorreram no  
649 EIA/Rima.' Na página 8, está escrito que em 30 de setembro de 2019 'o  
650 empreendedor solicitou retificação do requerimento de intervenção ambiental,  
651 após o indeferimento do pedido de anuência prévia para supressão de  
652 vegetação emitida pelo Ibama'. 'Foi também apresentado um novo requerimento  
653 para intervenção ambiental, com solicitação de supressão de 118 hectares de  
654 vegetação nativa, intervenção em 139 hectares de APP, com corte de 188  
655 indivíduos isolados.' 'Considerando as retificações apresentadas, a ADA sofreu  
656 alterações com redução de 35 hectares'. Na página 14, na tabela 2.5, está  
657 escrito que 'o novo sequenciamento de lavra, originado após atualização da  
658 estratégia de retomada, ocasionou mudanças na taxa de geração de estéril.' O  
659 EIA/Rima, apresentado, então, em 2017, tinha um item específico sobre a  
660 estratégia da Samarco para retomada da operação. Entretanto, mesmo sendo  
661 essa estratégia, ela sofreu mudanças, alterações em 2018 e em 2019. Como  
662 podemos ver, analisando esses trechos lidos, o EIA/Rima, apresentado em  
663 2017, apresentou profundas modificações e, portanto, a nosso ver, está  
664 desatualizado. Sobre as declarações de conformidade dos municípios de  
665 Mariana, Matipó e Ouro Preto, foram anteriores à apresentação do EIA/Rima, de  
666 2017. Portanto, no nosso ver, elas estão inválidas. Como que um município dá  
667 uma anuência prévia sem o conhecimento do que está para acontecer com o  
668 licenciamento, com o território de cada município? Sobre as estruturas de  
669 disposição de rejeito, a Supram sugeriu o indeferimento da revalidação da  
670 Licença de Operação para o empreendimento da barragem Santarém, da  
671 Samarco, e também manifestou pelo indeferimento da renovação da Licença de  
672 Operação para o empreendimento Complexo Minerário de Germano, apontando  
673 irregularidades que impedem a Samarco de voltar a operar, dentre elas, a  
674 ausência do local para dispor rejeito, existência de diques danificados,  
675 deficiências do dam break e ausência da manifestação do DNPM quanto ao  
676 plano de segurança da barragem para Germano. Para a ausência do local de  
677 disposição de rejeitos, nós tivemos essa mesma visão da Supram Central. E  
678 continuam, dessa mesma maneira, indefinidos os locais a serem colocados os  
679 rejeitos. Na página 14, na tabela 2.5, do plano de disposição de estéril, fala da  
680 Pilha de Disposição de Estéril João Manoel, SDER Alegria Norte, SDER Alegria  
681 Sul, e uma nova estrutura, 'potencialmente', sendo no vale do Fundão.

682 ‘Potencialmente’, não deixa claro. Na página 30, fala que ‘o sequenciamento da  
683 lavra foi projetado conforme disponibilidade das estruturas de disposição de  
684 estéril’. Então uma coisa relacionando a outra, mas a disposição de estéril  
685 travando o sequenciamento de lavra. Fala-se também, de modo conceitual, que  
686 a disposição de estéril e de rejeito arenoso talvez possa ser no vale do Fundão.  
687 ‘Apesar de constar no EIA a informação de que o dique Eixo 1 está sendo  
688 regularizado no processo de Licença de Operação Corretiva, ficou definido entre  
689 a SEMAD e a Samarco que a estrutura será contemplada em processo  
690 específico de licenciamento ambiental, uma vez que sua função principal é a  
691 recuperação ou fechamento do vale de Fundão. Porém, as propostas não foram  
692 apresentadas, estão em desenvolvimento ainda pela equipe. Na página 41, o  
693 empreendedor apresentou projetos conceituais para o fechamento das  
694 estruturas S3 e barragem Nova Santarém. Para os Diques B2, B3 e B11, o  
695 mesmo solicita prazo ainda até fevereiro de 2020 para dar alguma posição.  
696 Dessa maneira, analisando os trechos acima, a questão de estrutura de  
697 disposição de rejeitos foi tratada com omissão e inconsistência, inclusive, com  
698 uma série de aspectos ainda em nível conceitual ou a serem apresentados  
699 posteriormente ou em separado. Como se pode cogitar a concessão de uma  
700 licença que permitirá a retomada do complexo Germano sem tratar  
701 devidamente, contudo, o que se refere à disposição de rejeitos, independente  
702 de vários nomes que têm sido adotados, como dique ou cava ou barragem? O  
703 parecer da Supri, no nosso entendimento, ignora ou posterga questões que  
704 não estão equacionadas, o que pode legitimar o ilegitimável, como é o caso de  
705 o Estado e de a Samarco não terem ainda uma resposta para utilização do vale  
706 de Fundão para deposição de cerca de 30 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito. Afinal, se  
707 esses rejeitos existirão, é fundamental, antes do licenciamento, ter clareza  
708 quanto à destinação deles. Sobre a Licença de Operação Corretiva,  
709 questionamos: ‘O licenciamento pretendido é mesmo uma retomada ou se trata  
710 realmente de uma ampliação do Complexo Germano, inclusive com o  
711 atendimento para a Mina de Fazendão, da Vale?’ Sobre o Dique S4, o parecer  
712 diz: ‘O mesmo não integra as estruturas operacionais necessárias à retomada  
713 da operação...’ Diante da complexidade do processo de licenciamento da  
714 Samarco, eu vou ter que solicitar não sei quanto tempo, mas vou tentar resumir.  
715 Então quanto ao Dique S4 o parecer diz que o mesmo ‘não integra as estruturas  
716 operacionais necessárias à retomada da operação do Complexo de Germano e  
717 que atualmente se discute o melhor momento para o descomissionamento do  
718 Dique S4.’ Está claro que essa estrutura de disposição de rejeito ficou à parte  
719 do processo de licenciamento, nada estando definido sobre o seu  
720 descomissionamento e se realmente será efetuado. Assim, como não se  
721 apresenta nenhuma informação sobre Bento Rodrigues, o que é inconcebível,  
722 porque se trata de uma Licença de Operação Corretiva de todo o Complexo de  
723 Germano. Sobre a utilidade pública, para fins de supressão da vegetação nativa  
724 em APP, a Supri não menciona os requisitos da Lei 11.428, que,

725 resumidamente, ‘caberá ao proponente indicar, de forma detalhada, a  
726 alternativa de relevância de interesse nacional’, por ser de utilidade pública.  
727 Também que tem que demonstrar a inexistência de alternativa técnica e  
728 locacional ao empreendimento proposto. E também em relação a medida  
729 compensatória tem que ser incluída a área equivalente, com as mesmas  
730 características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, e isso não está  
731 presente no parecer. Considerando inaceitáveis as razões apresentadas para a  
732 não retirada de pauta, pelo que foi apresentado, e que o presidente falou que  
733 seriam questões, unicamente, de mérito, não que ele não possa voltar atrás,  
734 mas já está patente aqui, então não teria como, a nosso ver, não ter sido isso  
735 deliberado e está sendo deliberado antecipadamente. Voltamos a questionar  
736 sobre a orientação da retomada do Complexo Germano através da Licença de  
737 Operação, que é uma modalidade direcionada a empreendimentos em operação  
738 e que ainda não procederam ao licenciamento ambiental, o que não é o caso da  
739 Samarco. Nesse sentido da retomada do Complexo de Germano, eu vou citar  
740 só um trecho aqui do inquérito civil do Ministério Público. O número é  
741 24.16.010647/2. ‘A situação ainda é calamitosa, o que reforça a necessidade de  
742 um licenciamento ambiental regular, completo e verdadeiro, de modo a evitar  
743 desastres como o que ocorreu ou, de fato, minimizar os danos socioambientais  
744 das atividades a serem executadas’. O que, no nosso entendimento, deveria  
745 ser, no mínimo, um licenciamento trifásico. Sobre as estruturas com rejeitos do  
746 Complexo Germano, o parecer da Supri fala que a Barragem de Germano não  
747 está contemplada nesta Licença de Operação Corretivas, como também os  
748 diques de Sela, Selinha e Tulipa. Porém, nas páginas 9 e 10, na tabela 2.1, que  
749 fala da ADA Operacional do Complexo Germano, estão lá as obras  
750 emergenciais, os diques de Sela, Selinha e Tulipa e a Barragem de Germano,  
751 contrariando então o que foi falado de que elas não fazem parte desta LO. Há,  
752 portanto que se tratar da questão do risco com muito mais atenção e  
753 responsabilidade do que observou o parecer da Supri, que chega a ser  
754 superficial a respeito dessa temática. No relatório técnico da Potamos  
755 Engenharia sobre a Barragem de Rejeito de Germano e seus acessórios, suas  
756 estruturas anexas, nos Diques Sela, Tulipa e Selinha são apontadas algumas  
757 das principais causas de instabilizações e controles preventivos e corretivos  
758 pela Samarco. Como causas principais de instabilizações, elevação da  
759 freática/poro pressão, obstrução do dreno de fundo, instabilidade de taludes,  
760 entre outras. Os principais controles corretivos foram: atualizar as cartas de  
761 riscos para poropressão para a barragem, finalizar estudo contratado da  
762 Norwest para avaliar o potencial de liquefação estática da Barragem de  
763 Germano, revisão/comentários pela operação das cartas de riscos para  
764 poropressão. Fizemos várias perguntas a respeito disso, se os controles  
765 preventivos/corretivos foram todos realizados a partir de 2016, como aponta o  
766 relatório. ‘Considerando que desde 2016 foram realizadas diversas obras nas  
767 estruturas e obras emergenciais no Complexo Germano e houve alterações

entre o EIA e PCA de 2017 e o processo de licenciamento objeto da LOC, houve a atualização de tudo o que se refere a esses controles? Qual a razão de os únicos estudos relacionados a risco das barragens de rejeitos serem de 2016 se já se passaram três anos e este ano ocorreu um rompimento que motivou alterações em normas técnicas e legais? Qual a razão de a Supri não ter informado sobre as questões afetas às Zonas de Autossalvamento e Zonas Secundárias das estruturas com rejeitos no Complexo Germano, caracterizando-as e informando se todas as exigências legais foram devidamente cumpridas? Considerando que a barragem do Germano está com 129.590.000 m<sup>3</sup> de rejeito e 163 m de altura, o que significa cerca de três vezes mais que a altura da Barragem do Fundão, todos os estudos realizados até o momento contemplaram os novos dados constatados após o rompimento em 2015 e o ocorrido este ano, inclusive a avaliação da viabilidade ambiental da retomada da Samarco com essa estrutura gigantesca a montante sem estar descomissionada? Sobre a eficácia das ações de recuperação do passivo ambiental, houve o indeferimento, pela Supram Central, da Licença de Operação da Samarco, que apresentou, na época, 12 recomendações para o tratamento do passivo ambiental. A Supri atesta que as 12 recomendações para o tratamento do passivo ambiental foram atendidas? Sobre responsabilidades da equipe técnica, a Supri aponta que ‘não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença’. Porém, nós entendemos que ela possui responsabilidade técnica e jurídica quanto à decisão sobre as quais as informações a inserir ou emitir no Parecer Único, assim como a profundidade ou superficialidade em relação ao teor dessa temática necessária à adequada análise de processos de licenciamento são de sua responsabilidade. Para concluir, senhor presidente, ‘considerando a legislação vigente, o Fonasc entende que são necessários um novo EIA/Rimas, novas declarações de conformidade, uma avaliação ambiental integrada e completa para a região do Complexo de Germano e toda a bacia hidrográfica, a apresentação da totalidade das estruturas de disposição de rejeitos e respectivos projetos para além do ‘conceitual’ e o descomissionamento da Barragem Germano, antes que a retomada do Complexo Germano seja pautada para deliberação. Considerando o direito/dever da coletividade de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, assim como o fato do total conhecimento dos documentos que integram este processo de licenciamento, a Superintendência de Projetos Prioritários (Supri) não poderia ter elaborado o Parecer Único nº 0603993/2019, que não tem data, com sugestão pelo deferimento do PA COPAM nº 00015/1984/107/2017. Diante dos fatos e razões acima expostos, que embasam o fato de o mesmo não estar devidamente instruído, requeremos a retirada de pauta do processo administrativo do Complexo Germano, sob o risco de grave violação a direitos fundamentais e à legalidade administrativa, processual e ambiental, além da responsabilidade assumida desde já se a

811 licença for concedida e no futuro novos rompimentos das estruturas com rejeitos  
812 ou estéril romperem no referido complexo mineral. Caso não seja retirado de  
813 pauta, o Fonasc já registra seu voto pelo indeferimento. A nosso ver, a Samarco  
814 (Vale/BHP Billiton), a Supri, a SEMAD e o governo de Minas, assim como os  
815 conselheiros que votarem a favor do deferimento, estarão assumindo os riscos  
816 de um empreendimento repleto de falhas no licenciamento, inclusive em relação  
817 a estruturas com rejeitos no Complexo Germano, entre elas, uma a montante  
818 com quase 130 milhões m<sup>3</sup> e mais de 100 m de altura, o que é gravíssimo, após  
819 o que ocorreu com os rompimentos em 2015 e no dia 25 de janeiro deste ano.  
820 Considerando as reiteradas situações na CMI/COPAM que violam a legalidade  
821 e direitos ambientais e constitucionais, o Fonasc registra a preocupação com as  
822 decisões que serão tomadas a respeito deste licenciamento e suas implicações  
823 em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida da população hoje e nas  
824 próximas gerações. Lembramos que, quando decisões referentes ao meio  
825 ambiente são tomadas, há que se considerar os princípios de precaução e da  
826 prevenção. Em caso de dúvida, prevalece o cuidado com o meio ambiente'. De  
827 certa, isso que eu falei aqui está vindo à tona agora pelo relatório da  
828 Controladoria Geral do Estado, que aponta falhas no licenciamento. Tendo  
829 também disponibilizadas pelo presidente as atas das reuniões técnicas a  
830 respeito da segurança da barragem, teve momentos nas reuniões em que foi  
831 falado da preocupação em relação a vários descomissionamento que irão  
832 acontecer ao mesmo tempo na região do Quadrilátero Ferrífero, inclusive com  
833 disposição de materiais que serão utilizados nesses descomissionamento. E por  
834 causa disso – parece uma coisa mais econômica, pelo que eu pude entender lá  
835 –, há o entendimento entre o Ministério Público e o empreendimento de que  
836 deveria ser feita uma avaliação integrada a respeito desse  
837 descomissionamento. Isso até certo ponto nos pareceu de cunho econômico. E  
838 por que não fazer essa avaliação integrada do processo de Germano como um  
839 todo? É uma coisa que temos sempre pedido em todos os licenciamentos, que  
840 está para acontecer, mas não acontece. Vamos aqui deliberar mais uma vez  
841 sobre isso. Quando é para fazer uma avaliação integrada de interesse do  
842 empreendedor, é ajustado, é feito, é acordado. Quando é para fazer uma  
843 avaliação integrada de qualquer empreendimento da Samarco ou de outro, isso  
844 não é feito, o licenciamento é partido, pelo contrário, para favorecer justamente  
845 a falta dessa visão global do empreendimento e do impacto que tem na região."

846 Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: "Na reunião anterior, quando eu pedi  
847 vista, eu justifiquei o meu pedido de vista uma vez que na Licença Prévia e  
848 Licença de Instalação conjunta, em processo anterior, eu pedi vista e fiz o relato  
849 de vista. Então eu acredito que a justificativa de ter pedido para rever o  
850 processo novamente foi exatamente com o propósito de tentar contribuir na  
851 discussão do processo. Uma vez que sou profissional do ramo, represento um  
852 conselho de profissionais da área tecnológica, e esse é um processo que tem  
853 uma consequência muito grande na área que eu represento, particularmente, e

também para a sociedade como um todo. O meu relato de vista foi apresentado, tempestivamente, está arquivado na SEMAD. Eu faço um pequeno histórico do processo, depois informações sobre o empreendimento em geral. Imaginando que são 356 páginas, que na realidade representam um resumo, como o presidente disse, de mais de 40 mil documentos. Então no Parecer Único é difícil que se consiga contemplar todas as informações que estão naquelas 40 caixas que nós vimos lá na reunião passada. Então basicamente nos baseamos no Parecer Único e também em consultas feitas à própria empresa em relação a pontos em que tínhamos dúvida, que não estavam muito claros no parecer. Nós consultamos também o empreendedor para esclarecimento. Então no meu parecer constam, na parte do histórico, essas informações sobre o empreendimento, e eu gostaria de destacar o seguinte, como foi falado aqui. A Barragem do Germano não está incluída como estrutura de operação na Licença de Operação Corretiva, uma vez que em 2012 cessou o lançamento de rejeito no seu reservatório. Essa barragem é uma estrutura construída pelo método de montante, como todo mundo sabe, e será descaracterizada conforme a Resolução ANM nº 13/2019 e Lei Estadual nº 23.291/2019. Em decorrência da obrigatoriedade da descaracterização da Barragem de Germano, foi apresentado pelo empreendedor projeto conceitual do fechamento da Barragem de Germano, protocolado em 23 de maio de 2019. O processo será analisado pela FEAM conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784/2019. Outro comentário que eu gostaria de fazer. No processo, ocorrem uma série de alterações. 'As alterações propostas se configuraram em um significativo avanço tecnológico na medida em que a empresa deixou de dispor rejeito arenoso e lama em conjunto num sistema de barragem'. Originalmente, o que era previsto? A Cava Alegria Sul seria utilizada para ser nela depositado todo o rejeito proveniente da operação da Samarco. Durante esse processo entre a LI e LI e agora a Licença de Operação Corretiva, optou-se por um sistema mais moderno, mais evoluído, de filtragem. Quem trata rejeito de mineração de minério de ferro sabe que tem areia ou minério fino e argila. Então o que se vai fazer? Obviamente, como é uma polpa, a primeira operação é desaguar o processo. Então toda a água volta para o processo, o rejeito arenoso é retirado, filtrado e empilhado. Sobra apenas então a lama. O que quer dizer, quando se fala aqui, que essa é uma operação para usar somente o fundo da cava da mina, o que em termos ambientais é mais favorável e também tem uma série de vantagens sobre isso, sob aspectos de segurança também. Na sequência do meu relato, apresentamos que há um pouco mais de uma dúzia de programas de monitoramento. Eu não vou ler todos aqui, que estão no processo. Mas um que me chamou bastante atenção é o levantamento espeleológico. Grande parte do parecer é detalhamento de todos os conceitos da área da espeleologia. Deu para se perceber o seguinte. A profundidade com que foi feita esse parecer a despeito da quantidade de documentos que tinham lá. Na sequência, eu falo sobre as compensações ambientais, principalmente

aquela relativa à Resolução Conama 369/2008, a Deliberação Normativa 114/2008, a Lei do Snuc, a Lei da Mata Atlântica e, sobretudo, essa parte da compensação espeleológica. Já concluindo então o meu comentário do meu relato, eu gostaria de deixar aqui um comentário. E aí, Rodrigo, você como representante da Supri: eu tive a oportunidade de destacar aqui como vocês fizeram o levantamento, e aí vai o meu comentário que está escrito no relatório. ‘Nesse item, como representante do conselho de profissionais da área tecnológica, destaco e parabenizo a Supri...’ Estou vendo a Karla e a nossa colega da área jurídica aqui, a Angélica, que está aqui, mas o comentário vale para todos vocês da equipe. Eu acho que vocês introjetaram bem a insistência que eu tenho colocado aqui de que não basta colocar o nome do profissional e o número do Crea, para nós é importante aquilo que vocês fizeram: quando vocês colocam lá o responsável técnico, a formação e o registro do profissional, não só do Conselho Regional de Engenharia. Nesse parecer, vocês vão encontrar do CRBio, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, da OAB. Estão todos lá. Então toda a documentação quando o profissional assina aquela Anotação de Responsabilidade Técnica, ele, de fato, é responsável por isso. Muitas das vezes, nós profissionais – e eu me incluo nisso, porque também já fiz isso no passado –, quando vamos preencher uma ART, passamos para um subordinado fazer e depois assinamos sem saber exatamente aquilo a que nós estamos nos responsabilizando. Então esse documento tem um valor muito grande, por isso que insistimos nisso. E essa é a razão dos meus cumprimentos a vocês da equipe técnica. E vamos, inclusive, fazer um ofício do Crea para o secretário Germano, para que esse procedimento seja não só no COPAM, mas também no CERH, que seja colocado claramente quem é o responsável pela atividade. Concluindo, destaco e parabenizo a Supri pela forma correta e clara de apresentar as atividades técnicas profissionais correspondente às suas responsabilidades pelos estudos apresentados, individualizando seus respectivos registros nos conselhos de classes, bem como as suas respectivas ARTs. Mais uma vez, cumprimento a vocês. Já concluindo, ‘considerando o exposto neste relato de vista, associado ao fato de que a equipe da Supri analisou o processo de forma detalhada e assertiva, o Crea-MG se posiciona favorável ao deferimento da Licença de Operação Corretiva nos termos do Parecer Único da Supri nº 0603993/219. Newton Reis de Oliveira Luz, representante do Crea.’ Os meus comentários, da minha parte, estão concluídos, mas, Daniel, eu queria que você, por gentileza, fizesse um cumprimento à nossa colega Maria Eugênia. Muito bem feito o relato de vista da Sede e auspicioso para nós aqui. Eu já fui funcionário da Sede, fui diretor de Mineração da Sede. É muito auspicioso ver essa contribuição que a Sede está dando. Você, Daniel, tem participado conosco aqui bastante, mas, tecnicamente, eu achei muito interessante e acho que vale a pena essa consideração.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Fazer um comentário com relação ao processo da retomada da Samarco que está dentro da ANM, que eu

940 acho importante. Foi apresentado o novo PAE com todo esse processo de  
941 retomada, esse PAE foi analisado, foram feitas várias exigências, a empresa  
942 cumpriu todas. Foi feito um grupo de trabalho específico para analisar esse  
943 Plano de Aproveitamento Econômico, que é direcionado pela Diretoria-Geral.  
944 Quando foi feita a finalização da análise, o PAE foi considerado satisfatório,  
945 entretanto, aguarda a licença ambiental para poder ser publicado o seu  
946 deferimento. Com relação às estruturas, o que foi muito mencionado e como  
947 prioridade, com razão, porque é a preocupação hoje a segurança das  
948 estruturas, eu corroboro com todos que têm essa preocupação e devem ter  
949 mesmo. O momento é este de perguntar. Eu tenho a dizer o seguinte. No nosso  
950 sistema SIGBM, as estruturas estão todas dentro dos padrões, com as DCEs  
951 apresentadas e consideradas satisfatórias. Nós também temos conhecimento  
952 de que existe uma auditoria externa independente fazendo auditoria mensal,  
953 fiscalização mensal nas estruturas, o que também vem corroborar com a  
954 segurança das estruturas. Entretanto, eu gostaria, presidente, de fazer três  
955 perguntas para o empreendedor, quando for a hora de ele se manifestar, que  
956 ele possa responder, para que possa esclarecer mais essa questão, porque não  
957 ficou muito clara talvez para algumas pessoas. A primeira pergunta é a  
958 seguinte. Qual é a atual situação da Barragem de Germano e da de Santarém  
959 referente a segurança de barragens? Fator de segurança, análise de risco.  
960 Enfim, como essas barragens estão? Eu acho que é interessante esclarecer  
961 isso aqui. Segunda pergunta: a retomada das operações do complexo vai  
962 interferir na segurança dessas estruturas? Eu acho também que é uma  
963 pergunta interessante para ser respondida.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
964 Trovão: “Das estruturas a que se o senhor se refere, Germano e Santarém.”  
965 Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Exato. A retomada das operações vai  
966 interferir na segurança dessas estruturas? Sim, não, por quê? E o projeto de  
967 descaracterização, que foi até mencionado aqui, realmente vai ter que ser  
968 apresentado projeto executivo, em dezembro, para a ANM. Em que pé esse  
969 projeto está, quais vão ser as premissas desse projeto e o cronograma, que eu  
970 acho que é o mais importante para podermos ter uma ideia do que vai acontecer  
971 e quando vai acontecer. Então são as minhas perguntas, com o intuito de ajudar  
972 a esclarecer e fazermos uma votação consciente.” Conselheiro Evandro  
973 Carrusca de Oliveira: “Apenas acrescentar às perguntas do Claudinei, pedindo  
974 também que o corpo técnico da empresa abordasse um pouquinho sobre a  
975 segurança da utilização dessas cavas e a vida útil delas, sua interferência no  
976 Germano. Eu e a Adriana, do Cefet, sempre batemos na tecla de utilização  
977 dessas cavas. Está acontecendo agora, mas eu gostaria de ter mais  
978 informações a respeito.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu queria  
979 me desculpar com os demais conselheiros. Quando eu fiz menção ao relato de  
980 vista da conselheira Maria Eugênia, absolutamente, eu não queria  
981 desconsiderar quem mais tenha feito. Simplesmente, porque é uma colega  
982 nossa engenheira de minas que está dentro da Sede, e eu acho que a

983 contribuição dela é muito importante para esta Câmara. Absolutamente, eu não  
984 quero desconsiderar a importância e o valor dos comentários de cada um dos  
985 colegas que apresentaram o seu relato.” Marcos Kneip: “Bom dia a todos, bom  
986 dia, conselheiros. Marcos Kneip, secretário de Desenvolvimento do Estado do  
987 Espírito Santo, aqui representando o Estado do Espírito Santo, onde a Samarco  
988 tem a sua operação de exportação e pelotização. Respeitando as opiniões  
989 contrárias, eu gostaria de manifestar aqui, em nome do governador Renato  
990 Casagrande e de toda a sociedade capixaba, favoravelmente ao retorno das  
991 atividades da empresa, tendo em vista os graves problemas sociais e de  
992 desemprego que hoje nos assola com relação ao fechamento da Samarco já  
993 por mais de quatro anos. Tem aqui dois prefeitos de Minas, o de Mariana e o  
994 prefeito Fabrício Petri, de Anchieta, que sabem do que estou falando. O  
995 problema não é só no Espírito Santo, mas também em Minas Gerais. E nós  
996 enfrentamos, além do problema de Anchieta e de Mariana, uma questão  
997 nacional, com mais de 12 milhões de pessoas desempregadas. Nós não  
998 podemos nos dar ao luxo de deixar um complexo como esse, que gera riqueza,  
999 emprego e desenvolvimento, fechado. Lógico, tem que ser feito de forma  
1000 segura, com respeito às normas ambientais. Esse é o nosso entendimento  
1001 também, do governo do Espírito Santo, mas não poderíamos deixar de vir aqui  
1002 dar essa nossa manifestação. Inclusive, antes de assumir a Secretaria de  
1003 Desenvolvimento do Estado, eu fui secretário de Desenvolvimento de Anchieta.  
1004 Então eu falo aqui porque conheço o problema de perto. E fizemos,  
1005 recentemente, juntamente com a equipe do prefeito Fabrício, uma visita ao  
1006 Complexo de Germano, onde pudemos constatar também os grandes  
1007 investimentos que foram feitos por parte do empreendedor na questão de  
1008 segurança, em uma nova operação, em uma nova modelagem. Portanto, essa é  
1009 a nossa opinião. Nós gostaríamos de deixar isso claro, respeitando,  
1010 democraticamente, todas as opiniões contrárias, mas realmente nós lá não  
1011 temos mais como prorrogar esse retorno da empresa. É uma necessidade, e ela  
1012 voltará, com certeza, melhor. Nós temos que olhar para trás, aprender com os  
1013 erros, mas não podemos matar a vaca para curar o carapato, como diz o  
1014 ditado. Então precisamos olhar para frente, verificar e aprender com tudo que  
1015 aconteceu. Nós somos solidários com as dores das famílias de Mariana, de  
1016 Minas Gerais, mas entendemos que uma outra tragédia social, silenciosa, vai  
1017 acontecendo, tanto em Minas quanto no Espírito Santo e não podemos  
1018 simplesmente virar as costas para isso e não permitir o retorno de uma  
1019 empresa. Estamos com um porto parado. O Brasil não pode se dar a esse luxo.  
1020 A empresa representa para o Brasil, representa para Minas Gerais e  
1021 representava 6% do PIB capixaba. Portanto, essa é a nossa opinião, a nossa  
1022 manifestação, com todo respeito e de forma muito democrática.” Duarte Júnior:  
1023 “Antes de tudo, eu queria dizer que Mariana ansia muito por algo que para nós é  
1024 muito importante. E queria deixar isso claro. Nós esperamos que a Justiça, o  
1025 mais rápido possível, possa finalizar esse processo, dando direito a ampla

1026 defesa e ao contraditório, mas que possa finalizar esse processo do maior  
1027 desastre ambiental do Brasil, maior derramamento de lama do mundo. Isso não  
1028 é culpa da natureza, não podemos somente pensar em penalizar pessoa  
1029 jurídica. Tem responsáveis que faziam a segurança daquela barragem, e nós  
1030 marianenses esperamos que possa finalizar esse processo. E cabe ao Poder  
1031 Judiciário finalizar esse processo e indicar os responsáveis pelas perdas de  
1032 vidas da cidade de Mariana. Dito isso, eu queria deixar claro que tenho  
1033 participado desse processo desde o primeiro momento e nunca tive uma opinião  
1034 divergente da que vou posicionar aqui. Sempre entendi e, no primeiro momento  
1035 quando fui perguntado, eu disse que era necessário, sim, que identificássemos  
1036 os responsáveis, mas era necessário entender o tamanho da responsabilidade  
1037 que um gestor tem em suas mãos. A cidade de Mariana depende 89% da  
1038 Cefem de mineração, seja ICMS, seja Cefem. Isso é muito complexo porque  
1039 nós temos como obrigação manter pagamento de salário, manter a saúde,  
1040 manter educação, coleta de lixo, saneamento básico, segurança pública. E o  
1041 que nós percebemos na cidade de Mariana – e eu percebi, Fabrício, que em  
1042 Anchieta o problema se agravou ainda mais – é que nós chegamos a perder R\$  
1043 70 milhões em um único ano de receita. Isso é um problema muito sério porque:  
1044 como manter as suas obrigações? E isso nos trouxe a reflexões, que também  
1045 posso afirmar, com tranquilidade, que, se fosse prefeito aonde a mineração não  
1046 existisse, para a mineração se instalar no meu município, eles teriam que  
1047 demonstrar políticas públicas aonde nós pudéssemos realmente pensar na  
1048 diversificação. O que aconteceu durante muitos e muitos anos foi que nós  
1049 tivemos administrações que, pela facilidade da entrada dos recursos, não nos  
1050 preocupou buscar outras fontes de receita. E aí tenho que fazer referência à  
1051 cidade de Ouro Preto também, que está aqui representada por vereadores, que  
1052 vem sofrendo com a mesma dificuldade em relação ao município de Mariana.  
1053 Então é importante que cada um dos senhores que vão, daqui a pouco, decidir  
1054 sobre o futuro da empresa saiba que não é uma decisão somente dos senhores.  
1055 Esse processo que está aqui, que são mais de 30 caixas, passou por muitos  
1056 órgãos, respeitou-se todo um trâmite legal. Nós tivemos audiência pública na  
1057 cidade de Mariana, audiência pública na cidade de Ouro Preto. Nas audiências  
1058 públicas, aonde é dado o direito a cada marianense a se posicionar, 90% das  
1059 pessoas entendiam a importância do retorno da Samarco. E eu posso afirmar o  
1060 porquê. Porque se você quer conhecer a dignidade da pessoa humana deixe  
1061 que ela fique sem emprego e que passe a depender somente dos serviços  
1062 públicos, que ela não tenha condições de sustentar sua própria família. E é o  
1063 que acontece na nossa cidade, o grande número desempregados. Mariana  
1064 chegou a quase 30% de desempregados. Passou-se a depender do poder  
1065 público, seja com cesta básica, seja com atendimento do SUS, e isso trouxe,  
1066 sim, perda familiar, aumento do número de drogas, envolvimento de pessoas  
1067 com drogas e aumento em relação à segurança pública. E isso nos preocupa,  
1068 porque o que está sendo discutido aqui – é importante que todos entendam – é,

1069 sim, um passo importante para o retorno da empresa. E Mariana – aí digo  
1070 Câmara Municipal e Poder Executivo – nunca se furtou do debate e nunca teve  
1071 medo ou tentou se esconder em dizer qual sua posição. Nós somos, sim,  
1072 favoráveis à volta da empresa, desde que respeitados todos os trâmites legais.  
1073 A Samarco é, sim, responsável pelo maior desastre ambiental, o maior  
1074 derramamento de lama do mundo, mas tem, por obrigação, na sua volta, servir  
1075 de exemplo para que seja, sim, através de filtragem. E essa filtragem, por mais  
1076 que se decida aqui, demora de dez meses a um ano para que a empresa volte a  
1077 operar. Não quer dizer que ficou decidido aqui, e amanhã a empresa volta a  
1078 operar. Ela tem que instalar toda a filtragem. E foi falado aqui, um profissional  
1079 pelo qual eu tenho um grande respeito, que é o Ribas, que tem acompanhado  
1080 todo esse processo. Nós temos que acreditar nos órgãos. Se um órgão que está  
1081 lá, pessoas profissionais disserem que tem a legalidade, nós precisamos  
1082 entender então que são órgãos que devem ser respeitados. Então eu entendo  
1083 que a empresa respeitou todo o trâmite legal, fez o que era necessário para que  
1084 chegasse a este momento, e solicito, realmente, a cada um dos membros que  
1085 possa decidir hoje, não somente sobre o futuro da empresa Samarco, mas o  
1086 futuro da cidade de Mariana, da cidade de Ouro Preto, do Estado de Minas  
1087 Gerais, do Estado do Espírito Santo. Muito obrigado, e que Deus abençoe a  
1088 decisão de cada um dos senhores.” Bruno Mol: “Bruno Mol, cidadão  
1089 marianense, também atingido pelo desastre da barragem de Fundão. Eu quero  
1090 cumprimentar o presidente do Conselho, presidente Yuri, e estender esse  
1091 cumprimento aos demais membros do Conselho reconhecendo a legitimidade  
1092 que os senhores e as senhoras têm para decidir decisões tão importantes em  
1093 nosso Estado. Só quem esteve em Mariana no dia 5 de novembro de 2015  
1094 consegue imaginar o que aconteceu em Mariana. Nós estávamos lá naquele  
1095 momento e, como também atingidos, vivenciamos todas as dores que Bento  
1096 Rodrigues e Paracatu, inicialmente, viveram. Estávamos reunidos, buscando  
1097 alternativas para aquele mesmo distrito que foi atingido, onde a Samarco tinha  
1098 destinado o valor de R\$ 2 milhões para captação e tratamento de água no  
1099 distrito de Bento Rodrigues. Naquele momento, por infortúnio, nós recebemos e  
1100 ouvimos o movimento da cidade de Mariana, dos Bombeiros, e começamos a  
1101 buscar as informações do que aconteceu. Imediatamente, nós saímos de  
1102 Mariana e fomos até o distrito, aonde nós conseguimos chegar, e vivenciamos  
1103 ali todas as dores que muitos de vocês ou talvez a maioria imaginam o que foi.  
1104 Nós estávamos lá e vivenciamos tudo o que aconteceu. A imprensa, que hoje  
1105 não está em Mariana mais, alardeou que não aconteceu, da forma que ela viu e  
1106 da forma que ela tenta, a todo momento, colocar da nossa cidade, nos  
1107 colocando em uma situação péssima, degradante e em que nós não  
1108 merecemos estar. Nós estamos aqui hoje defendendo a volta da Samarco,  
1109 defendendo a mineração consciente, responsável, defendendo aqui que os  
1110 marianenses tenham o direito de ter emprego e acesso ao serviço público de  
1111 qualidade, que hoje não têm. Então nós não podemos aqui, como marianenses,

1112 como cidadãos mineiros, também os nossos irmãos ouro-pretanos, negar o que  
1113 a Samarco representa para nós. Eu poderia aqui, também como filho de um  
1114 operário da Samarco, ter um discurso apaixonado, mas não faço. Eu faço um  
1115 discurso de representante público e de atingido: nós precisamos do retorno  
1116 daquela empresa, que há 40 anos está em nosso município gerando riqueza,  
1117 renda, emprego e a subsistência dos marijanenses. Nós precisamos aqui, sim,  
1118 presidente, unirmos em torno da responsabilidade e da responsabilização  
1119 daqueles que permitiram que isso acontecesse. Mas nós não podemos aqui  
1120 penalizar todos os marijanenses – 60 mil, para ser mais exato –, que estão  
1121 sofrendo com a paralisação dessa empresa. Eu represento aqui os  
1122 marijanenses, eu represento aqui todos os empregados da Samarco, todos os  
1123 desempregados de Mariana, representa aqueles que não conseguem hoje  
1124 acessar o serviço público porque Mariana perdeu a sua maior fonte de renda.  
1125 Volto a dizer, nós marijanenses defendemos a mineração, defendemos a  
1126 empresa Samarco, nós nos orgulhamos de ter em nosso território uma empresa  
1127 como aquela e também repudiamos tudo o que aconteceu, para que sirva de  
1128 exemplo para o Brasil e para o mundo. Mas nós não podemos aqui, de maneira  
1129 nenhuma, negar o que essa empresa representa para nós. Volto a dizer,  
1130 respeitando sempre as opiniões divergentes, eu estava lá e vivenciei tudo o que  
1131 aconteceu. Então o nosso pedido a este Conselho, que tem legitimidade para  
1132 decidir ações como essa, é que tenha responsabilidade não somente com a  
1133 empresa, mas com o marijanense, os minérios e os brasileiros. Volta, Samarco.”

1134 Deyvson Ribeiro: “Eu gostaria de deixar uma reflexão para os conselheiros e  
1135 para todos aqui hoje. Imagina nós chegando à nossa casa agora à noite e  
1136 dormirmos. E amanhã 19 pessoas não vão ver o dia amanhecendo, porque  
1137 faleceram. E outros não têm um teto aonde morar. Daqui a 30 dias, começam  
1138 demissões em massa da Samarco porque a Samarco foi paralisada. Daí 40  
1139 dias, 60 dias, 80 dias, começa a reflexão. Porque se alguém tiver algum  
1140 dinheiro, alguma coisa guardada, algum recurso guardado já começa a não  
1141 conseguir sustentar sua casa mais, pela paralisação da Samarco. Imagina o  
1142 empresário em Mariana, quantos empresários em Mariana hoje fecharam suas  
1143 portas porque paralisaram, fecharam, porque não tinham condições, não tinha  
1144 clientes para comprar no seu empreendimento. O empresário que teve um  
1145 sonho de construir o seu empreendimento, e foi fechado pelo fato de hoje não  
1146 conseguir mais atender porque não tinha clientes para comprar nas suas lojas.  
1147 Quantos pais de família que não têm condições de comprar um arroz, um feijão,  
1148 que é o básico da nossa casa, para o seu filho, para sua esposa, porque o  
1149 homem é o chefe da casa. Nada contra as mulheres, mas o homem é o homem  
1150 da casa, ele é responsável por sustentar sua família. E não conseguir porque  
1151 não tem um emprego digno hoje. Muito bem colocado pelo nosso prefeito: 30%.  
1152 Mariana hoje são 60 mil pessoas. Desses 60 mil, mais de 20 mil pessoas estão  
1153 desempregadas. E isso gera o impacto enquanto nosso município. Então eu  
1154 peço esse entendimento na reflexão dos conselheiros na hora de votar a volta

1155 da Samarco. A Samarco é culpada pelo que aconteceu? Sim. Mas ela está  
1156 sendo ordeira, está sendo organizada, para tentar resolver o problema. Não  
1157 podemos tirar isso da Samarco. Então peço aos conselheiros que pensem não  
1158 somente na empresa de punição, mas pensem nas 60 mil pessoas de Mariana  
1159 hoje que dependem – praticamente 99% – da Samarco. Dependem da  
1160 Samarco, porque nós vivemos na Samarco. Quem mora em Mariana, quem  
1161 mora na região de Ouro Preto, quem mora no distrito de Mariana sabem do que  
1162 estou falando. Quem não conhece e vai a Mariana vê a necessidade de Mariana  
1163 hoje. Então nós temos que defender, sim. Eu, como morador, cidadão  
1164 marianense, representante legítimo do povo marianense, estou favorável ao  
1165 retorno da Samarco. E temos que ter a consciência de votar e pensar nessas  
1166 pessoas. Porque se votamos um voto contrário aqui hoje vamos deixar sofrer  
1167 mais quantos anos? São quatro anos hoje que Mariana sofre, pessoas passam  
1168 fome na sua casa porque não têm condições de comprar um arroz e um feijão.  
1169 É disso que nós temos que ter a consciência e ter a sensibilidade na hora de os  
1170 conselheiros votarem. Como eu disse, respeito cada um à sua opinião contrária,  
1171 mas vocês que têm opinião contrária eu gostaria que refletissem se estivessem  
1172 na sua casa e não tendo condições de comprar um arroz e um feijão para dar  
1173 para o seu filho porque não tem um emprego digno, porque a Samarco hoje não  
1174 funciona. Porque você não tem condições se você não tem emprego. Então  
1175 ponha a mão na consciência, cada um aqui, e pense assim: Será que eu, no  
1176 lugar dos marianenses, hoje, que não têm condições, que estão passando  
1177 fome, que tem muitos debaixo da ponte, porque não têm condições de manter  
1178 sua casa...’ É isso que eu quero que cada um de vocês hoje reflita com  
1179 consciência, porque é isso que nós queremos. Eu sou a favor da Samarco, a  
1180 favor dos trabalhadores da Samarco, dos comerciantes de Mariana, que estão  
1181 fechando seus negócios, seus sonhos, pelo fato de não terem como mais  
1182 manter suas portas abertas. Então pensem com consciência, que eu peço com  
1183 carinho que tenham reflexão de um pai, de uma mãe, vocês, conselheiros, na  
1184 hora de darem seu voto favorável ou contra. Porque 60 mil dependem de cada  
1185 um de vocês que estão sentados nessa mesa aqui hoje, que vai ter a votação  
1186 para votar o retorno da Samarco, sim ou não. Eu, como representante, sou a  
1187 favor do retorno da Samarco.” Natalia Miranda Reciolino: “Eu sou Natália,  
1188 discente, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais. Eu trouxe  
1189 alguns pontos aqui de crítica, referente ao Parecer Único elaborado pela Supri,  
1190 que aponta para o indeferimento da Licença de Operação Corretiva, de forma a  
1191 contribuir para a reflexão de vocês. O primeiro ponto, na verdade, é que a  
1192 Samarco não apresenta um plano definitivo para deposição dos rejeitos. No  
1193 próprio parecer da Supri, nas páginas 13 e 14, trata da disposição de estéreis.  
1194 E você tem uma tabela, como o próprio conselheiro do Fonasc já mostrou,  
1195 sobre a PDE João Manoel, Alegria Norte, Alegria Sul. Só que a deposição de  
1196 rejeitos nessas estruturas é uma deposição temporária, como a própria tabela  
1197 demonstra. Então de quatro, seis anos, com o projeto que está licenciando para

dez. E no fim da tabela a Samarco coloca como opção ‘nova estrutura, possivelmente, potencialmente, o vale de Fundão’. Então eu gostaria de questionar aos senhores porque, quando a gente licencia, normalmente licenciamos um projeto, uma obra, eu nunca vi licenciando possibilidades, ideias. E outra questão preocupante também é que é colocado que o Dique Eixo 1, vale do Fundão, vai ser alvo de um outro licenciamento, outro processo de licenciamento, com a finalidade de conter um derramamento que continua das barragens de Fundão e Santarém, que se romperam. Então fica aqui o meu questionamento – e eu gostaria da resposta da equipe da Supri e da Samarco também, se possível – como é possível licenciar um projeto sem uma alternativa definitiva de deposição de rejeitos. O que significa ‘nova estrutura’? O vale do Fundão suporta um barramento de rejeitos? O licenciamento proposto é para contingenciamento, não para se tornar um barramento. E a proposta também é transformar o vale do Fundão em uma barragem? Qual é a proposta da Samarco? Por que não esperar, então, o licenciamento dessa estrutura para então licenciar todo o complexo, para, enfim, essa estrutura ter uma opção definitiva de alocamento dos seus rejeitos? O segundo ponto é em relação ao EIA/Rima. No próprio parecer da Supri, ela coloca alterações significativas nos projetos, tanto esse sobre o vale do Fundão, que tinha entrado no EIA/Rima e foi alterado, assim como outros projetos, como o próprio conselheiro falou, de alterações, de complementos ao EIA. E como isso fica? Seria ideal ter um novo EIA/Rima para ver como ficam todas essas alterações. E o terceiro ponto, importante também, que já foi ressaltado, é sobre os sismos. O próprio Parecer Único da Supri ressalta que é um ponto que demanda estudos, mas em nenhum momento a Samarco apresentou um plano de estudos para isso, nem mesmo no item sobre níveis de pressão sonora e vibração. E somado a isso também é colocada a utilização de explosivos para retomada do complexo. O meu questionamento é se existem estudos que atestam a segurança das estruturas, considerando que é uma região de abalos sísmicos, que vão ser utilizados explosivos e considerando também – o que eu acho muito importante – a simultaneidade de processos. Ao mesmo tempo em que estamos discutindo aqui a LOC, vai estar sendo colocado o descomissionamento da barragem, da cava, dos outros diques que já foram apontados. E ao mesmo tempo também esse Dique Eixo 1, do vale de Fundão. Existe algum estudo de simultaneidade de todos esses processos? São impactos cumulativos nesse complexo, isso é muito importante de ser discutido. Eu gostaria de resposta da Supri e da Samarco.” Klemens Augustinus Laschefski: “Klemens Laschefski, da UFMG, professor de geografia. Eu queria reiterar alguns pontos que, a nosso ver, são bastante equivocados. O primeiro comentário é com relação às manifestações dos prefeitos. Não se trata de uma discussão a favor ou contra a Samarco, trata-se de uma discussão técnica e jurídica sobre uma empresa que cometeu crimes, e que uma parte da empresa até demonstrou, da forma mais cruel possível, que não está disposta a aprender com seus próprios erros. E também

1241 os prefeitos têm que agir com base na Constituição, e a Constituição coloca o  
1242 direito à vida acima dos interesses particulares de empresas, e em nenhum  
1243 município de vocês a maioria das pessoas vive da Samarco. E vocês têm que  
1244 também lembrar que até hoje aqueles municípios atingidos, as vítimas, não  
1245 foram reparados. A Samarco destruiu modos de vida e não repôs. Ninguém fez  
1246 essa conta. Ou seja, esse argumento de emprego não vale neste momento. Nós  
1247 queremos que a segurança pública esteja sendo garantida antes de que essa  
1248 empresa volte a trabalhar. Lembrando que a Vale paga certificadores para  
1249 falsificar documentos. Como se pode confiar em uma empresa dessa? É  
1250 impossível. Então, mais uma vez, em um país civilizado, o procedimento é  
1251 assim, de acordo com a Constituição. Primeiro, segurança pública. Segundo,  
1252 reparação dos danos. E depois se discute se é possível que a empresa pode  
1253 voltar a operar. Então são esses princípios, que são constitucionais, que são  
1254 imutáveis. Agora sobre o parecer da Supri. A Supri sempre faz pareceres  
1255 bastante interessantes, de forma técnica. Digamos assim, não técnica, são mais  
1256 argumentos formais que ela utiliza, de certa forma, para os estudos técnicos  
1257 que estão sendo feitos. O problema é que não é tarefa reproduzir,  
1258 simplesmente, alguns trechos dos estudos entregues pela empresa, ela tem que  
1259 fazer uma análise qualitativa das informações. Não foi feito. Está cheio de  
1260 achismos esse parecer da Supri, cheio de conceitos. E o pior de tudo é que a  
1261 questão da segurança foi simplesmente deixada para o lado. Ou seja, o parecer  
1262 da Supri, em todas as letras, inverteu a ordem do que a Constituição  
1263 determina. Ela coloca a segurança pública no futuro. No parecer, está escrito  
1264 que a empresa não tem plano para descomissionamento da barragem, não tem  
1265 uma estratégia. Tem uma proposta, não concretizada. Como vocês irão garantir  
1266 a segurança pública? Dessa forma, tem um parecer que cria um mundo  
1267 fantástico no nível formal. Na verdade, quando você aplica isso na prática, no  
1268 mundo real, vira lama. Você mesmo já passaram por isso, não devem fazer  
1269 isso. Isso foi falado no dia 5 de dezembro de 2018 e no dia 11 de dezembro de  
1270 2018. Ficava na mesma situação. Então um dia os órgãos públicos têm que  
1271 assumir a sua responsabilidade para a segurança pública, que é o assunto mais  
1272 importante nesse sentido. Sobre o parecer, sobre o projeto em si, nós podemos  
1273 ver que a barragem de Fundão faz falta. Nós analisamos o parecer da Supri e  
1274 pudemos ver uma série de propostas para arrumar diques, gambiarras, não sei  
1275 o quê, para direcionar a lama. E, de fato, que é um problema de  
1276 responsabilidade das empresas mesmo, que a Samarco precisa usar outro  
1277 projeto de mineração, aquele de Alegria, que é da Vale, para voltar a trabalhar.  
1278 Ou seja, uma confusão de responsabilidades bastante mais complicada. Se no  
1279 caso acontece alguma coisa, quem vai ser responsável? E além disso se  
1280 questiona também a validade das licenças, que na verdade são dadas para  
1281 projetos diferenciados, não se exige já formalmente um novo licenciamento  
1282 ambiental para tudo isso, para ambos os projetos. Porque o projeto de Alegria  
1283 vai ser completamente descaracterizado, e isso não foi avaliado no parecer da

1284 Supri. Sobre a questão da barragem de Germano, como já foi falado aqui, nós  
1285 temos uma situação de instabilidade sísmica na região. A barragem de  
1286 Germano já era considerada área de risco. Depois do rompimento de Fundão,  
1287 Germano é uma estrutura de altíssimo risco. A barragem de Germano está  
1288 inserida dentro das atividades do empreendimento, cercada por estruturas que  
1289 estão sendo modificadas. Vai ter detonações, e dessa forma a Supri tem que  
1290 exigir do empreendedor estudos detalhados sobre os riscos sobre essa área.  
1291 Ou seja, ela simplesmente copiou aquilo que a empresa achava que era a Área  
1292 Diretamente Afetada e a Área de Influência, sem considerar esse novo fato –  
1293 porque quando as licenças foram analisadas isso foi antes do rompimento da  
1294 barragem. Esse novo fato, do rompimento da barragem, não foi considerado. E  
1295 essa área é área diretamente afetada, porque se está mexendo ao redor disso.  
1296 Por isso, foi negligenciado. Isso era fundamental no parecer da Supri. E além  
1297 disso nós podemos ver que tem vários problemas em relação a afirmações que  
1298 são infundadas, ou seja, propostas, programas, planejamento, planos que não  
1299 são concretizados e que ninguém sabe como se fazem. Ou seja, é um chute no  
1300 escuro, o parecer da Supri não esclarece nada sobre os riscos, sobre o  
1301 funcionamento do depósito de rejeitos, tem incoerência entre os prazos da  
1302 licença e os prazos de execução dos projetos e assim vai. Dessa forma, tem  
1303 mais uma vez aquela nossa crítica de que esse parecer não serve para  
1304 sustentar alguma decisão nesta Casa, por causa de ausência de informações  
1305 sobre a segurança pública. Dessa forma, vocês não têm possibilidade de tomar  
1306 decisão nenhuma. Nós queremos reiterar e chamar atenção da  
1307 responsabilidade de todo mundo, assim como a Corregedoria Geral do Estado  
1308 também já fez. Nós precisamos realmente ter mais cuidado e estarmos mais  
1309 preparados para tomar decisões.” Andréa Zhouri: “Andréa Zhouri, coordenadora  
1310 do Gesta/UFMG. Eu tenho acompanhado lá no território em curso, lembrando  
1311 que um desastre não é o rompimento da barragem, que o rompimento é um  
1312 evento catastrófico dentro de um desastre. O desastre começa muito antes, é  
1313 um processo, que começa, muitas vezes, com decisões tomadas pelos órgãos  
1314 ambientais, equivocadas, com falta de monitoramento etc. Aí acontecem a  
1315 catástrofe e, em seguida, as ocorrências do processo pós-catástrofe. O  
1316 desastre de Mariana está em curso, ele está acontecendo. As pessoas  
1317 continuam morrendo, as pessoas estão adoecendo, as pessoas estão sendo  
1318 medicadas com remédios de tarja preta, a maioria das pessoas. As pessoas  
1319 desenvolveram doenças, como diabetes, hipertensão, doença do pânico e  
1320 várias outras doenças. Pessoas estão tendo problemas de infarto, suicídios.  
1321 Então é muito grave a situação, é gravíssima, e nós não podemos deixar que o  
1322 tempo que se passa entre o evento catastrófico do rompimento e o desastre em  
1323 curso – o que leva muitos anos – dilua a nossa compreensão e a nossa  
1324 indignação diante da impunidade e da falta de celeridade. No meu  
1325 entendimento, nas minhas pesquisas, vocês estão sentados aqui numa sala  
1326 com ar-condicionado, auditório muito bonito, tomando decisões, e muitas vezes

1327 uma lambança é feita, e pessoas como eu vão conviver e tentar minimamente  
1328 ajudar a mitigar e a resolver lá com as pessoas. São pessoas como eu que  
1329 então ajudam, não vocês que estão aí decidindo. Pessoas como eu. Então eu  
1330 sou uma atingida pelo desastre também, a minha vida foi totalmente alterada  
1331 por esse desastre, completamente alterada. Estou doente também. Muita gente  
1332 como eu doente. Então eu quero dizer, como já disse, que não se trata de ir  
1333 contra e a favor, isso não é uma decisão sobre o empreendimento, é uma  
1334 decisão num contexto de desastre, de dois desastres grandes já ocorridos. É  
1335 uma responsabilidade enorme. E aí uma discussão que eu vejo aqui que seguiu  
1336 seu curso supostamente técnico passa por cima de considerações que  
1337 antecedem, obrigatoriamente, esse debate técnico, considerações de ordem  
1338 moral, de ordem ética e moral, antes de qualquer discussão técnica. É acintoso,  
1339 é uma vergonha para nossa sociedade estar ignorando o contexto desta reunião  
1340 e desta decisão. Isso é inadmissível. Nós perdemos o nosso senso de  
1341 civilidade, de humanidade, do que é que nós perdemos. Essa banalização do  
1342 mal, esse acostumar aos desastres. Muito me admira gestores públicos virem  
1343 defender empregos. Sim, dos empregos todos precisam. É muito cômodo vir  
1344 defender o que já está aí, uma mineração que já está aí. Falta criatividade, falta  
1345 iniciativa, falta o que para se criarem alternativas a essa economia de morte que  
1346 foi implantada aqui e lá no Espírito Santo também? Então o que antecede é o  
1347 seguinte. Nós temos uma empresa que cometeu um crime. Considerando a  
1348 Vale, dois crimes. Dois crimes gigantescos. É uma empresa que está  
1349 inadimplente. Qualquer cidadão sabe, você fica inadimplente, você não tem  
1350 crédito no mercado, você não pode comprar uma agulha em crédito. Essa  
1351 empresa está inadimplente, na pior forma possível de inadimplência. Ela não  
1352 respondeu a nada dos seus crimes, não fez recomposição alguma. Como é que  
1353 pode este Conselho pensar em conceder uma licença para uma empresa que  
1354 está inadimplente? Existem no TTAC, no ‘acordão’, aspectos do ‘acordão’ que  
1355 dizem respeito a essa morosidade na resolução dos problemas dos atingidos.  
1356 Está lá escrito, por exemplo, existe uma engenharia financeira do TTAC que  
1357 estabelece que as empresas Vale, BHP e Samarco só vão desembolsar  
1358 recursos para a Renova na medida em que os gastos são feitos. E quanto  
1359 menor o gasto de um ano o recurso previsto para o ano seguinte vai levar em  
1360 conta o que foi dispensado no ano anterior e não aquilo que precisa ser feito.  
1361 Vocês sabiam disso? Portanto, está previsto na engenharia financeira que,  
1362 quanto mais ela demora e menos ela gasta, lá no final da total reparação dos  
1363 danos, ela vai gastar menos ainda. Então é uma lógica do TTAC, é uma lógica  
1364 do ‘acordão’. Está contida no ‘acordão’ essa previsão. Então as empresas  
1365 amarraram de tal forma. Isso é absurdo, isso é inadmissível. A lógica é elas  
1366 gastarem menos em um ano para que no ano seguinte gastem menos ainda e  
1367 depois menos ainda e depois menos ainda. Com isso, vão esticando a corda do  
1368 tempo. E nessa esticagem da corda do tempo as pessoas estão morrendo, as  
1369 pessoas estão com as suas vidas pausadas, as pessoas estão adoecendo, sem

1370 planejamento, sem plano, no compasso de espera. É torturante, é um absurdo  
1371 fazerem isso com as pessoas. E a única forma, diante desse TTAC, que o  
1372 Ministério Público Federal tentou questionar e não deu certo, tamanho o poder  
1373 das empresas... Aliás, as empresas controlam todo o processo de reparação,  
1374 inclusive, as instituições que existem para defender os nossos direitos.  
1375 Ministério Público, inclusive. Estão amarrados, todos curvados diante das  
1376 empresas. Isso é coisa de país de terceiro mundo, de quinto mundo, de último  
1377 mundo. Nós somos realmente buraco do mundo. A mineração é o buraco, e nós  
1378 somos o buraco do mundo. Até quando? Então eu quero dizer para vocês que a  
1379 única possibilidade de amarrar a Samarco e obrigá-la a cumprir com as suas  
1380 obrigações é não concedendo essa licença a ela. É a única possibilidade, a  
1381 única moeda, o único poder que nós temos. Porque nem Ministério Público e  
1382 ninguém conseguiu tirar essa cláusula. Estão matando as pessoas a conta-  
1383 gotas. Isso é cruel. Vocês sentados aqui neste frescor deste auditório, e as  
1384 pessoas na lama, desabrigadas, tendo que arcar com a própria sorte, com a  
1385 própria vida. Ponham a mão na consciência. Existe uma questão moral aqui. Eu  
1386 não sei o que vocês decidiram ontem na reuniãozinha de vocês. Ponham a mão  
1387 na consciência, é um acinte, é uma vergonha para a sociedade. E os gestores  
1388 públicos, nós mantemos os seus empregos, curvem-se à sua sociedade e não  
1389 ao poder econômico dessa empresa criminosa. Chega dessa vergonha.” Maria  
1390 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu endosso 100% a fala da Andréa. É  
1391 realmente hediondo, macabro o que nós estamos testemunhando. A nosso ver,  
1392 isso cabe, inclusive, uma denúncia e uma ação penal em um tribunal  
1393 internacional contra crime contra a humanidade, o que está acontecendo aqui  
1394 em Minas Gerais com barragens e com essa criminosa quadrilha a favor da  
1395 mineração. Mas eu estou aqui para deixar registrado e quero as respostas do  
1396 superintendente da Supri, Rodrigo Ribas, que tem o hábito de responder com  
1397 meias falas e não ir direto no que a gente pergunta. Então eu já estou pedindo  
1398 para que seja anotado o que eu vou pedir aqui para que seja respondido pelo  
1399 Sr. Rodrigo Ribas, para ficar registrado na íntegra na ata desta reunião. Eu  
1400 quero que o Sr. Rodrigo Ribas, superintendente da Supri, que apresentou um  
1401 Parecer Único pelo deferimento, com todas as questões que nós já  
1402 apresentamos aqui para retirada de pauta, e que não foi retirado de pauta até o  
1403 momento, responda. Ele atesta que o plano de descomissionamento da  
1404 barragem Germano, que foi apresentado à FEAM e que ainda não foi analisado,  
1405 atende ao descomissionamento e garante que não vai ocorrer nenhuma  
1406 situação com a barragem do Germano com essa retomada da Samarco? Eu  
1407 quero que ele responda se atesta ou não? Segundo, que ele ateste que não há  
1408 pessoas na zona de autossalvamento, que nós chamamos de zona de alto risco  
1409 de morte, de todas as estruturas com rejeitos no Complexo Germano, tanto as  
1410 que já estão lá quanto aquelas que vão receber rejeito, como a Nova Santarém,  
1411 quanto aquelas que estão em nível conceitual, que não se sabe onde vão ficar,  
1412 se no vale do Fundão ou aonde que vão. Se ele atesta nesta reunião, em que

1413 ele apresentou o parecer pelo deferimento, que não há pessoas na zona de  
1414 autossalvamento, assim como ele ateste que todas as pessoas nas zonas  
1415 secundárias dessas estruturas, sejam as que já estão com rejeito, aquelas que  
1416 vão receber rejeito e aquelas que ainda estão, conceitualmente, no universo do  
1417 que não se sabe o que vai ser, que todas essas pessoas na zona secundária já  
1418 tiveram tudo o que a legislação determina em relação a pessoas na zona  
1419 secundária. Eu quero que o Sr. Rodrigo Ribas ateste hoje que toda a legislação  
1420 afeta a barragens de rejeito em vigor nesta data foi cumprida pela empresa  
1421 Samarco e foi toda cumprida neste licenciamento da licença chamada de  
1422 Operação Corretiva. Que ele ateste que este licenciamento está devidamente  
1423 instruído para ser deliberado para a retomada da Samarco. Que ele ateste que  
1424 toda a legislação ambiental vigente nesta data está cumprida pela Samarco  
1425 neste processo de licenciamento. Que ateste também que todas as estruturas  
1426 de rejeitos nesta Licença de Operação Corretiva já no território que vão receber  
1427 rejeito ou que vão, conceitualmente, ainda ser deliberadas posteriormente, que  
1428 todas essas estruturas estão construídas em condições de resistir a qualquer  
1429 abalo sísmico em uma região lotada de abalos sísmicos, inclusive com a falha  
1430 do Fundão. E por último eu quero que o Sr. Rodrigo Ribas ateste que a  
1431 orientação deste processo de licenciamento para Licença de Operação  
1432 Corretiva, ao invés de uma licença ambiental trifásica, como, inclusive, a DN  
1433 217 determina que o Estado pode, sim, orientar licenciamentos dessa forma e  
1434 determina que se considere a avaliação ambiental integrada, que ele ateste que  
1435 a orientação deste licenciamento da retomada como LOC realmente é a  
1436 orientação correta. Eu vou querer do Sr. Rodrigo Ribas que ele responda a cada  
1437 uma dessas perguntas para ficar constando em ata, porque eu tenho  
1438 testemunhado como o superintendente da Supri responde, e isso não atende à  
1439 importância grave do que está sendo decidido aqui. E já que o presidente Yuri  
1440 disse que depende da avaliação técnica se ele vai retirar de pauta ou não ou o  
1441 que vai ser decidido, nós temos que ter nesta ata a posição técnica da Supri  
1442 através do seu superintendente. Quando foi Feijão e Jangada, ele defendeu que  
1443 estava tudo correto, que estava tudo perfeito, que não tinha nada errado. E eu  
1444 não me conformo que se, naquela época, tivesse sido feito o que foi pedido,  
1445 uma auditoria, em Feijão e Jangada para ver o que estava acontecendo, poderia  
1446 ter sido descoberto que aquela B1 estava a caminho do rompimento e aquelas  
1447 pessoas não estariam mortas. Eu não vou sair daqui sem as respostas do Sr.  
1448 Rodrigo Ribas, sem enrolação, uma por uma, aos questionamentos que eu fiz.  
1449 Estão todos aqui anotados, e espero que tenha anotado, porque eu disse que  
1450 têm que ser respondidas, uma por uma, da forma que eu perguntei.” Presidente  
1451 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação às atas, o artigo 24 tem a seguinte  
1452 previsão: ‘As reuniões das estruturas colegiadas do COPAM serão gravadas e  
1453 registradas em atas sucintas, que deverão ser publicadas e assinadas pelo  
1454 presidente da reunião, mediante aprovação dos Conselhos’. Então essa  
1455 questão de constar em ata tudo que se está solicitando, a gravação vai estar em

íntegra. Quem quiser a gravação pode solicitar, mas as atas continuam, por previsão da DN, como sucintas." Patrícia Generoso Thomaz Guerra: "Eu ia trazer aqui algumas questões técnicas, como sempre faço, mas eu vi que a Natalia fez alguns questionamentos e durante todo o período observei que ninguém da equipe, principalmente o Rodrigo, não estava fazendo nenhuma anotação. Então a minha observação é de que não tem ninguém fazendo anotação. Diante disso, eu percebo e tenho clareza também de que a responsabilidade é dos senhores conselheiros, que a equipe técnica está, sim, aliada com o Estado no seu clamor de aprovação desse projeto. Então eu vou me dirigir aos senhores. E também percebi aqui a fala do senhor vereador Deyvson, que tentou nos tirar desse mundo fantasioso aqui. A frase dele foi exatamente isto: 'Imagina que um dia nós estejamos em Mariana, acordamos, e 19 pessoas...' E ele não conseguiu acabar a frase. O que ele não conseguiu dizer é 'imagina que essas 19 pessoas tivessem suas vidas ceifadas pela Samarco'. Então eu resolvi completar essa frase, e a minha fala vai ser nesse sentido. Então eu busquei aqui o nome do Samuel, do Valdir, do Aílton, do Claudemir, do Edmilson, do Sileno, da Daniele, do Daniel, da Vanda, do Pedro, do Mateus, do Marcos, da Emanuelle, do Marcos, do Thiago, da Ana Clara, da Maria Eliza, da Mariana e do Bruno. São essas 19 pessoas que ele tentou trazer aqui e não conseguiu, porque ele não conseguiu trazer a realidade que ele queria. Ele continuou nos mantendo na ideia fantasiosa de que é preciso mesmo emprego da Samarco, é preciso manter essa economia que só destrói, extrai e corrói vidas. Aí eu também lembrei e estou insistindo em trazer isso aqui aos senhores conselheiros, porque só quem quer esquecer é quem tem culpa, é quem tem responsabilidade. Então eu trouxe aqui a memória dessas pessoas, porque vocês não poderão esquecer desse momento. E estou querendo trazer também aqui uma fala ou uma parte da Bíblia que fala: 'Escutem, ouçam os gemidos e o pranto amargo em Ramar. É Raquel que chora inconsolável por seus filhos que já não existem mais.' (Mateus, Capítulo 2, Versículo 18). Eu resolvi trazer exatamente porque o senhor vereador não conseguiu trazer o choro e o clamor das filhas e filhos, das mães, o pranto das pessoas que estão em Mariana. E só trouxe aqui a questão do emprego. E essa história de Raquel é porque o furioso Herodes mandou matar em Belém todos aqueles que estavam no território. E é isso que está acontecendo, fazendo a questão do território, porque é exatamente isso que nós estamos vivendo. Essa história não é distante do que nós estamos vivendo na realidade, o que nós estamos vivendo é a Vale matando e ceifando vidas de todas as pessoas que estão no seu território e matando aos poucos as outras pessoas que estão no seu território. Em Barão de Cocais, em Itabira, em Macacos. É de novo uma história de extermínio de pessoas que estão no território. É isso, não é nada além disso. Por isso, faz muito sentido esse trecho, esse pranto de Raquel. Eu também não quero consolo, eu quero a responsabilidade, eu quero a mudança e a responsabilidade de cada um dos senhores. E é por isso que eu trago essa

1499 memória aqui. E não pensem os senhores que essa empresa, que ceifou a vida  
1500 de 19 pessoas, mudou, porque ela é a mesma empresa. Nós sabemos que a  
1501 Samarco é uma joint venture da Vale e da BHP Billiton. É a mesma empresa  
1502 que ceifou a vida de 272 pessoas em Brumadinho. Números oficiais, porque,  
1503 como a Andreia disse aqui, as pessoas continuam morrendo e continuam  
1504 morrendo em outros territórios, continuam morrendo em Macacos e em Barão  
1505 de Cocais também. E essa é a mesma empresa que teve agora, no dia 1º de  
1506 outubro, suas barragens consideradas sem declaração de estabilidade e que  
1507 teve agora no dia 23 de outubro duas barragens de rejeito em Itabira com nível  
1508 de emergência declarado, para nível 1. Então não há mudança, senhores, não  
1509 se iludam. Nós estamos aqui fazendo alerta aos senhores conselheiros. Essa  
1510 responsabilidade é dos senhores. Não se iludam, não há justificativa de que  
1511 houve mudança, não há nenhuma mudança nessa empresa, não há nenhum  
1512 reposicionamento. É a mesma história, é uma história de destruição de vidas  
1513 nos territórios, porque essas vidas ameaçam agora a economia da empresa ou  
1514 talvez a economia do governo do Estado, supostamente. Então é esse o alerta  
1515 que eu queria deixar para os senhores, e é sob essa responsabilidade que  
1516 todos os senhores conselheiros decidirão.” Juliano Ferreira: “Boa tarde a todos  
1517 e a todas. Cumprimento aqui a mesa, de conhecimento muito plural, e eu tenho  
1518 certeza que tem feito um trabalho com muita responsabilidade na avaliação de  
1519 tudo que tem sido tratado aqui diante dos acontecimentos passados e do que  
1520 vem acontecendo. Eu sou presidente da Câmara Municipal de Vereadores de  
1521 Ouro Preto. Estamos aqui representados também pelo meu companheiro de  
1522 câmara vereador Vander Luiz Ferreira, carinhosamente chamado de Vander  
1523 Leitoa. Eu quero dizer o seguinte. Eu acredito que, pelo conhecimento de todos  
1524 aqui, nós sabemos que nós vivemos em um planeta que está com um  
1525 ecossistema frágil, com 7 bilhões de pessoas, e tudo o que nós pudermos fazer  
1526 para poder assegurar o nosso meio ambiente, que é assegurar a nossa vida,  
1527 nós temos que fazer de forma veemente e sem medir esforços. Ninguém se  
1528 nega aqui nem se furga a falar do desastre que aconteceu e até de procurar  
1529 apontar culpados para que eles venham, à luz da Justiça, pagar pelos seus  
1530 crimes. Contudo, nós que vivemos no tête-a-tête, no dia a dia na nossa cidade,  
1531 na nossa região, sabemos bem o que o nosso povo está passando. E diante de  
1532 algumas falas eu quero deixar bem claro aqui que não existe vereador na  
1533 Câmara de Ouro Preto e muito menos na Câmara de Mariana que é refém ou  
1534 embolsado por Samarco, por Vale ou por qualquer empresa que seja. E que se  
1535 tenha coragem, que vá lá dentro, que nós estamos esperando o debate. A  
1536 verdade é essa. E tem muito mais, nós nunca nos furtamos a cobrar da  
1537 Samarco, da Vale e da Fundação Renova, que às vezes eu considero  
1538 indissolúveis essas duas empresas. As nossas reuniões estão gravadas e  
1539 disponíveis para o público. Então às vezes temos que tomar cuidado também  
1540 diante das falas que são apontadas para alguns que não são culpados por  
1541 determinados problemas que acontecem. Muito pelo contrário, nós estamos

1542 tentando, juntos, buscar soluções para nossa população, que realmente está  
1543 entrando em depressão, está suicidando, está morrendo de fome, está se  
1544 humilhando e achando que o poder público tem que suprir todas as  
1545 necessidades da população. Quanto a isso, muito pelo contrário, nós temos que  
1546 cobrar das empresas que elas cumpram as suas obrigações diante daquilo que  
1547 elas têm que fazer às luzes da lei. Nossa Câmara está aberta para todos  
1548 aqueles que quiserem a nossa ajuda, que quiserem se unir ao povo de Ouro  
1549 Preto para tentar enfrentar esse problema, buscando soluções e não só  
1550 apontando problemas e culpados. Eles existem? Existem. Nós temos que cobrá-  
1551 los? Temos. Mas a questão não vai ser resolvida só apontando problemas, só  
1552 apontando culpados. A questão vai ser resolvida a partir do momento em que  
1553 nós unirmos forças e tentarmos buscar soluções. Porque uma coisa é clara, os  
1554 nossos recursos naturais não vão deixar de ser explorados. E queríamos, sim,  
1555 que houvesse uma simbiose perfeita entre tudo isso e o ser humano. É isso que  
1556 nós temos que buscar no dia a dia. Agora, se vai existir, talvez seja impossível.  
1557 Mas uma coisa é clara, nós não podemos desistir. Agora, como representante  
1558 do povo da nossa cidade, eu defendo, sim, a volta da empresa, mas nós não  
1559 estamos aqui, de forma alguma, querendo trocar empregos por vida. Isso,  
1560 jamais. E não estamos querendo que as vidas que foram perdidas sejam pagas  
1561 com míseras quantidades de dinheiro, a reparação tem que ser muito maior e  
1562 vai muito além até do que aquilo que foi discutido aqui. E não vai ser do dia para  
1563 a noite que isso vai ser resolvido. Nós não nos furtamos ao debate, nós não nos  
1564 furtamos a buscar soluções para o problema. O que nós não queremos é ouvir  
1565 falas e apontamento de dedo como se fizéssemos conchavos o tempo todo com  
1566 a empresa para mascarar um problema catastrófico que aconteceu e que a  
1567 única forma de talvez repará-lo agora, se é que haja reparação, é unindo forças  
1568 para, pelo menos, minimizar, de forma equilibrada, e chegarmos ao mínimo  
1569 denominador comum para que a nossa população seja atendida e seja  
1570 respeitada.” Roberto Lúcio dos Santos/Samarco Mineração S/A: “Eu falo pela  
1571 Samarco e queria aproveitar para tentar esclarecer dois pontos que já foram  
1572 levantados. O primeiro, do Sr. Claudinei, em relação ao status do projeto do  
1573 fechamento da barragem de Germano. A Samarco fez o protocolo do projeto  
1574 conceitual, no primeiro semestre, e estamos dentro do cronograma para fazer o  
1575 protocolo do projeto detalhado, que está em andamento, com as empresas já  
1576 contratadas. Adiciono a isso a informação de que temos uma agenda com a  
1577 ANM para tentar prestar alguns esclarecimentos antecipadamente, buscando o  
1578 entendimento completo da Agência. O segundo ponto, em relação à obra do  
1579 Eixo 1. O objetivo principal da obra do Eixo 1 é conter o volume remanescente  
1580 dos rejeitos que estão no vale do Fundão. Eu estou respondendo ao  
1581 questionamento da Sra. Natalia. Um ponto importante é que o vazamento de  
1582 rejeitos já foi contido pela Samarco há um tempo, e a obra do Eixo 1  
1583 permanece, ainda que o volume remanescente desse rejeito esteja estável. De  
1584 qualquer forma, a obra busca garantir que qualquer remobilização seja

1585 garantida pela estrutura." Alexandre Gonçalves Santos/Samarco Mineração S/A:  
1586 "Boa tarde para todo mundo. Meu nome é Alexandre Gonçalves, eu sou da  
1587 equipe técnica da Samarco. Eu queria prestar alguns esclarecimentos para o Sr.  
1588 Claudinei e o Sr. Evandro. Com relação à situação das barragens, Claudinei,  
1589 como você mesmo já mencionou, nós já entregamos todas as solicitações  
1590 legais que se exigem com relação a segurança e estabilidade das estruturas,  
1591 tanto para o órgão regulador, no caso, a ANM, quanto para o órgão fiscalizador,  
1592 que é a SEMAD. A condição delas, lá dentro, todos os requisitos mínimos que  
1593 têm sido pedidos em termos de fatores de segurança estão sendo atendidos.  
1594 Agora, com relação ao retorno em operação e interferência com essas  
1595 estruturas, principalmente, nós vamos ver mais à frente, na apresentação que  
1596 vai ser feita, como vai ser a retomada. Não existe interferência entre essas  
1597 estruturas e as estruturas que estão lá remanescentes. São áreas diferentes,  
1598 especificamente diferentes. E aí, já respondendo ao conselheiro Evandro, a  
1599 disposição em cava, uma parte desse rejeito nós vamos poder ver que vai ser  
1600 filtrado e empilhado, a seco, e essa outra parcela vai ser depositada numa cava,  
1601 que é um buraco, escavado, no terreno natural, de onde foi tirado o material  
1602 para aproveitamento econômico. E nós vamos encher, literalmente, esse buraco  
1603 com rejeito. Não existe nenhuma estrutura barrante prevista, nenhuma estrutura  
1604 a ser construída pelo homem prevista nessa retomada. Na apresentação que  
1605 vai ser feita, alguns detalhes eu acho que vão ajudar bastante a esclarecer  
1606 esses pontos. A vida útil de disposição na cava está entre oito e nove anos, e  
1607 na pilha de estéril, em torno de sete e oito anos. Estou à disposição também se  
1608 alguém tiver mais algum questionamento." Gustavo Tostes Gazzinelli: "Eu  
1609 queria pontuar algumas questões. Algumas, inclusive, já foram faladas aqui. A  
1610 respeito dessa retirada da área, atingida pelo desastre, do licenciamento. Qual é  
1611 o conceito? Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. Não é mesmo?  
1612 Então eu não consigo entender por que os senhores estão desconsiderando as  
1613 áreas atingidas pelo desastre como tendo sido afetadas pela Samarco. Ou será  
1614 que a Câmara de Atividades Minerárias está, como a Samarco quis, transferindo  
1615 essa responsabilidade, exclusivamente, para a Renova? Ou isso não é  
1616 responsabilidade da Samarco? Então o primeiro ponto que eu acho que não  
1617 podemos aceitar é que a área atingida, impactada pelo desastre não seja  
1618 considerada como parte desse empreendimento. Ela foi causada por esse  
1619 empreendimento, então não tem cabimento o Estado ignorar isso e os  
1620 conselheiros ignorarem isso ou fazerem de conta que podem separar isso do  
1621 licenciamento. Primeira coisa. Segunda coisa, após ouvir o relato do Lúcio  
1622 Guerra, pelo Fonasc, para mim, ficou muito claro, está muito claro que essa  
1623 licença, essa análise desse empreendimento, análise não integrada,  
1624 desconsidera... Aliás, a análise nem desconsidera, ela até fala 'tem tal coisa  
1625 assim que vai ficar para depois'. Então isso me faz pensar um pouco, relembrar.  
1626 Eu não estava presente na reunião, mas, por tudo que foi relatado pela  
1627 imprensa e tudo mais, é o que aconteceu, de forma prévia, em relação ao que

1628 aconteceu em Brumadinho. Então eu achei um pouco pífia a resposta do  
1629 Rodrigo ao dizer que a lei número tal não obriga considerar no licenciamento a  
1630 descaracterização da barragem. Então ele tem que responder. Isso não tem  
1631 nenhuma sinergia com o empreendimento na hora que ele for licenciado? Nós  
1632 estamos defendendo o rio Doce, as comunidades que estão na região. Como foi  
1633 dito aqui por várias pessoas que me antecederam, não estamos aqui a favor ou  
1634 contra o empreendimento, nós queremos que esse empreendimento seja  
1635 licenciado da forma correta. E aí eu acho que não dá para ser meramente  
1636 legalista em pequenos detalhes, que vocês estão dizendo para evitar certas  
1637 análises, para dizer que não deve considerar esse aspecto. O que eu estou  
1638 percebendo? Quando vi a professora Andréa falar aqui, ela fala muito bem, e eu  
1639 fico impressionado como ela tem essa força para falar, que eu estou perdendo.  
1640 Porque eu acho que a mesma forma que o cinismo dos órgãos colegiados, ao  
1641 licenciar essas coisas, está virando uma constante, vai acontecer o momento  
1642 em que a sociedade vai começar a ser cínica também com os órgãos do  
1643 Estado, com os órgãos colegiados, com os Creas. Por exemplo, o Sr. Newton  
1644 fez um alto elogio à Supri aqui. Sabe o que o seu elogio vale para a Supri, Sr.  
1645 Newton? Não vale absolutamente nada, porque o Crea não tem postura, nunca  
1646 teve postura nesses processos de licenciamento. A Supri vai ficar satisfeita no  
1647 dia que nós que estamos aqui na linha de frente, vendo as coisas acontecerem,  
1648 e que o senhor ignora, quando nós começarmos a elogiar a Supri. Aí ela vai  
1649 levar em consideração. Esse elogio que o senhor fez aí não vale nada, não  
1650 serve para nada, isso parece uma mãozinha afagando a outra: 'Você fez uma  
1651 coisa legal, agora eu também estou fazendo legal. Vou votar em você.' Sabe?  
1652 Aquele pacto de invisibilidade da falta de caráter das instituições. É isso que nós  
1653 estamos vendo. Quanto ao Estado do Espírito Santo, eu fiquei muito  
1654 impressionado, recentemente, quando eu fui ver o índice de exportação de  
1655 minérios do Brasil. Vocês sabem que o Estado do Espírito Santo e o do Rio de  
1656 Janeiro são terceiro e quarto maiores produtores de minério de ferro do Brasil,  
1657 de acordo com o recolhimento de ICMS? Por que eles são? Porque vão fazer os  
1658 pellets naqueles Estados, eles é que produzem minério. O ICMS que eles  
1659 recolhem lá no Espírito Santo e no Rio de Janeiro de minério de ferro os  
1660 colocam como terceiro e quarto maiores produtores de minério de ferro do  
1661 Brasil. Então que solução é essa que não pensa, inclusive, na questão da  
1662 transformação do minério na região? Então essa questão de geração de  
1663 emprego que os colegas aí de Mariana ou de Ouro Preto estão defendendo é  
1664 porque eles não querem mudar o regime, eles querem que continue esse  
1665 sistema de produção e exportação de minério que entra por um buraco e sai  
1666 pelo outro. Então para mim o que está muito claro é o seguinte. O presidente da  
1667 Samarco teve a cara de pau. Esse cara, esse presidente da Samarco, é capaz  
1668 de ser mais canalha do que aquele que estava antes dele. Porque o cara  
1669 chegar e falar 'a licença vai passar no dia 25', vocês do Estado deveriam ter  
1670 vergonha, vocês da Câmara de Atividades Minerárias deveriam ter vergonha de

1671 um cara representando uma empresa, que ainda quer se colocar séria, chegar e  
1672 falar um negócio desse. Isso é muita falta de vergonha, isso é a prova da  
1673 impunidade e do compadrio que se estabeleceu nessa situação. Então é isso,  
1674 eu não tenho muito mais a dizer para os senhores. Os senhores vão estar aqui  
1675 votando um projeto com várias indefinições. A Samarco não pode dizer que não  
1676 teve tempo para resolvê-las, ela teve quatro anos para trabalhar isso. Não  
1677 resolveu porque não quis, porque achou que talvez ia empurrando. E agora  
1678 vocês veem, vai apresentar o projeto executivo daqui a 50 dias, e o Estado tinha  
1679 que passar antes aqui. Qual é a razão disso? Qual é a explicação para isso,  
1680 gente? Não tem explicação razoável. Eu vi o material das reuniões do Ministério  
1681 Público com a Aecom, o Estado e com a Samarco e me surpreendi em uma das  
1682 páginas daquelas atas. Está lá escrito: 'Encontramos material mole na base da  
1683 barragem de Germano.' Está escrito lá. Tem anotado aqui até o número da  
1684 página. Que material mole é esse? Olha só, gente, vocês não podem,  
1685 simplesmente, achar que aqui vai dar um voto e resolver o assunto. Esse  
1686 assunto, cada vez que voltar a acontecer e tiver repercussões, como nós  
1687 assistimos recentemente, ele vai se tornar mais grave, cada vez mais, vai ser  
1688 caso de polícia. Então o que eu quero colocar para vocês, tenham um pouco de  
1689 paciência, exijam da empresa todos os estudos, façam uma avaliação integrada,  
1690 ajam com ética, com competência técnica e política, não se precipitem." Lílian  
1691 Miranda Costa: "Antes de começar a minha fala, eu gostaria só de dizer que,  
1692 feliz ou infelizmente, o Gustavo Gazzinelli pôde estar aqui porque o Kalil  
1693 cancelou uma apresentação dele. Ele é geólogo, ambientalista. Cancelou a  
1694 apresentação dele hoje Sala Verde/GEEADA/SMMA/PBH. Isso nunca aconteceu.  
1695 Ele ia falar sobre segurança hídrica. Nós estamos à beira de uma crise hídrica –  
1696 na verdade, nós já estamos – e estamos vendo que as autoridades estão  
1697 tentando segurar isso, e essa bomba vai estourar. É só para reforçar aqui, ele  
1698 estaria presente, e teve o cancelamento em cima da hora, no mesmo dia. Isso  
1699 nunca aconteceu. Eu queria começar falando que estamos aqui em uma festa.  
1700 Eu queria começar falando que estamos aqui em uma festa e eu queria lembrar  
1701 o Cazuza: 'Não me convidaram para essa festa pobre que os homens marcaram  
1702 para me convencer, apagar sem ver toda essa joça... Brasil, qual é o seu  
1703 negócio, o nome do seu sócio, confia em mim.' Essa música é tão atual, e nós  
1704 trouxemos aqui, eu queria trazer um chapeuzinho para cada. Porque estamos  
1705 de frente para a institucionalização criminal. Eu sou ruim de lembrança de data,  
1706 e vocês vão me ajudar aqui, porque mexem demais comigo. Mas no dia 5 de  
1707 novembro – vai fazer agora quatro anos –, teve o rompimento. Esse bolo aqui é  
1708 para vocês, conselheiros, para todos vocês. É um bolo de lama e de sangue,  
1709 um bolo para comemorar essa festa hipócrita dessa turma que está fazendo um  
1710 absurdo. Foram levantados inúmeros questionamentos aqui. Eu estou em  
1711 horário de trabalho, a sociedade civil paga o salário da maior parte, do  
1712 governador, do prefeito, da SEMAD, da Supri para que o trabalho seja bem-  
1713 feito, para que as avaliações possam ser concretas. E me perdoe, Sr. Newton,

1714 se a fala do senhor fosse efetiva, não teria tido o rompimento em Mariana e não  
1715 teria tido rompimento em Brumadinho, em Córrego do Feijão. No dia 11 de  
1716 dezembro... Vocês vão ver o processo acelerado dessas empresas agora no fim  
1717 do ano. Aproveitam que é Natal para pautar. Baú entrou na pauta, é ampliação  
1718 da Vale, em uma área que está em obras emergenciais. Quem não quer  
1719 entender isso? Está claro. E nós estamos diante de uma crise hídrica. Foram 19  
1720 pessoas que morreram em Mariana, é lama de sangue. E aí cada um de vocês  
1721 podia levar para casa o bolo da lama. Sabem por quê? Porque na aprovação de  
1722 Córrego do Feijão muitos de vocês estavam sentados aí e muitos de vocês  
1723 disseram as mesmas palavras que foram ditas hoje, que 'está tudo bem', que 'a  
1724 empresa ofereceu a segurança', que 'a empresa já mostrou que é competente',  
1725 'os melhores técnicos avaliaram'... E por que os técnicos, que são preocupados  
1726 com o meio ambiente, que têm amor às pessoas, às comunidades, à água, que  
1727 é nossa fonte de vida, por que tanto técnicos e tantas pessoas que levantaram  
1728 aqui e fizeram tantos questionamentos estão dizendo o contrário? Eu queria  
1729 deixar só um recadinho aqui para vocês, para cada um de vocês. Eu queria  
1730 lembrar ao prefeito de Mariana, que veio aqui, que falou dos empregos. A  
1731 mineração representa 2% da atividade econômica no país, só dois, só que as  
1732 cidades e os governantes que têm a mineração perto recebem muito dinheiro,  
1733 recebem festinhas. Não é, Sr. Newton? O senhor mesmo já falou, nós temos  
1734 gravado. Participam de festinhas antes dessas reuniões, isso não é novidade  
1735 para ninguém, todo mundo aqui sabe que isso funciona. Eu gostaria, então, de  
1736 responsabilizar cada um de vocês, na hora que for levantar a plaquinha aí para  
1737 aprovar. Eu queria colocar uma pergunta muito clara: 'Vocês têm certeza  
1738 absoluta, essa empresa criminosa, que não tem ninguém preso, que está  
1739 impune, porque o Ministério Público ainda não conseguiu colocar ninguém na  
1740 cadeia, não questionou também. Aonde é que estão os nossos órgãos? Aonde  
1741 está a presença do Ministério Público aqui? É uma convivência global, ANM,  
1742 SEMAD, Ministério Público. Quase nada recuperado, nem uma casa construída,  
1743 direitos violados. E nós estamos aqui em uma palhaçada, isso aqui é uma festa.  
1744 Nós estamos na festa da impunidade. E que nessa data, do dia 11 de  
1745 dezembro, a Teca, Maria Teresa Corujo, estava aqui na frente e fez essa  
1746 mesma fala que fez aqui. Se acontecer outro rompimento. Nós já temos  
1747 milhares de barragens aí para romper. Essa barragem está, claramente, com  
1748 vários problemas no processo. Se acontecer qualquer problema, de novo...  
1749 Porque nós falamos lá com o Ministério Público: 'Mar de lama nunca mais'.  
1750 Vocês sabem de quando é essa camiseta? De quatro anos atrás. Depois dela,  
1751 nós perdemos 270 pessoas, já perdemos outro rio de captação de água. E aí eu  
1752 vou dizer uma coisa para vocês. Eu morei na África, eu abria a torneira lá, e não  
1753 saía água. Eu passei uma semana numa escola sem uma gota d'água. Vocês  
1754 aqui, senhores, só vão entender o que isso significa no dia em que abrirem a  
1755 torneira e entenderem a importância disso. Nós matamos dois rios, nós estamos  
1756 numa crise hídrica absurda, estamos prestes a um colapso, que está sendo

1757 abafado por esse governo conivente que só pensa em dinheiro. Então eu queria  
1758 pedir, encarecidamente, a cada um dos conselheiros, que, em primeiro lugar, se  
1759 não estiver 100% convicto de que está seguro, não vote, pelo amor de Deus, a  
1760 favor. Não vote porque amanhã o rosto de vocês vai estar estampado nos  
1761 jornais como assassinos coniventes disso. É simples assim. Leia o parecer. Eu  
1762 li, de madrugada, virando noite, porque tenho muita preocupação com todos  
1763 nós. E essa preocupação não é comigo, não é com a comunidade de Mariana.  
1764 A cidade, os prefeitos, o Estado precisam buscar outras alternativas que não a  
1765 mineração, porque essa dependência absurda desse dinheiro sujo não vai nos  
1766 tirar do lugar, não vai nos fazer desenvolver. Por que os outros países do  
1767 mundo se desenvolvem e não têm mineração desse nível? Então existem outras  
1768 alternativas. Mas dá trabalho. E aí tem que arregaçar as mangas, viu, prefeito,  
1769 arregaçar as mangas, investir, investir no social, treinar, buscar alternativas. E  
1770 dá trabalho, não é dinheiro fácil. Dinheiro fácil é esse que vem de festinha antes  
1771 de reunião, dinheiro fácil é esse que paga campanha de político, que compra as  
1772 leis. Esse é o dinheiro fácil. Então por favor, quando vocês forem fazer a  
1773 votação, pensem nas próximas gerações, pensem no futuro e pensem no  
1774 rostinho de vocês estampado junto com esse bolo aqui, que foi aprovado há  
1775 quatro anos e que foi aprovado em Córrego do Feijão há menos de um ano. Dia  
1776 5 é aniversário, a minha vontade era de cantar parabéns, sob lágrimas, porque  
1777 é surreal isso aqui. Isso aqui é realmente um circo, que sabemos que está  
1778 armado. A sociedade civil está rechaçada. Que paga o salário de todos que  
1779 estão aqui para nos representar.” Tiago Dornas: “Meu nome é Tiago Dornas, eu  
1780 sou da empresa de engenharia, componente da equipe que elaborou o  
1781 EIA/Rima. Eu me lembro de alguns conselheiros nas audiências públicas que  
1782 conduzi para apresentação do EIA/Rima. E a nossa solicitação, senhor  
1783 presidente – já agradeço de antemão –, é para rememorar do que trata o  
1784 EIA/Rima, qual é o objeto da discussão aqui da licença operacional corretiva do  
1785 Complexo de Germano. Em 2016, houve a suspensão das licenças então  
1786 vigentes para diversas operações da Samarco no Complexo de Germano, e  
1787 decidiu-se, o Estado determinou o licenciamento corretivo para retomada das  
1788 operações da Samarco. Então objetivamente o que estamos tratando aqui são  
1789 as operações necessárias à retomada. E que deveria fazer a regularização das  
1790 estruturas existentes, das obras emergenciais relacionadas ao rompimento. Não  
1791 são obras necessárias à retomada, mas uma determinação do Estado de que  
1792 iam ser regularizadas, como trata a norma, após a sua execução e a sua  
1793 emergencialidade. Nós vamos falar rapidamente sobre a estratégia de retomada  
1794 de operação, e também foi solicitado pelo Estado a regularização da supressão  
1795 vegetal das áreas afetadas pela lama. Na verdade, daquela vegetação que foi  
1796 perdida, onde passou a lama. E eu vou explicar um pouco em que contexto de  
1797 área. Uma representação artística do que é a região do Complexo de Germano,  
1798 a Cava Norte, Cava Sul, Pilha Norte, Pilha de Alegria Sul. Para localização de  
1799 todo mundo, dois pontos de referência importantes: o rio Piracicaba e a MG

que liga Catas Altas a Mariana. De forma bastante geral, as estruturas que estão relacionadas, necessárias à retomada da operação, ou seja, que vão produzir, de fato, o minério a partir da aprovação da licença operacional corretiva, estão concentradas nessa porção à esquerda da rodovia, cavas, pilhas, concentradores, e duas estruturas principais aqui do lado direito: a barragem de água e contenção de sedimentos de Nova Santarém é uma nova barragem que foi construída, uma barragem de aterro compactado; e o Dique S3, que fica logo a montante de Bento Rodrigues, antiga área afetada pelo rompimento, já citada aqui. Essa é a última estrutura relacionada ao contexto do empreendimento. A gestão de sedimentos é necessária, e os monitoramentos do último um ano e meio, aproximadamente, vem atestando regularmente o atendimento a cursos d'água classe 2, com vertimento sempre dentro dos parâmetros da DN COPAM e da Resolução Conama. Em outras estruturas, estamos vendo algumas estruturas que foram emergenciais, de Sela, Selinha e Tulipa, e o próprio Dique S3 foi uma estrutura emergencial. O processo não trata do vale de Fundão, exceção já feita e discutida aqui, inclusive, o Eixo 1, também não está nesse processo e é uma obra necessária a contenção de sedimentos de remanescentes na bacia. Foi citada aqui a Cava de Alegria Sul, onde se vai dispor aquele rejeito lamoso fino. Na época do licenciamento da LP+LI para a disposição de rejeitos, tinha previsão de 20 meses de capacidade numa produção à época apresentada. Existia a previsão de algum alteamento para maior capacidade de um vertedouro aproximadamente nessa posição. Na imagem, a ponta do rio Piracicaba. Hoje já não é mais a realidade. Todo rejeito lamoso vai ficar confinado na cava, sem estruturas de contenção do tipo diques ou barragens. Hoje a LOC está tratando – isso está, inclusive, no PU – de três momentos distintos. Esses momentos são ditados por um planejamento e, como em qualquer projeto de mineração, também ditados pelas regras de mercado ou exigências que venham a ser impostas no futuro. Em um primeiro momento, o retorno com 26% da capacidade, com um concentrador. Lembrando que a Samarco tem três concentradores, de números 1, 2 e 3. Como já colocado aqui anteriormente – não me lembro por quem; foi por algum dos conselheiros –, no primeiro ano, está se planejando a construção da filtragem, então a retomada propriamente dita de produção, de operação. De produção de rejeito de minério. No primeiro ano, não vai ocorrer sem ter a filtragem terminada. Nós citamos as fontes de água, lembrando que existe a filtragem em todos eles. Ou seja, existe uma recirculação da água de processo. E as disposições sempre na cava de Alegria Sul, reforçando o rejeito fino lamoso e as pilhas de estéril e rejeito para o rejeito arenoso e o estéril propriamente dito. A situação inicial, quando da LP+LI, de Alegria Sul: 20 meses para uma produção estimada à época, com o rejeito total sendo disposto na cava. Com a implantação de novas tecnologias, na filtragem, separa-se o material fino, que é lama e corresponde a um quinto; 20% daquele volume vai para a cava de Alegria Sul, e, portanto, ela passa a ter nove anos de capacidade. Acrescemos aquele um ano de construção da

1843 filtragem, perfazendo um total de dez anos de existência dessa cava até o seu  
1844 preenchimento com rejeito. E o rejeito arenoso, de granulometria mais grossa,  
1845 mais bem drenado, vai ser filtrado, ou seja, vai ser retirada a sua água para que  
1846 ele possa ter condições geotécnicas de ser empilhado junto com o estéril. Uma  
1847 representação de uma estrutura que já tem rejeito arenoso empilhado, a pilha  
1848 da cava de Germano, e uma representação do que é o sistema de filtragem.  
1849 Aqui chega o rejeito da usina, do concentrador, ele passa por um sistema de  
1850 filtros, que retira a água. A parte sólida é enviada depois para empilhamento.  
1851 Aqui um exemplo de pilha de rejeito filtrado, rejeito arenoso. Esse é um  
1852 processo que a Samarco já domina, outras empresas também utilizam. É um  
1853 processo de filtros, de disco, com tecido, que passam num tanque onde o rejeito  
1854 chega dos concentradores. Esses filtros têm um sistema de sucção de vácuo  
1855 interno, que vai puxando água e sedimentos. O poro do tecido é menor do que a  
1856 granulometria daquele material que se deseja filtrar. Ele fica aderido e, na  
1857 medida em que vai girando, em determinado ponto, ele pega essa sucção. O  
1858 rejeito, já sem a água, que ficou aderido ao tecido cai numa correia  
1859 transportadora e vai ser depositado. E síntese, esse é o processo mineral que  
1860 sai das minas, onde se separa o estéril, que é a rocha não aproveitada no  
1861 processo de beneficiamento, e sai o material que vai para a usina de  
1862 beneficiamento. Lá o material é beneficiado, britado, moído, separado. Da  
1863 usina, aqui são chamados os concentradores, e na DN, de unidade de  
1864 tratamento de minério. Separa-se em três rotas: a lama, o rejeito arenoso, que  
1865 vai para os filtros – a lama vai para a cava Sul; e o produto, que vai depois para  
1866 o mineroduto e seguir para o Espírito Santo. E o estéril vai para suas pilhas de  
1867 estéril. Isso é o que está no EIA, o que nós estamos aqui para apresentar  
1868 enquanto consultores responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental, para  
1869 esclarecer dúvidas dos senhores.” Matheus Neres: “Eu tenho uma dúvida com  
1870 relação ao Parecer Único. Dentre as atividades licenciadas debatidas aqui hoje,  
1871 tem uma em que consta ‘outras formas de tratamento ou disposição de resíduos  
1872 não listadas ou não classificadas’. Procurando mais informações sobre o que,  
1873 efetivamente, seria essa atividade, não ficou muito claro para mim o que seria  
1874 isso, onde vai estar situada essa disposição de rejeitos. E isso foi classificado  
1875 como classe 6 dentro do PU. Eu gostaria que a Supri ou a própria empresa  
1876 pudesse dar mais informações do que se trata isso, onde é que vai ser  
1877 instalado. Pelas falas aqui, eu não sei se ficou muito caro mesmo com as  
1878 informações trazidas pela empresa sobre isso.” Eduarda Binder: “Eu sou  
1879 discente de antropologia da UFMG e tenho certeza que minha fala aqui não vai  
1880 ter absolutamente impacto nenhum na votação do Conselho. Eu acho que eu  
1881 vou falar, e aí vocês vão mexer no celular, olhar para baixo ou desviar o olhar.  
1882 Enfim, vou estar falando aos ventos, porque é isso que temos feito há muito  
1883 tempo, e ninguém escuta. Mas eu acho importante estar falando para mostrar a  
1884 quantidade de pessoas que estão aqui questionando, de qualquer forma. Eu  
1885 estou aqui para apontar que a atualidade dessa votação que vai acontecer

1886 antecede Germano. Para além de todas as falhas, problemas e inconsistências  
1887 que estão no Parecer Único da Supri, já apontadas pelo conselheiro do  
1888 Fonasc, pela Andréa Zhouri, pelo Klemens, pela Natalia, pelo Mateus, mesmo  
1889 se não houvesse todos esses problemas, o que está acontecendo aqui  
1890 continuaria sendo um absurdo, continuaria sendo causa de indignação, porque  
1891 em primeiro lugar uma empresa criminosa, que causou o maior desastre  
1892 socioambiental do mundo e que não foi punida pelos danos que causou, não  
1893 reparou os danos não deveria nem estar sendo cogitada de que pudesse voltar  
1894 a operar. É um absurdo que isso esteja acontecendo. É um absurdo que muito  
1895 provavelmente essa licença vai ser aprovada e que essa empresa criminosa vai  
1896 seguir impune e agora operando. Eu gostaria de dizer que é uma grande  
1897 hipocrisia de todos os funcionários da Samarco e qualquer pessoa que foi  
1898 contratada pela Samarco e também dos representantes públicos, porque,  
1899 primeiro, os funcionários aqui, aparentemente, estão dispostos a responder  
1900 quaisquer dúvidas e que defendem a empresa e acreditam. Eu gostaria de  
1901 lembrar a vocês que no desastre de Brumadinho, quando rompeu a barragem,  
1902 quem morreu foram funcionários da Vale. Ou seja, essa empresa não se  
1903 importa com vocês, essa empresa se importa com lucro, e vocês que aqui estão  
1904 dispostos, defendendo essa empresa, são apenas peões, não importam nada  
1905 para ela. Eu queria também falar da dificuldade que é isso, a maneira como o  
1906 Estado é conivente perante tudo isso. Porque ele não é só conivente, mas  
1907 também age em parceria com a lógica dessas mineradoras, por tudo que temos  
1908 observado aqui, pelos procedimentos que se dão, historicamente, na CMI, como  
1909 já foi apontado aqui pela Teca; pela maneira como prefeitos e vereadores têm a  
1910 coragem de subir aqui e falar que sabem de tudo que aconteceu com a  
1911 população dos municípios que eles representam e depois querem colocar esses  
1912 próprios cidadãos, os quais deveriam proteger e representar, como reféns  
1913 dessas empresas de novo. Eles querem colocar essas pessoas como reféns,  
1914 eles admitem a própria incapacidade de cuidar dos seus cidadãos, de gerar  
1915 empregos. Eles admitem que não têm capacidade para isso, jogam essa  
1916 responsabilidade em cima de uma empresa criminosa, que já matou tantos da  
1917 população que eles mesmos estão falando em defender. E ainda querem  
1918 colocá-los com reféns de novo. Isso tudo é um grande absurdo, e eu queria que  
1919 vocês entendessem que o que estamos vivendo aqui é uma ação coletiva. Isso  
1920 aqui não deveria estar acontecendo, e me indigna muito termos que passar por  
1921 isso aqui. E tudo que eu estou falando vai entrar para um ouvido e sair pelo  
1922 outro. E aí todo mundo que está neste Conselho vai levantar a plaquinha verde  
1923 no final, como se não tivesse ouvido nada. Mas foi denunciado. Nós viemos  
1924 aqui, falamos, apontamos todas as inconsistências que tem no parecer. Foi dito,  
1925 não é por falta de atenção, não é por não saberem. É porque, apesar de tudo  
1926 isso, é escolhido ignorar e continuar votando dessa maneira porque não se tem  
1927 apreço pelas populações, pela vida das pessoas, pelos direitos das pessoas. Eu  
1928 queria só ressaltar que depois que isso for votado, e os conselheiros voltarem

1929 para suas casas, eles podem esquecer do que se passou hoje, vocês  
1930 funcionários vão voltar para suas casas, para suas famílias, vão seguir o seu fim  
1931 de semana e vão esquecer. Enquanto isso, os atingidos que sofreram com o  
1932 rompimento da barragem de Fundão não têm mais as suas casas, para onde  
1933 voltar. Eles estão com suas vidas suspensas, perderam seu modo de vida,  
1934 perderam sua fonte de renda. Tem pessoas passando fome, tem pessoas que  
1935 não foram sequer reconhecidas como atingidas até hoje. As suas famílias foram  
1936 divididas, as suas vizinhanças não existem mais, essas pessoas agora estão  
1937 dependendo de auxílio da empresa, e não são todas elas que recebem. E essas  
1938 pessoas não têm para onde voltar. E o que está acontecendo aqui, caso a  
1939 retomada das atividades da Samarco for aprovada, vai ser mais um crime na  
1940 vida dessas pessoas, vai ser mais uma violação dos direitos dessas pessoas. É  
1941 cuspir na cara dessas pessoas e falar: o direito de vocês não importa, a vida de  
1942 vocês não importa. Não importa tudo que vocês estão passando, nós não nos  
1943 importamos. E eu quero deixar isso bem claro, que está na mão de vocês.  
1944 Quando vocês levantarem essa plaquinha verde, tão facilmente, levantando  
1945 essa mão, vocês vão estar cuspindo na cara dessas pessoas e quem sabe  
1946 condenando quantas outras mais a sofrerem outro desastre possível, porque  
1947 também esse complexo já está cheio de problema.” Artur Pereira: “Eu sou do  
1948 movimento ‘Somos Todos Samarco’, do Espírito Santo. Eu vou fazer algumas  
1949 considerações, alguns pontos, senhores e senhoras, acerca de alguns pontos  
1950 técnicos, que esse é o motivo desta presente reunião, e alguns outros assuntos  
1951 importantes também que eu acho interessante ressaltar. Na fala do Sr. Lúcio, do  
1952 Fonasc, ele disse que o prazo para avaliação do que a empresa está  
1953 apresentando foi um prazo curto e que nesse sentido não deu tempo suficiente  
1954 para se fazer uma avaliação técnica. E que, possivelmente – enfatizo essa  
1955 palavra do ‘possível’ que a Natalia ressaltou também que existe dentro do  
1956 processo da empresa –, pode acontecer um outro rompimento, e ele já indefere  
1957 então, assim no seu direito, o processo e assim coloca sob responsabilidade  
1958 dos demais que de repente vierem a aprovar esse projeto de licenciamento  
1959 hoje. Mas aí nós estamos falando de uma possível situação que é inexistente.  
1960 Lembro das audiências públicas de que nós participamos. Nós participamos de  
1961 várias audiências, e uma das questões que eram muito debatidas pelas  
1962 pessoas que hoje discutem novamente e se impõem contra o licenciamento da  
1963 empresa, é a forma com iriam ser depositados os rejeitos. Porque do jeito que  
1964 estava anteriormente não seria mais possível, era arriscado. Algumas pessoas  
1965 até mesmo nos debates sugeriam que fosse feito da forma que está sendo  
1966 apresentado, em que os rejeitos fossem depositados de forma arenosa, que  
1967 tivesse uma outra disposição desses rejeitos. E a empresa hoje apresenta isso,  
1968 e da mesma maneira existem falas contra ao que eles mesmos reivindicaram lá  
1969 no passado, nas audiências públicas que aconteceram. Quando se diz que o  
1970 processo de retomada está ligado somente às questões econômicas, será que  
1971 esse não é um ponto também que deve ser discutido e considerado? Porque a

1972 parte técnica também passa por esse princípio, no meu ponto de vista, porque a  
1973 parte econômica também influencia muito para as regiões, para as  
1974 comunidades que vivem no entorno. Então se não fazem hoje parte do  
1975 acompanhamento técnico as questões econômicas, elas passariam e deveriam,  
1976 senhor presidente Yuri, fazer parte, de repente, de alguma maneira. Porque a  
1977 questão econômica também mexe com a vida das pessoas. Houve uma fala de  
1978 alguém aqui presente, e eu fiz questão de anotar: 'A vida está acima de tudo, e  
1979 a sobrevivência humana depende tão somente disso'. A sobrevivência humana.  
1980 Então quando se diz da sobrevivência humana, aquele pai que de repente hoje  
1981 está desempregado tem seus dependentes dentro de casa, tem de repente um  
1982 filho, dois filhos. Está necessitado de algumas demandas e felizmente ou  
1983 infelizmente depende de um emprego, de uma renda. E sem essa renda esse  
1984 pai de família que hoje está desempregado, seja em Mariana, Ouro Preto,  
1985 Anchieta, Guarapari, que é a cidade na qual eu resido, está preocupado. Aí o  
1986 índice de mortalidade no nosso Estado tem aumentado, de suicídio então nem  
1987 se fala. E aí fica aberto para os senhores que quiserem pesquisar, vão lá e  
1988 pesquisem sobre esse tema. Será que a vida humana então não faz parte  
1989 desse processo, não tem que ser avaliada dessa maneira? E aquele pai de  
1990 família que tirou sua vida porque não tem condição de manter mais a sua  
1991 família? A importância da retomada da empresa se faz necessária, sim. Nós  
1992 fazemos a defesa, com o movimento, não a defesa cega, mas uma defesa por  
1993 que nós queremos que ela volte com responsabilidade, com compromisso, e  
1994 isso nós podemos discutir com ela funcionando. E os empregados, aqueles que  
1995 estão ligados à empresa, estão dando o seu melhor para corrigir aquilo que  
1996 aconteceu. Foram 19 vidas perdidas, eu também não gostaria que tivesse  
1997 outras vidas perdidas. Infelizmente, essas pessoas se foram. Agora, quantas  
1998 outras pessoas partiram a partir daí, quantas outras vidas estão ainda se  
1999 perdendo? Porque, infelizmente, os pais de família estão desempregados, estão  
2000 sem renda. Então senhoras e senhores, nesse sentido, quando criamos  
2001 dependência, a questão da mineração tem que ser realmente melhor discutida.  
2002 A mineração realmente deve ser rediscutida, nós não queremos realmente  
2003 perder mais vidas, nós necessitamos rediscutir a mineração, mas para rediscutir  
2004 a mineração não é necessário que a empresa fique paralisada. Então se  
2005 entendemos dessa maneira, assim como foi dito, a Samarco tem que  
2006 permanecer fechada, paralisada, para simplesmente ter uma obrigação do que  
2007 foi cobrado dela. Eu não vejo dessa maneira. Nós podemos colocar a empresa  
2008 funcionando e discutir a mineração de uma forma mais efetiva com as empresas  
2009 – e aí nós temos aqui em Minas Gerais diversas empresas desse setor – para  
2010 que a mineração seja realmente em benefício da sociedade, porque aquilo que  
2011 elas extraem do chão, da natureza nos pertence como cidadão. Pertence a nós,  
2012 então nada melhor do que discutir uma mineração segura. Eu recebi o material  
2013 da Samarco, e alguns pontos foram colocados aqui de que a empresa não tem  
2014 feito nada até o presente momento. Alguns pontos eu gostaria de elencar aqui e

2015 destacar. Cerca de R\$ 1,8 bilhão foi pago de indenização até o presente  
2016 momento. O rio Doce eu destaco muito bem, porque eu moro em Guarapari,  
2017 Espírito Santo, 500 km viajei até aqui, mas antes morava em Governador  
2018 Valadares. Morei lá até os meus 13 anos, e metade da minha família está lá.  
2019 Quando aconteceu o acidente, os meus familiares ficaram sem água dentro de  
2020 casa, os meus familiares estavam lá em Valadares. E hoje o rio Doce tem 92  
2021 pontos de observação, coisa que nunca aconteceu antes da tragédia e  
2022 possivelmente não aconteceria se não tivesse ocorrido outra situação nesse  
2023 sentido. O rio Doce hoje é um dos rios mais monitorados do Brasil, então a água  
2024 está chegando com qualidade à casa, à residência das pessoas. A empresa tem  
2025 buscado, por meio da fundação, cumprir com as suas obrigações. Aquilo que de  
2026 fato tem que ser feito ela tem buscado fazer por meio da fundação. Mas a  
2027 discussão técnica aqui hoje é se nós vamos colocar ou não essa empresa para  
2028 gerar renda, emprego, divisas, mais conforto para aqueles que ainda hoje  
2029 dependem. Aí eu faço aqui um cumprimento ao prefeito Fabrício Petri, de  
2030 Anchieta, que tem feito um trabalho diante de todas essas circunstâncias. Nós  
2031 estamos dando o nosso melhor para criar condições de ter realmente outras  
2032 viabilidades financeiras para os municípios tirarem essa dependência da  
2033 mineração. Mas isso precisa de prazo, e ao longo desse processo com a  
2034 empresa funcionando, com a Samarco funcionando, acredito eu que a diretoria  
2035 está aberta. E isso é uma discussão que já viemos tendo há muito tempo, a  
2036 produzir condições para que a população que vive no entorno das plantas da  
2037 Samarco tenha realmente uma diversificação financeira e que não crie essa  
2038 dependência total da empresa. Mas isso – eu enfatizo novamente – temos que  
2039 discutir com a empresa operando. Eu falo de um comércio que hoje tem mais de  
2040 120 mil habitantes só dentro de Guarapari. O comércio hoje deixa de arrecadar  
2041 mais de R\$ 20 milhões. O PIB do Espírito Santo corresponde a 5% daquilo que  
2042 a Samarco produz. São 5%, e isso influencia muito economicamente. Então a  
2043 discussão técnica também tem que passar por esse meio lincado à parte  
2044 econômica, porque a parte econômica atinge diretamente as pessoas também.  
2045 São mais de 20 mil desempregados na nossa região, é muita gente. Isso de  
2046 forma direta e indireta em cada empresa, fora aquilo que nós perdemos ao  
2047 longo desses quase quatro anos. Então, assim como foi dito, eu reitero e falo  
2048 aqui para os senhores, eu também sou pagador de imposto, os outros  
2049 desempregados, as outras famílias que estão desassistidas por falta da  
2050 operação da Samarco também são pagadoras de impostos, essas pessoas  
2051 também mantém os senhores aqui, mantém os nossos governantes. Então nós  
2052 também temos o direito de cobrar aquilo que nos é favorável, defendendo  
2053 também o direito daqueles que foram atingidos diretamente com o que  
2054 aconteceu em Mariana. Reitero, perdemos vidas, mas não podemos paralisar  
2055 porque tem outras vidas sendo perdidas.” Kelly Costa: “Meu nome é Kelly  
2056 Costa, sou advogada ambiental, doutoranda do Instituto de Geociências da  
2057 UFMG, faço parte com o meu orientador, professor Klemens, e a professora

2058 Andréa Zhouri. Eu começo a minha fala lembrando aos conselheiros, às  
2059 conselheiras e também ao Ministério Público aqui presente e também a todos  
2060 os representantes do poder público, mas também da sociedade de forma geral.  
2061 Eu lembro o artigo 225 da Constituição Federal e todas as normas correlatas  
2062 que estabelecem a responsabilidade solidária de todos de todos nós. E os  
2063 conselheiros, nesse caso, quando votam, ao votar, eles estão afirmado que  
2064 conhecem e têm todas as informações técnicas para que o voto seja realizado.  
2065 E por conta disso, ao votar, caso sejam processados – e todos nós sabemos  
2066 que o meio ambiente tem repercussão nas esferas administrativa, civil e penal –  
2067 , a defesa não pode alegar desconhecimento, porque quando vocês votam  
2068 vocês estão afirmado que conhecem e têm as informações suficientes para  
2069 votar. Infelizmente, contrariando algumas pessoas aqui, eu não acredito que  
2070 vocês estejam munidos de informações suficientes para votar. Primeiramente,  
2071 porque o próprio relatório a que vocês tiveram acesso, o relatório da Supri, é  
2072 eivado de vícios, lotado de inconsistências. De forma geral, ele agride de morte  
2073 o direito à vida, à saúde, o direito à função social da propriedade, os princípios  
2074 da precaução, da prevenção, os princípios a que os senhores estão sujeitos da  
2075 eficácia e eficiência da administração pública, todos eles são feridos de morte.  
2076 Para começar, estamos falando de uma empresa envolvida em diversos crimes  
2077 de natureza penal, civil e administrativa, cujo histórico criminoso não é levado  
2078 em conta nesse relatório. O rompimento é tratado nesse Parecer Único como  
2079 um evento sem importância, e dentro do relatório é deduzível que o  
2080 cumprimento das ações estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento  
2081 de Conduta está efetivamente ligado à manutenção da licença e à retomada da  
2082 operação. Ao invés de a cobrança do cumprimento do TTAC ser uma cobrança  
2083 jurídica por pura determinação legal e segurança jurídica. Mas nesse relatório  
2084 da Supri ele está amarrado ao retorno da operação. Para falar um pouco mais  
2085 dos princípios da precaução e prevenção aos quais todos nós estamos ligados,  
2086 e como esse relatório não traz nenhuma segurança e informação técnica  
2087 suficiente, nós podemos falar, dentre outras – já foi levantada aqui –, a questão  
2088 do EIA sem revisão. E só para uma questão técnica ser respondida pela equipe  
2089 técnica nós estamos nos referindo particularmente às páginas 13 e 14 do  
2090 relatório, na tabela que mostra a utilização da pilha de estéril João Manoel.  
2091 SDER Alegria Sul, SDER Alegria Norte, que correspondem a dez anos. É  
2092 necessária a criação de uma nova estrutura. Nós estamos falando de  
2093 disposição de estéril para quatro anos, para três anos, mas o que o relatório não  
2094 demonstra é o que a Samarco vai fazer com o rejeito. Ou o relatório da Supri  
2095 está errado ou realmente não foi apresentada nenhuma solução técnica nesse  
2096 sentido. Da questão da degradação ambiental que é demonstrada no relatório já  
2097 foi falada aqui, mas vale a pena repetir que o relatório trata várias vezes – eu  
2098 vou colocar entre aspas – ‘aspectos a serem esclarecidos’, ‘possibilidade’,  
2099 ‘expectativa’, ‘supostamente’, ‘talvez’, ‘propostas em desenvolvimento’,  
2100 ‘incertezas técnicas’, ‘propostas conceituais’. Tudo isso está entre aspas porque

2101 essas palavras estão descritas no relatório. Isso deixa claro como o relatório é  
2102 eivado de vício, como o relatório não permite e não dá sustentação às senhoras  
2103 e senhores das informações que são precisas. Ainda nessa questão das  
2104 condições para que as senhoras e senhores votem, teve o relatório da CGE, e o  
2105 relatório da CGE entende que os Conselhos não estão tecnicamente  
2106 apropriados. Se tivermos tempo, eu posso até indicar onde está escrito no  
2107 relatório da CGE, falando da necessidade de essas questões técnicas serem  
2108 ajustadas. Então o próprio Estado reconhece em certas questões técnicas, e a  
2109 repercussão é muito grande, repercussão social, econômica, ambiental. Outra  
2110 questão dentro do relatório que é vagamente e que não permite que as  
2111 senhoras e os senhores votem com certeza científica, que é exigência dos  
2112 princípios de precaução e prevenção garantidos na Constituição Federal deste  
2113 país, são as questões sociais. Já falamos aqui que a composição do conflito,  
2114 mesmo que estejamos falando de quatro anos, ainda não foi realizada. Estamos  
2115 falando dos danos não reparados, das vítimas não atendidas e de diversos  
2116 crimes em todas as esferas, conforme eu já falei. De todas as formas, para os  
2117 prefeitos, o poder público executivo que está aqui, e falando sobre a questão da  
2118 arrecadação, eu não vi os senhores falando a respeito da condição... Todos nós  
2119 sabemos que o minério é um recurso finito, então estamos trabalhando com  
2120 uma receita que tem prazo para acabar. Não existe no relatório. Para começar,  
2121 nos meus acompanhamentos – como eu falei, sou doutoranda, é um trabalho a  
2122 que eu me dedico há algum tempo –, não vemos a participação popular na  
2123 criação dos planos ambientais de fechamento de mina. Na verdade, não temos  
2124 acesso, a população não tem acesso. Eu posso citar duas ou três cidades em  
2125 que o poder público também garante não ter acesso a nenhum dos planos que  
2126 a empresa tem obrigação de apresentar, dentre os quais, aqueles que são  
2127 diretamente ligados à população. Falando diretamente agora das questões  
2128 sociais que estão levantando que não existem nesse relatório, estamos falando  
2129 do plano ambiental de fechamento de mina. Não existe nenhuma proposta, não  
2130 se vê nenhuma proposta para quando o descomissionamento acontecer.  
2131 Estamos falando aqui de um recurso finito e não estamos falando de nenhuma  
2132 proposta para que o município tenha vida após o encerramento da atividade.  
2133 Isso, além de temerário, é proibido. A questão do emprego e renda sem a  
2134 mineração e esse preparo, talvez estejamos equivocados com relação a esses  
2135 grandes números. Não vimos nas cidades em que acompanhamos a renda ter  
2136 retorno para a população. A Cefem é paga, os valores são pagos, mas a  
2137 destinação da Cefem dentro do município, no geral dos municípios que  
2138 estudamos – Mariana, Ouro Preto e Brumadinho, todos participam –, não vemos  
2139 o retorno social para a população. O que temos visto são pessoas com  
2140 problemas psicológicos, psiquiátricos, pessoas que não retornaram a suas  
2141 casas. A questão do cumprimento de TTAC, ele não é cumprido porque não  
2142 existe nenhuma cobrança da empresa. A empresa vai continuar não cumprindo  
2143 o TTAC porque ela não precisa cumprir, todas as vezes que ela precisa ela

2144 recebe alguma benesse do poder público, a legislação é capturada. Sabemos  
2145 disso, temos feito estudo sobre isso. A própria empresa interfere em todos os  
2146 poderes. Isso tem que acabar, o véu da mineração tem que ser retirado. Não é  
2147 possível que as pessoas consigam dormir em paz sabendo que não existe  
2148 certeza científica de que as pessoas não vão continuar morrendo com a  
2149 mineração. Eu não sei como vocês conseguem dormir em paz votando uma  
2150 coisa da qual vocês não têm consciência, não têm informação. A empresa que  
2151 emite o laudo para vocês, comprovadamente – quem fala isso é a polícia –,  
2152 emitiu laudo falso. A Polícia Federal falou isso. Então é difícil saber – já foi dito  
2153 aqui – que a nossa luta é ingrata. Eu estive na reunião em que foi liberada a  
2154 licença para Fundão, e a mesma situação que passamos lá estamos passando  
2155 aqui. Algumas pessoas olham para nós com a cara feia, dizem que somos  
2156 loucos, que somos ‘só ambientalistas’, que não entendemos a noção econômica  
2157 do que está acontecendo. Eu vou dar só um exemplo aqui na reunião que eu vi,  
2158 o prefeito do município de Barão de Cocais fazia as mesmas afirmações que  
2159 estão sendo feitas aqui, nos ofenderam dizendo que não sabíamos de nada do  
2160 que estava acontecendo, que ciência é coisa que tinha que ficar restrita à  
2161 academia. Pouco tempo depois, esse mesmo representante público estava na  
2162 televisão, aos prantos, porque a população da cidade dele estava devastada,  
2163 como ainda continua. Eu peço para as senhoras e senhores que tenham  
2164 bastante consciência e se lembrem da responsabilidade solidária a que estão  
2165 ligados.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu parto do princípio de  
2166 que nós estamos licenciando algumas estruturas para que deem condições para  
2167 que a empresa volte a funcionar. E me convenceu bastante com relação à  
2168 disposição em cava, o que já víhamos falando há muito tempo, sair desses  
2169 paredões de concreto que a todo instante estão nos ameaçando. Mas para  
2170 começar, voltar a produzir – essa pergunta é tanto para a Supri como para a  
2171 empresa –, ao voltar a produzir, gerando rejeito, dentro de um sistema ok, que  
2172 achamos legal, vai haver explosões, movimentos sísmicos, reflexos sísmicos de  
2173 uma estrutura que está em algum canto adormecida. A minha pergunta é: quais  
2174 os estudos a respeito das consequências dessas explosões ao retornar a  
2175 produção nessas barragens foco dos acidentes que aconteceram.” Rodrigo  
2176 Ribas/Supri/SEMAD: “Eu vou fazer uma breve introdução, senhor presidente, a  
2177 respeito de algumas questões que ficaram, que são de ordem genérica e que  
2178 não tratam, necessariamente, desse processo. Como os senhores sabem, os  
2179 senhores viram o parecer, conhecem o processo, cinco pedidos de vista. O  
2180 Fonasc, inclusive, levou todas as caixas, teve acesso a todos os documentos a  
2181 que nós tivemos. Então não há nenhuma surpresa em relação ao que está  
2182 sendo discutido. De fato, há uma secção, nós seccionamos o empreendimento,  
2183 e a secção que foi feita não foi feita por decisão da SEMAD, não é a SEMAD  
2184 que disse o que está sendo licenciado. Em primeiro lugar, é preciso que se diga  
2185 que houve uma repartição de responsabilidades. Pessoalmente, eu posso  
2186 gostar ou não gostar dessa repartição de responsabilidades, mas como servidor

2187 da SEMAD eu não posso desconhecer essa participação, eu preciso,  
2188 obrigatoriamente, respeitar essa participação. Então houve a assinatura de um  
2189 Termo de Transação e Ajustamento de Conduta firmado entre os governos  
2190 federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, que determinaram que a  
2191 partir do Dique S3, portanto, áreas que não pertencem ao empreendedor, à  
2192 Samarco, a partir do Dique S3, do Dique S4 em diante, Nova Bento, por  
2193 exemplo, são de responsabilidade de recuperação da Fundação Renova. Nós  
2194 acompanhamos, cotidianamente, as ações da Fundação Renova, tanto na  
2195 regularização. A Fundação Renova é obrigada a regularizar cada uma das  
2196 atividades que ela desenvolve ao longo da bacia do Rio Doce. A Supri  
2197 acompanha os processos de licenciamento, por ato do secretário, é a Supri  
2198 que coordena os processos de licenciamento da Fundação Renova. Fomos nós,  
2199 por exemplo, que licenciamos o reassentamento de Bento Rodrigues. Então nós  
2200 conhecemos as ações. E por que ficou seccionado a partir de S4? Porque há  
2201 uma decisão judicial dizendo que o empreendedor Samarco e a Fundação  
2202 Renova não podem atuar sobre a área de S4 e Bento Rodrigues, que o Dique  
2203 S4 tem que ser descomissionado – tem que ser, não é uma opção –, e a partir  
2204 dali quem vai tomar a decisão de que uso será feito da antiga Bento Rodrigues  
2205 serão os proprietários de Bento Rodrigues. Bento Rodrigues ainda tem  
2206 proprietário, não foi usurpado dos seus verdadeiros donos. Por isso que todas  
2207 as atividades que são tratadas nesse parecer dizem respeito ao Complexo  
2208 Minerário de Germano, suas estruturas principais e as atividades de  
2209 recuperação até o Dique S3, porque esses são de competência da Samarco. A  
2210 partir do S3, de competência da Fundação Renova, por isso essa confusão. Daí  
2211 a necessidade de se fazer essa secção e não poder, Dr. Gustavo, fazer em um  
2212 único processo esse levantamento. O TTAC tem regras próprias, tem o número  
2213 de cláusulas que determinam como ele vai ser realizado, como as ações de  
2214 reparação vão ser feitas, quais são as estruturas competentes para avaliar, as  
2215 Câmaras Técnicas do CIF e o próprio CIF. Então nós temos um Comitê  
2216 Interfederativo que acompanha a execução das obras a partir de S4. Daí não  
2217 poder se misturar e termos que parar o nosso licenciamento no Dique S3, que  
2218 aí, sim, é a estrutura operacional da Samarco. Em relação a Germano,  
2219 barragem de Germano e cava de Germano eram estruturas que seriam  
2220 incorporados no processo de licenciamento, porque são estruturas que  
2221 pertencem ao Complexo Minerário Germano, que pertenciam à ADA e ao  
2222 sistema operacional, mesmo que não houvesse mais disposição de rejeitos.  
2223 Com a legislação superveniente, sobretudo a Lei 23.291/2019, Mar de Lama  
2224 Nunca Mais, houve uma separação entre as estruturas que são passíveis de  
2225 licenciamento. Aí é preciso que se estabeleça o tamanho da ação administrativa  
2226 que pode ser feita. Eu só posso licenciar estruturas que são passíveis de  
2227 licenciamento. As barragens e diques de disposição de rejeito desativadas por  
2228 força de lei e que têm que ser descaracterizadas e descomissionadas, conforme  
2229 a 23.291, não são passíveis de licenciamento. Eles são passíveis de um outro

procedimento administrativo. Aí, sim, tratado no âmbito do Sisema também. Não só do Sisema, nós temos um Comitê que acompanha, que avalia, a própria ANM acompanha, os órgãos ministeriais fazem parte desse acompanhamento. Que acompanham o projeto de descomissionamento, a partir dos projetos executivos, dessas estruturas. Elas não são passíveis de licenciamento ambiental. Eu não posso – em que pese eu querer ou não querer, independente da minha vontade – trazer para uma licença ambiental, não posso dar uma Licença de Operação para uma estrutura que não pode operar. Daí a necessidade de a barragem e da cava de Germano estarem excluídas desse processo. Independente disso, as documentações da barragem de Germano são públicas, estão lá. Uma das coisas que a Samarco cumpriu ao longo desse processo, por conta da legislação superveniente – por isso, tantos volumes –, foi apresentar, conforme estabelecido na Lei 23.291, os projetos todos de todas as estruturas que são abarcadas pela Lei 23.291. Então cada um dos diques que tenha mais de 10 m, mais de 1 milhão m<sup>3</sup> de reservação ou DPA alto teve que apresentar os projetos. Isso tudo compõe o processo. Não há desconhecimento, portanto, desses documentos, em relação às estruturas que estão lá. Em relação ao plano de descomissionamento da barragem de Germano, nós acabamos de falar aqui. É claro que o descomissionamento da barragem de Germano é uma ação e um procedimento de interesse da SEMAD, na estrutura correta da SEMAD. O Sisema não possui, exclusivamente, a Supri como órgão administrativo, nós temos várias outras estruturas. Certamente que há um projeto de descomissionamento que tem que ser levado em consideração pelo Estado, na FEAM, coordenado pela FEAM. A Fundação Estadual do Meio ambiente é reconhecida como uma estrutura de competência, de excelência no Estado de Minas Gerais não é de hoje, é desde que ela saiu, nos anos 80, do Cetec. Os técnicos da FEAM que vieram do Cetec são reconhecidos como de alta capacidade e são eles que vão coordenar o processo de descomissionamento das barragens. Não se deve confundir e trazer para o processo de licenciamento de retomada do Complexo de Germano uma atividade que não será retomada, que por obrigação tem que ser descomissionada, no outro procedimento administrativo. Em relação à zona de autossalvamento. Senhor presidente, senhores conselheiros, os senhores me conhecem já há alguns anos. Há alguns anos que eu venho me apresentando frente aos senhores. Em que pese a Sra. Maria Teresa, ex-conselheira deste Conselho, agir de forma belicosa, agressiva, eu vou continuar como sempre não personalizando a discussão. Eu sei bem como é isso e vou manter na análise do processo. Ao finalzinho, se você me permitir, presidente, eu queria fazer só um minutinho a respeito de assuntos que não estão em votação aqui. Em relação a atestar se a zona de autossalvamento tem ou não tem pessoas residentes, em primeiro lugar, a Lei 23.291 não determina que haja ou que não haja pessoas na zona de autossalvamento para processos de operação. Como os senhores sabem, os senhores todos aqui hoje são servidores públicos em

exercício, pelo menos durante a reunião do Conselho, desta Câmara, os senhores são representantes públicos, os senhores sabem que o nosso limite de atuação é o limite da lei, eu não posso ir para além da lei, a lei é meu limite máximo de atuação. Eu não posso exigir neste momento, em um processo de licenciamento – a SEMAD, a Supri –, desse empreendedor ou de qualquer outro empreendedor, aquilo que a lei não trouxe como caracterização necessária do processo. A lei diz que é proibido licenciar Licença Prévia ou de Instalação ou alteamento quando houver residente na sua zona de autossalvamento, entendida como 10 km de 30 minutos, aquele que for mais restritivo, podendo se estender até 25 km, a juízo técnico. É verdade que a lei trouxe isso. Não estamos falando de Licença de Instalação nem de Licença Prévia nesse caso, estamos falando de uma Licença de Operação Corretiva de estruturas que já estão funcionando e operacionais. Portanto, a Licença de Operação Corretiva não se enquadra na vedação legal, e, portanto, eu não posso sequer fazer essa exigência. De toda maneira, nós fomos provocados pelo órgão de controle da SEMAD, o Ministério Público nos provocou e solicitou que nós fizéssemos uma condicionante, se porventura o processo for votado e aprovado. Claro, se ele não for aprovado, a condicionante é desnecessária. Se porventura for aprovado, uma condicionante que estabelece a avaliação ambiental integrada dos resultados do descomissionamento dessas estruturas e de demais estruturas referentes. Então eu acho que, em relação a essa exigência, a avaliação ambiental integrada trará o necessário conhecimento daquilo que se precisa fazer, inclusive, em relação a eventuais esvaziamentos de zonas de autossalvamento daquilo que está ali como descomissionamento, se caso o estudo apontar. Deixa-me ver o próximo ponto. A legislação foi cumprida pela Samarco? Eu queria registrar que, apesar de termos sido acusados de não anotar nada, está tudo anotado, gravado em áudio, gravado em vídeo, nós conhecemos cada uma das palavras que foram ditas por cada uma das pessoas aqui, as ouvimos, respeitosamente, e vamos debruçar sobre cada um dos pontos que foram tratados. Eu nesses pontos genéricos, e a equipe técnica e jurídica nos pontos específicos. Se o processo está instruído, eu repito o que já falo em cada uma das reuniões desta Câmara. Há um controle processual feito pela equipe jurídica das Suprams e da Supri. Esse controle processual trata de cada um dos pontos necessários para instruir o processo. No controle processual tem ‘aplicam-se tal lei, tal lei, tal lei’, ‘foi apresentado nessa e nessa condição, nesse e nesse momento’. Se o controle processual chegou à conclusão de que o processo está instruído, então nós fechamos o parecer e mandamos o parecer para decisão da Câmara. Se a equipe de controle processual chegar à conclusão de que o processo não está instruído, ele sequer será de conhecimento dos senhores, até que esteja instruído. Por óbvio, eu só posso atestar que a instrução processual foi correta. ‘Atestar que a legislação ambiental está sendo cumprida’. Ninguém pode atestar isso em nome de terceiro, essa pergunta é impossível de ser respondida por um

2316 terceiro. Eu atesto que o processo está instruído e que neste processo a  
2317 legislação ambiental está sendo observada e cumprida. Eu não posso atestar,  
2318 por exemplo, que a Samarco – ou qualquer empresa – está fazendo lançamento  
2319 de um efluente qualquer dentro dos parâmetros, porque eu não estou lá  
2320 verificando. Eu não posso atestar o cumprimento integral da legislação. Para  
2321 isso, nós temos outras estruturas de controle e comando, nós temos sistema de  
2322 fiscalização. A fiscalização é documental, através, claro, dos controles  
2323 ambientais que são efetivamente realizados e controlados pelo Estado, e in  
2324 loco. A Polícia Ambiental, os órgãos de fiscalização, a própria Subsecretaria de  
2325 Fiscalização, o Núcleo de Controle Ambiental das Supramps, que faz o controle  
2326 das licenças já emitidas. Enfim, nós temos outras estruturas. O conjunto dessas  
2327 avaliações é que vai chegar à conclusão se está sendo cumprida, e mesmo  
2328 assim pode haver descumprimento. No caso de descumprimento, há autuação,  
2329 encaminhamento do auto para o Ministério Público, que toma as medidas  
2330 judiciais cabíveis. No caso nosso, as medidas administrativas cabíveis. Está  
2331 aqui perguntando se eu atesto. Eu não atesto nada. Se as estruturas estão  
2332 construídas em condições de existência de abalos sísmicos. O Newton aqui  
2333 falou muito apropriadamente, representando um órgão de controle de atividade  
2334 profissional, da necessidade de se colocar nome da pessoa, registro  
2335 profissional, Anotação de Responsabilidade Técnica, CTF recolhido junto ao  
2336 Ibama, para que se possa fazer o devido endereçamento de responsabilidades.  
2337 Nós repetimos isso em todas as reuniões também. A Resolução Conama 237 –  
2338 é importante lembrar sempre dela – diz que toda a responsabilidade pelas  
2339 informações, inclusive, técnicas e atestados, reside no empreendedor. Os  
2340 atestados são atestados profissionais. O engenheiro que fez o cálculo do  
2341 desmonte de rocha é que tem que falar se o cálculo de desmonte de rocha dele  
2342 está concebido de maneira adequada à proteção e segurança daquelas  
2343 estruturas, quaisquer que sejam as estruturas. E a proteção e segurança das  
2344 vidas das pessoas. E a legislação que vai tratar disso não é ambiental, nós  
2345 estamos tratando aí de outras formas de legislação. Quem controla plano de  
2346 fogo não é a SEMAD, quem controle a segurança do trabalho não é a SEMAD.  
2347 Mas, de qualquer maneira, o atestado é apresentado com a devida Anotação de  
2348 Responsabilidade Técnica. É o ART quem atesta, não é o Rodrigo Ribas quem  
2349 atesta. O Rodrigo Ribas vem aqui, como funcionário público, representar uma  
2350 equipe técnica e jurídica responsável por uma análise documental e  
2351 procedural e local e emitir um parecer, que é uma opinião. Pode até não ser  
2352 a melhor opinião. É uma opinião. A melhor opinião é a do Conselho, sempre,  
2353 porque é o Conselho que tem a designação de emitir ou indeferir a licença.  
2354 ‘Atesta que a orientação do processo para LOC ao invés de LAC é correta’. Por  
2355 óbvio, primeiro, porque o meu chefe mandou assim. Parece bobo isso, mas nós  
2356 estamos falando que há um ato do secretário, o mesmo ato que suspendeu as  
2357 licenças, suspendeu o efeito das licenças ambientais da Samarco e que  
2358 ninguém jamais discutiu se esse ato era válido. No que tange à suspensão das

2359 licenças, isso foi acatado por todas as pessoas. O mesmo ato que suspende as  
2360 licenças, nominalmente, enumera quais as licenças têm que ser suspensas, o  
2361 mesmo ato que suspendeu determinou o licenciamento corretivo das estruturas.  
2362 Então, por óbvio, se eu respeito a suspensão, tenho que respeitar a ordem  
2363 seguinte, que é a orientação dessa licença para o sistema de operação  
2364 corretiva, retomada de uma estrutura que funcionou durante 40 anos, que já  
2365 está instalada. Nós estamos falando exatamente disso, de operação corretiva.  
2366 Muito se falou aqui de como era a disposição de rejeitos antes e como é agora.  
2367 É óbvio que houve correção dos rumos de atuação dessa empresa ao longo  
2368 desses anos, e essa correção de rumos, do ponto de vista do licenciamento, só  
2369 vai ser percebida e analisada em um sistema de licenciamento operacional  
2370 corretivo mesmo. Nós temos aqui, é claro, um processo sui generis, um  
2371 processo completamente diferente de todos aqueles que nós vimos. Nós temos  
2372 um processo que prevê, apesar de operação corretiva, instalação corretiva,  
2373 prevê licenciamento corretivo de ações emergenciais, prevê licenciamento  
2374 corretivo de danos causados pela passagem da lama. Então é um processo  
2375 diferenciado, de fato, mas não deixa de ser um processo de operação corretiva.  
2376 Todas essas ações, em alguma medida, já foram pensadas e estão prontas a  
2377 serem aplicadas neste momento. Então eu só posso achar que o licenciamento  
2378 operacional corretivo é o correto. Mesmo que se, pessoalmente, eu não  
2379 achasse, eu também não posso desobedecer a ordem do meu chefe, o  
2380 secretário de Estado, que suspendeu as licenças e, na mesma ordem, mandou  
2381 fazer corretiva. Em relação a esse processo, senhor presidente, eu paro por  
2382 aqui, mas gostaria de falar agora... A empresa ainda vai responder várias  
2383 coisas, a equipe técnica ainda vai responder várias coisas. Como eu disse, Sr.  
2384 Gustavo Gazzinelli, eu vou fazer uma introdução de maneira geral, e as  
2385 questões técnicas vão ser trabalhadas pela equipe técnica. Então, senhores,  
2386 agora eu vou falar de um outro assunto, não tem a ver mais com a Samarco, e  
2387 prometo ser breve. Nós fomos – eu, muito pessoalmente, e os senhores, como  
2388 representantes do Conselho – muito atacados aqui por um licenciamento  
2389 realizado em dezembro de 2018, dizendo das nossas, entre aspas,  
2390 ‘responsabilidades’. A respeito de apontar o dedo na cara, eu conheço muito  
2391 bem isso, eu sei muito bem como funciona. Os senhores devem se lembrar, foi  
2392 o meu rostinho que apareceu no ‘Fantástico’ dois dias depois do rompimento,  
2393 não foi o de ninguém mais. Depois disso, na mesma semana, nós entregamos o  
2394 nosso processo para a Polícia Civil, para a Polícia Federal, para o Ministério  
2395 Público Estadual, para o Ministério Público Federal, para os auditores da CGE,  
2396 Controladoria Geral do Estado; e para as duas CPIs, a CPI federal e a CPI  
2397 estadual. Em cada um desses casos, houve o entendimento de que o processo  
2398 de licenciamento do descomissionamento da barragem B1, aquele que os  
2399 senhores votaram no dia 11 de dezembro, não teve qualquer relação causal  
2400 com o rompimento. Então eu continuo muito seguro daquilo que nós fizemos em  
2401 dezembro, continuo muito confortável em dizer que nós tomamos a melhor

2402 medida. Eu só fico desconfortável que essa medida não tenha sido tomada um  
2403 ou dois anos antes, para que houvesse tido tempo do descomissionamento  
2404 antes do rompimento. Nesse caso, todos os órgãos de controle e os órgãos  
2405 policiais foram unânimes em demonstrar, aceitar, acatar as nossas  
2406 demonstrações de que o processo não teve nenhuma relação causal. E na  
2407 auditoria da CGE não há uma só recomendação em termos de necessidade de  
2408 consertar o processo. As duas recomendações que tem em relação à Supri  
2409 naquela auditoria da CGE dizem respeito a tornar públicos os critérios de  
2410 determinação de prioridade e os processos que são prioritários. São as únicas.  
2411 Então a Supri, nesse sentido, fica muito tranquila e confortável em continuar  
2412 instruindo os processos e analisando os processos como nós analisamos.  
2413 Newton, muito obrigado pelo elogio, vale, sim, vale muito. Nós reconhecemos  
2414 que temos que aprender muita coisa ainda. Gustavo, nós queremos elogio, sim,  
2415 de vocês, queremos a parceria de vocês. Nós estivemos sempre abertos para  
2416 conversar com vocês a todo momento e queremos construir. É preciso que  
2417 vocês queiram também, não dá para ser só por enfrentamento. Presidente Yuri  
2418 Rafael de Oliveira Trovão: “Esses esclarecimentos finais do Rodrigo eu deixei,  
2419 até não fazem parte da pauta, mas foi falado isso. Na reunião passada,  
2420 inclusive, eu solicitei que se encaminhassem ao Conselho os resultados das  
2421 CPIs, em que ficou patente que a licença que foi concedida não tem nenhum  
2422 nexo de causalidade com a catástrofe que houve. Pelo contrário, corroboro o  
2423 que o Rodrigo falou, se o Estado tivesse sido mais diligente, se aquela licença  
2424 que foi concedida em dezembro tivesse acontecido três anos antes, talvez não  
2425 tinha tido a catástrofe.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Eu acho que,  
2426 tecnicamente, restaram poucos esclarecimentos, mas, se tiver mais alguns,  
2427 estamos à disposição. Foi questionado com relação à necessidade de  
2428 apresentação de novo EIA/Rima. Depois das atualizações da Samarco dentro  
2429 do processo, foi apresentado inicialmente um estudo em 2017, depois os  
2430 estudos foram atualizados, mesmo depois das audiências públicas. Nós  
2431 consideramos que os estudos apresentados nas audiências públicas e o  
2432 conhecimento que foi dado à comunidade foram satisfatórios. Os estudos que  
2433 foram atualizados depois foram, principalmente, com a intenção de reduzir os  
2434 impactos ambientais. A ADA foi mantida, o projeto foi alterado no sentido de  
2435 mitigar e reduzir os impactos. Então nós entendemos que essa questão da  
2436 redução do dano não necessitaria de novos estudos. E além disso a publicidade  
2437 dos estudos é dada a todo momento, inclusive pelo próprio site da SEMAD e  
2438 pelo Parecer Único que foi apresentado para vocês. Então nós acreditamos que  
2439 o processo foi instruído corretamente e que não havia necessidade de novo  
2440 estudo com novas coletas de fauna com sazonalidade em períodos seco e  
2441 úmido. Considerando o tempo de análise de 2017 a 2019, com várias idas a  
2442 campo, com participação de equipes de várias Casas do Sisema, nós ficamos  
2443 bem tranquilos de que os estudos apresentados foram satisfatórios e não havia  
2444 necessidade de novos estudos. E o outro item que eu tenho a complementar é

que foi questionado com relação ao questionamento da audiência pública da LP+LI da cava de Alegria Sul. Os questionamentos apresentados na audiência pública de Alegria Sul foram apresentados no PU da cava de Alegria, como solicitado na DN. Nós trouxemos isso item a item. Então também entendemos que esse item não ficou pendente à época. Mas também estamos à disposição para apresentar maiores esclarecimentos, qualquer coisa, via ofício. Mas se for retomado o PU esses descriptivos estão lá. Nós avaliamos o cumprimento da condicionante no momento dessa LOC, assim como de todas as licenças da Samarco que foram suspensas. Eu queria aproveitar este momento para fazer um comentário com relação à análise integrada do complexo. Nós entendemos o objetivo da condicionante proposta e achamos muito válidos. A questão da avaliação ambiental integrada do descomissionamento é um ganho muito bom, mas eu acho, que considerando que analisamos mais de 40 processos de licença ambiental que a Samarco possuía e fizemos uma licença para todo o complexo minerário – vocês podem ver aí o tamanho do processo –, poucos empreendimentos tão grandes possuem uma licença única no Estado. Isso significa que analisamos todo o impacto e todas as medidas de controle propostas para efluentes líquidos, efluentes atmosféricos, ruídos, as comunidades ao redor. Então os impactos socioambientais foram analisados de maneira sinérgica para um complexo que tem quase mil hectares. É uma coisa muito significativa, com uma equipe de quase 20 pessoas, com a participação de outras Casas do Sisema, de mais de uma Supram. Eu acho que isso é muito importante e considero que é uma análise integrada, sim. É uma análise de três municípios, especificamente, mas que tem interferência em vários outros. Nós acompanhamos – como o Ribas falou – a recuperação do rio Doce. A mesma equipe da Supri, além dessas equipes que também deram apoio para nós, a equipe do IGAM, que faz análise das outorgas. Então isso é muito perto de uma análise ambiental integrada, que a SEMAD pode desenvolver para outros empreendimentos minerários. É um processo muito robusto, com quase 400 páginas de parecer, e eu acho que isso também pode trazer uma segurança para o Conselho de estar aprovando, talvez como uma das primeiras vezes, uma licença única para um complexo minerário. Isso é um ganho para a análise ambiental dentro do Estado, consideravelmente. A última que ficou pendente foi o questionamento que o colega fez sobre a atividade de outras formas de tratamento e disposição de resíduos. Basicamente, essa atividade se caracteriza pelas ADMEs, que são Áreas de Disposição de Material Excedente. São três áreas que foram construídas dentro do empreendimento para disposição, basicamente, do rejeito que foi disposto com o rompimento de Fundão. Inicialmente, uma das áreas tinha o objetivo de receber o rejeito que seria retirado de Bento Rodrigues, antes do processo judicial que o Ribas citou, que impedia qualquer intervenção dentro do distrito, para poder proteger, inclusive, a propriedade das pessoas que lá se mantêm. Então hoje não há possibilidade de se fazer nenhum tipo de intervenção, as propriedades e o

2488 rejeito que lá estão dispostos estão mantidos daquela mesma maneira. Mas  
2489 inicialmente foram construídas três áreas de disposição para que esse rejeito  
2490 fosse retirado de Bento e disposto dentro do complexo mineral, de forma  
2491 adequada. Então essas áreas estão, vamos dizer assim, em stand by, para que,  
2492 quando for desenvolvido o plano de manejo de rejeito pela Fundação Renova,  
2493 esse material seja retirado e disposto de forma adequada dentro do complexo, e  
2494 assim seja desenvolvido um plano de recuperação de áreas degradadas dentro  
2495 dessas áreas de disposição, e elas sejam fechadas e recuperadas também. Só  
2496 mais um último comentário também, com relação aos projetos conceituais dos  
2497 diques e das barragens, que foram várias vezes citados. Os projetos são  
2498 conceituais para fechamento dessas estruturas porque a DN 220, que é a de  
2499 fechamento de mina, a do Pafem, solicita que esses projetos executivos sejam  
2500 apresentados com dois anos de antecedência para o fechamento da mina.  
2501 Então até que esses dois anos se alcancem esses projetos são apresentados  
2502 como conceituais dentro dos licenciamentos e dos planos de recuperação de  
2503 áreas degradadas, na licença. Mas, considerando que não há perspectiva para  
2504 fechamento efetivo do Complexo de Germano, esses projetos são conceituais e  
2505 não executivos. Quando chegar a hora correta, esses projetos são  
2506 apresentados como executivos. Por isso que até então eles são conceituais. De  
2507 Germano e cava de Germano, é agora por causa da Lei 23.291, mas os diques  
2508 de contenção de sedimentos e a barragem de Nova Santarém só no plano de  
2509 fechamento do Complexo de Germano. A barragem de Germano está em  
2510 desenvolvimento, e eles têm dezembro deste ano para apresentar o projeto  
2511 executivo." Angélica Aparecida Sezini/Supri/SEMAD: "Meu nome é Angélica,  
2512 eu sou diretora de Controle Processual da Supri e vou tratar de dois pontos  
2513 eminentemente jurídicos que foram questionados pelo conselheiro do Fonasc.  
2514 Um é sobre as declarações de conformidade dos municípios. Foi questionado  
2515 se haveria necessidade de novas declarações. Nós entendemos que não.  
2516 Mesmo havendo alterações nos estudos, a declaração de conformidade dos  
2517 municípios, que é exigida por força da Conama 237, diz respeito ao uso e  
2518 ocupação do solo. Então não diz respeito aos estudos ambientais apresentados.  
2519 Mesmo que haja alteração nesses estudos, a declaração não está ligada aos  
2520 estudos, mas, sim, às atividades que serão desenvolvidas naquele espaço  
2521 dentro do território do município. Portanto, se a atividade foi autorizada, ainda  
2522 que haja alterações nos estudos, a declaração de conformidade dos municípios  
2523 não está vinculada aos estudos, mas, sim, à atividade. E a segunda questão diz  
2524 respeito a intervenção em área de preservação permanente, que somente pode  
2525 se dar em caso de utilidade pública. E em caso de mineração, por força da Lei  
2526 20.922, que é o Código Florestal Mineiro, e assim também como o Código  
2527 Florestal nacional, que é a Lei 12.561, a atividade mineral é, por si só e pela  
2528 legislação, considerada como de utilidade pública. Portanto, não há nenhum tipo  
2529 de outras exigências para que essas atividades sejam desenvolvidas em APP.  
2530 O que nós precisamos é só destacar isso no nosso parecer, como foi feito, uma

vez que se trata de uma exceção prevista na legislação.” Alexandre Gonçalves/Samarco Mineração S/A: “Só para tentar esclarecer algumas dúvidas, primeiro, a respeito do sismo, que é um ponto importante, hoje, tem a NBR 13.028, que é uma norma da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. A norma é intitulada ‘Elaboração de Projeto de Barragem de Mineração’ e demanda que seja feita uma análise específica, análise pseudo-estática, uma análise em que temos que considerar um efeito de uma aceleração sísmica que esteja ocorrendo em algum site. Todos os projetos têm que contemplar essa análise, e nas declarações de estabilidade os auditores também vêm adotando essa prática de fazer essa verificação. Então com relação à parte sísmica, se tiver mais alguma dúvida. Nós temos também o monitoramento sísmico, que se faz lá dentro do site, eventualmente, para poder avaliar se tem algum evento que possa impactar na estrutura.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Com relação à estrutura que já existe, vocês têm já um estudo consistente de que não haverá nenhum efeito?” Alexandre Gonçalves/Samarco Mineração S/A: “Todas essas DCEs, Declarações de Condição de Estabilidade, que estão atreladas à auditoria, vem sendo feita uma verificação dessa condição pseudo-estática que representa um carregamento sísmico.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu vou pedir um pouco de paciência do Conselho e das pessoas presentes. Diante de tanta coisa que foi e voltou aqui, os questionamentos que porventura eu vou fazer aqui eu gostaria que fossem respondidos de primeira monta pela equipe técnica da SEMAD, que foi disponibilizada para responder, inclusive, com orientação do presidente também de que teriam todas as condições de responder. Só um comentário em relação ao que o público fez. O secretário do Estado do Espírito Santo falou que em relação a matar a vaca e salvar o carrapato. O meu entendimento nesse aspecto é divergente do dele, no sentido de que, para mim, o carrapato é a Vale, o carrapato não é a sociedade. O Brasil, o Estado de Minas Gerais é muito maior do que a Vale. Então se tem algum carrapato o carrapato é a Vale, são os mineradores que estão agindo de maneira criminosa no Estado de Minas Gerais. Então essa atuação criminosa das mineradoras no Estado de Minas Gerais nós temos que matar mesmo. Esse que é o carrapato, no meu modo de ver. Sobre a empresa, que cumpriu as obrigações, que foi falado aqui também, eu volto a falar que não foi isso que o relatório recente – que ainda vai ser muito debatido e muito visto – da Controladoria Geral do Estado aponta nesse sentido. Que as obrigações, principalmente, do rompimento de Fundão, têm várias coisas que não foram esclarecidas e documentos que não foram apresentados. Ela que está falando, não sou eu, só estou reportando. Os vereadores que estiveram aqui defendendo o emprego e tal não estão aqui para acabar de ver a reunião. Talvez por compromissos, mas deveriam estar para ver toda a discussão e defender realmente os seus interesses de empregabilidade, se é essa a posição única que vale mesmo, a retomada da Samarco. Parece que o prefeito, inclusive, falou – foi um vereador também – que seria a

2574 redenção, a resolução dos problemas ambientais causados pelo  
2575 empreendimento. Então quer dizer que nós estamos mais uma vez reféns da  
2576 mineradora, que fazia as vontades dela. Porque a obrigação ela tem. Se ela  
2577 veio aqui com o licenciamento para passar aqui, se amanhã parar de comprar o  
2578 minério, se ela fechar as portas, por algum motivo, outra tecnologia que  
2579 aparecer, mesmo tendo minério lá, ela é obrigada a cumprir e reparar o dano.  
2580 Então esse discurso de que ela tem que continuar para reparar dano é uma  
2581 hipocrisia sem tamanho, no meu modo de ver. Realmente, o tempo de análise  
2582 falado pelo seu Artur, que nós tivemos, foi muito curto mesmo, mas, mesmo  
2583 assim, nós vamos apontar várias coisas que, mesmo nesse espaço de tempo  
2584 curto, mesmo depois de fazer o parecer, nós conseguimos pegar alguma coisa.  
2585 E o risco hipotético teve e tem, e tanto teve e tem que duas barragens já se  
2586 romperam. E com atestado de técnico atestando a estabilidade. Então é uma  
2587 coisa que tem que se levar em conta e muito em conta. E a mudança de  
2588 disposição de rejeito, nós temos cobrado, sim, e só está vindo agora por causa  
2589 dos rompimentos de barragem de rejeito que tiveram. Porque se não houvesse  
2590 isso as mineradoras estariam até hoje continuando a fazer barragens a  
2591 montante. Por quê? Porque é econômico para vocês, economiza no bolso de  
2592 vocês. Não é porque está preocupada com o meio ambiente e nada. Agora que  
2593 a sociedade está cobrando. Tomem então as atitudes antes. Agora o que fica  
2594 não é a forma de disposição, é aonde vai ser feita essa disposição. E eu já  
2595 começo a primeira pergunta nesse sentido de que foi falado que tem nove anos  
2596 para disposição de rejeito de lama e 11 anos para disposição de estéril ou vice-  
2597 versa. E no PU se fala também que são 50 anos aproximadamente de  
2598 exploração minerária. Aonde vai ser feita a disposição de rejeito desses últimos  
2599 40 anos? Eu não achei isso no PU e gostaria que a equipe técnica respondesse  
2600 isso, não de forma conceitual. Porque você sabe que são 50 anos que a jazida  
2601 tem. Se são 50 anos, aonde vai ser posto o rejeito desses outros 40 anos? Essa  
2602 é a resposta que nós esperamos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2603 “Nós trabalhamos com aquilo que é posto no processo de licenciamento, como  
2604 o senhor já sabe. Os estudos que nos foram apresentados é para uma licença  
2605 de dez anos. Então aquelas disposições foram trabalhadas – a equipe me  
2606 corrija se eu estiver equivocado – para aquela quantidade estudada no prazo de  
2607 dez anos. Se tem reserva de minério lá para 50, 100 ou 200 anos, isso vai ser  
2608 visto no procedimento próprio. Aí é quase um exercício, talvez a empresa, no  
2609 projeto a longo prazo, pode informar isso para o senhor. ‘Daqui a 50 anos nós  
2610 temos a ideia de expor em tal local.’ Isso não quer dizer que está sendo votado  
2611 neste momento, o que está sendo votado é a extração que está posta e a  
2612 disposição que está sendo colocada neste momento. Nada impede que o  
2613 avanço dessas cavas, as projeções futuras sejam respondidas pelo  
2614 empreendedor. Mas fique claro, não estamos trabalhando aqui neste momento  
2615 com a extração de minério com reservas para 50 anos, nós estamos falando de  
2616 uma licença de dez anos.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Presidente Yuri, o

senhor já respondeu pela equipe técnica a resposta que eu fiz? Eu gostaria então de ouvir primeiro da equipe técnica, antes de ouvir do empreendedor. Na hora que a equipe técnica responder, se ela tem capacidade de responder, responda. Se ela não tiver capacidade de responder, ela passa para o empreendedor. Essa é a posição que eu quero ouvir, mesmo porque foi o senhor deliberou dessa maneira na última reunião. Por não tirar de pauta, o senhor falou que a equipe técnica estaria aqui disponível para responder, e o que foi falado também pelo superintendente Rodrigo Ribas. Então primeiramente que a equipe responda aos questionamentos. Se ela não tiver resposta, o empreendedor, sem problema." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Lúcio, em relação à presidência da reunião e à condução, cabe a mim. Então eu vou conduzir a reunião da forma que eu achar pertinente, sem prejuízo do que eu falei. Eu só pedi porque o senhor perguntou sobre o futuro como vai ser. O que eu coloquei é que a equipe talvez não teria, sem prejuízo de a equipe responder. Não tem prejuízo nenhum, eu passo para a equipe responder, e depois a empresa fala. É porque o senhor fez uma projeção para 50 anos, e eu só quis esclarecer. Não só esse processo como qualquer outro processo nosso. Então eu vou conduzir a reunião da forma que eu achar mais prudente. A forma que eu achei prudente, em virtude de a sua pergunta levar a um período de 50 anos, foi essa. Sem prejuízo, passo para a equipe e depois para a empresa, se é o que o senhor deseja, respeitando a sua colocação."

Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Só reforçando a minha pergunta, não fui eu que questionei em relação ao futuro. Está no PU falando que tem projeção de exploração de 50 anos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só fala sobre reserva. Mas, por favor, a equipe." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Para esclarecer, conselheiro Lúcio, o plano de aproveitamento econômico apresentado para a Agência Nacional de Mineração tem um prazo de exploração de muito tempo – o Claudinei pode até me apoiar nisso –, muito superior aos prazos das licenças ambientais. O prazo máximo da Licença de Operação pela DN 217, pelo Decreto 47.383, é de dez anos. Nós estamos tratando de uma Licença de Operação Corretiva, e nesse caso, como o Ribas explicou, é uma licença sui generis, que tem, inclusive, instalações novas, nesse caso, a filtragem, que traz uma alteração no processo. Com relação ao cronograma apresentado para esse projeto executivo da filtragem, foi esse tempo apresentado dentro do PU, que tem cerca de nove anos de tempo de disposição. Isso significa que, se o empreendedor levar menos que dez anos e o volume útil dessas estruturas ocupadas acabar, a operação dele também será suspensa. Porque o que ele tem de volume útil disponível e licenciado é esse dentro dessa licença. Ao mesmo tempo, se ele otimizar esse processo que está sendo licenciado, ele pode operar dentro desses dez anos, assim como revalidar essa Licença de Operação, e continuar operando dentro desse projeto proposto. Então faz parte da engenharia, não só da Samarco, como da engenharia em si, otimizar o processo de filtragem, de extração, de disposição,

e prolongar esse tempo ou não. A empresa eu acho que vai se manifestar, mas o que nós estamos licenciando é o processo de extração, filtragem e disposição em cavas. E o que ela vai fazer a partir disso nós iremos analisar em projetos posteriores, em licenciamentos posteriores, desde que sejam passíveis de licenciamento. É mais ou menos esse o objetivo. Se o empreendedor exaurir os volumes úteis dentro dessas atividades que nós estamos apresentando para vocês hoje em um tempo inferior a dez anos então ele não pode continuar sua operação, tem que solicitar um novo processo de licenciamento, porque dentro dessa licença, se for aprovada, ele não pode continuar." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Por favor, a empresa, em relação a essa projeção acima da licença." Fábio Figueiredo/Samarco Mineração S/A: "Inicialmente, licença de dez anos. E esse prazo, me parece já, pela pergunta do conselheiro, que está esclarecido que a empresa tem capacidade de utilizar as estruturas que estão sendo licenciadas para disposição de rejeito. Com relação ao futuro, é demanda da própria SEMAD a busca por inovação constante. Hoje, nós não temos uma radiografia que permita dizer qual será a forma de disposição daqui a dez anos. Nós estamos em busca dessa solução futura, a busca de inovação constante. Reforçando, o licenciamento é de dez anos, e as soluções para esses dez anos estão bem colocadas." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Na tabela 2.5, do plano de disposição de rejeitos, pilha João Manoel, pilha de disposição de estéril. Somando, aproximadamente, 4,5 milhões. A SDER dá 6.800.000, da Alegria Norte. A SDER da Alegria Sul, 11 milhões. E a potencial disponibilidade do vale de Fundão dá 25 milhões. A potencial utilização. Então quer dizer que nem isso vocês têm. Depende de que para isso acontecer? Aqui está falando das que estão licenciadas, que seriam a de João Manoel, a SDER de Alegria Norte e Alegria Sul, vai até o oitavo ano. Então vocês teriam, inclusive, que utilizar, a partir do sétimo ano, essa potencial utilização do vale de Fundão. Eu gostaria desse esclarecimento. Está sendo licenciado para ser depositado rejeito no vale do Fundão ou não? Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Nós trazemos isso várias vezes dentro do parecer. Em momento algum está sendo licenciada a disposição dentro do vale de Fundão. A única estrutura que tem no vale de Fundão que faz parte desse licenciamento foram as intervenções em vegetação para implantação do Eixo 1, que é uma estrutura que ainda está em uma cota intermediária à proposta, que foi uma recomendação da Aecom, auditoria externa que presta apoio ao Ministério Público Estadual, para contenção dos rejeitos inconsolidados que ainda estão no vale de Fundão. Essa estrutura ainda vai ser terminada, ainda está sendo implantada, e posteriormente vamos receber da Samarco a proposta do projeto executivo do que vai ser realizado dentro do vale de Fundão, para fechamento desse vale. Então ainda existem cerca de 13 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito lá, e isso precisa ser consolidado efetivamente. Isso significa que não existe nenhuma proposta de licenciamento dentro do vale de Fundão. Inclusive, como foi demonstrado pelo Tiago na apresentação, não faz parte da ADA do processo de licenciamento em

análise por este Comitê hoje. Como eu falei anteriormente, se por essa tabela que o senhor citou a Samarco propõe que até o oitavo ano ela tem área de disposição em SDER Alegria Norte e Alegria Sul e esses volumes se exaurirem no oitavo ano, isso significa que nos dois últimos anos da licença ela não pode operar. Se até no oitavo ano ela apresentar uma nova licença solicitando novas áreas de disposição, ela terá novas áreas de disposição. Da mesma forma que nesse tempo ela pode desenvolver um projeto de disposição em Fundão que vai passar por um processo de licenciamento. Então nós estamos trabalhando isso em conjunto, tanto com a Samarco quanto com outros órgãos de controle, com o Ministério Público, a Fundação Renova, a Aecom. Então nosso objetivo é, inclusive, garantir que esse rejeito que ainda está disposto no vale de Fundão seja consolidado da forma mais segura possível e que não sejam dispostos rejeitos em novas áreas. Se possível, que seja mitigado esse impacto. Nós tratamos no parecer a possibilidade de um empilhamento nessa área de rejeito seco para que esse rejeito que está lá seja consolidado e não sejam causados impactos em novas áreas. Mas isso vai ser apresentado de forma executiva, dentro do licenciamento, devidamente instruído.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Obrigado pela resposta, Karla. Esclareceu em parte. Eu gostaria que, inclusive, fosse falado em números, porque aí fica mais fácil. Apesar de já ter falado que tem capacidade disponível, são dez anos de licença que o Conselho está dando. E foi falado aqui de oito anos já consolidados de onde que pode ser. Então já tem dois anos de falta, de falha, que a mineradora vai ficar com carta branca de dois anos para resolver isso em um outro licenciamento. Mas eu gostaria, para terminar essa parte, que falasse em números o quanto de rejeitos que está gerando, no total, e quanto de capacidade de disposição que tem no complexo.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Essa tabela que o Lúcio citou é interessante. Estamos falando de rejeito, mas essa tabela trata de codisposição de estéril com rejeito grosso. Às vezes, falamos rejeito, e se pensa que é a lama. Então nesse caso aqui é uma codisposição, em pilha. Que isso fique bem claro para todo mundo, senão começam a confundir os nomes. Então é uma codisposição que já é feito por outras empresas, acho que pela própria Samarco. A mina de Pau Branco, da Mannesmann, já faz esse tipo de codisposição. Só mais uma informação.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Eu preciso procurar no parecer, presidente, realmente eu não tenho esses números de cabeça. Eu vou pedir se o empreendedor tiver isso, porque saber de cor quanto de rejeito e quanto de volume assim é difícil.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Enquanto espera a resposta, presidente, a respeito também de futuro, de novas estruturas futuras, na página 199, foi informado ainda que a retomada no horizonte de cinco anos não haverá construção de novas barragens. Falando no horizonte de cinco anos. Mas na previsão de 5 a 10 anos, de 5 a 50 anos há essa previsão? Por que ela não foi falada? Porque fica fácil, ‘daqui a um ano não vai ter’. Mas aí no outro ano já tem. Então é outra coisa que não dá para aceitar em um parecer técnico desse jeito.” Rodrigo

2746 Ribas/Supri/SE MAD: "No processo em análise, que tem validade de dez anos,  
2747 não há previsão de instalação de barragens. Nós só podemos tratar, é claro,  
2748 daquilo que está em julgamento. No processo em julgamento, não há previsão  
2749 de construção de barragens. Nós temos barragens já construídas. Já foi  
2750 apresentada aqui a barragem de Nova Santarém, que é uma barragem de  
2751 circulação de água e de contenção de sedimentos, um controle ambiental.  
2752 Temos dique de contenção de sedimentos. Mas agora se a pergunta do senhor  
2753 é específica em relação à construção de barragem para disposição de rejeito,  
2754 não há essa previsão no processo." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Aqui fala  
2755 que não prevê construção de novas barragens, aí quem tem que responder isso  
2756 é você, que você que escreveu. Se é disposição de rejeito, se é de contenção  
2757 de água para uso. Eu estou falando em relação à quantidade de anos. Vocês  
2758 não podem continuar colocando no Parecer Único coisas que nos levem a  
2759 imaginar coisas lá para frente. Se vocês fossem claros, 'vai ser', 'não será'... É  
2760 simples, Rodrigo." Rodrigo Ribas/Supri/SE MAD: "Conselheiro, o senhor  
2761 acabou de ler. 'Não há previsão de construção de novas barragens no  
2762 empreendimento'. E eu acabei de falar exatamente isso, não há nenhuma ilação  
2763 de nossa parte aqui de achar que vai ter ou que não vai ter. Neste processo de  
2764 licenciamento que está em julgamento por esta Câmara Técnica não se prevê a  
2765 construção de qualquer barragem. Qualquer outra decisão nesse sentido não  
2766 cabe à Supri, porque não está em análise. Se o empreendedor pretende  
2767 apresentar um processo daqui a dois, três, cinco anos, o senhor tem que  
2768 perguntar diretamente ao empreendedor. Não está em análise nesse processo  
2769 a construção de nenhuma nova barragem, não há margem para dúvida em  
2770 relação a isso." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "O empreendedor, depois, na  
2771 hora que tiver a fala, se puder responder em relação a construção de barragens  
2772 na vida de dez anos ou da de 50 anos que vocês têm lá, se tem essa previsão."  
2773 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Vamos fazer isso, Lúcio.  
2774 Empreendedor, se manifeste em relação se há previsão de construção de  
2775 barragens nos próximos dez anos." Roberto Lúcio dos Santos/Samarco  
2776 Mineração S/A: "O plano de negócio apresentado atualmente pela Samarco  
2777 para retomada das operações não prevê a construção de nenhuma barragem  
2778 para operação." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Se tiver uma resposta mais  
2779 objetiva... Senão vai ficar gravada essa resposta. Sem problema. Não tem outra  
2780 resposta mais objetiva se vai haver outra barragem nesse complexo de  
2781 Germano daqui para frente ou não? Só isso. Sim ou não?" Presidente Yuri  
2782 Rafael de Oliveira Trovão: "Já foi respondido. Por favor, a próxima." Conselheiro  
2783 Lúcio Guerra Júnior: "Na página 10 do PU, no planejamento da mina da  
2784 Samarco, trata das minas com os seguintes nomes: Alegria Norte, Alegria  
2785 Centro e Alegria Sul. Está lá escrito, não sou eu que estou inventando. Só que  
2786 na tabela 2.1 fala de ADA operacional. Primeiro, fala que no planejamento estão  
2787 essas três cavas. E na ADA operacional fala da mina Alegria Norte com 218,63  
2788 hectares, na mina da Alegria Sul, 162,77 hectares, e da mina Alegria Centro não

é relacionada nenhum número de extensão, mas ela faz parte do planejamento da mina da Samarco. E completando a pergunta, na página 13, na figura 2.3, o mapa da ADA, das minas Alegria Norte e Alegria Sul, e de novo Alegria Centro não é relacionada com número nenhum, aí já há uma divergência em relação ao que foi falado na página nº 9. Na página 9, para Alegria Norte, 218. Na página 13, 411 hectares. Na página 9, para Alegria Sul, 162 hectares. Na página 13, Alegria Sul, 205 hectares. Qual é o motivo dessa discrepância de informações entre as duas áreas e por que Alegria Centro não está relacionada em nenhuma delas, apesar de estar no planejamento seus?" Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "O primeiro esclarecimento, conselheiro, é que Alegria Centro, apesar de estar descrita como caracterização do empreendimento, porque é uma lavra que faz parte do complexo, não existe proposta de extração na lavra em questão. Por isso que ela, como o senhor citou, não está tão descrita quanto Alegria Norte e Sul. Alegria Centro existe, e para esses dez anos não existe proposta de extração de minério na cava de Alegria Centro. Com relação à área, eu estou tentando achar aqui essa divergência das páginas 9 e 13 para verificar a questão da nomenclatura, especificamente, mas existe uma descrição das áreas." Michele/Supri/SEMAD: "Esse quantitativo de áreas, em alguns momentos, cita Alegria Norte e Alegria Sul, não faz referência só às cavas. Em alguns momentos, o espaço Alegria Norte contempla, além da cava, as pilhas de disposição, o SDER. Aí por isso talvez com os quantitativos, se somado tudo dentro de Alegria Norte, vai dar o quantitativo certo." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Eu entendi, mas deveriam estar sendo mais claras essas tabelas apresentadas nos pareceres. Em relação a Alegria Centro, se for explorada, vai ter que passar por outro processo de licenciamento? Porque o entendimento que temos é que, se está no planejamento dela e está no Parecer Único, é que às vezes já está até liberando para explorar. Ela vai estar apta a ser explorada já com essa decisão ou não?" Michele/Supri/SEMAD: "Nós colocamos essa tabela, são as diferentes nomenclaturas que a Samarco utiliza no decorrer de todos os anos da operação. Eles utilizam, vocês vão ver, além de Alegria Norte, Sul, Centro, tem por letras, tem por números, e nós achamos por bem colocar essa tabela só para ficar claro. Porque nos estudos da Samarco, tanto esses que estão nas caixas quanto os anteriores, eles não citam só Alegria Norte ou Sul, às vezes, em alguns momentos, os licenciamentos foram colocados como Alegria 1, Alegria 2, Alegria A. Por isso nós colocamos essa tabela. Porque, além do processo da LOC, nós fizemos uma análise em todos os processos que foram suspensos, e, ao analisar esses processos, vimos essas nomenclaturas e por isso achamos importante colocar no parecer." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Eu gostaria que completasse a resposta se a cava Alegria Centro, apesar de estar aqui escrito que está no planejamento da mina da Samarco, está sendo licenciada." Michele/Supri/SEMAD: "A cava Alegria Centro não está, ela não está composta. Se você pegar na tabela da ADA do empreendimento, no shape da ADA do empreendimento, ele não está

contemplando, a LOC não contempla Alegria Centro. Nós colocamos também porque, nos processos anteriores, falam, a Samarco possui esse DNPM dessa área, e também eles já têm uma nomenclatura para isso. Nós não estamos autorizando a extração em Alegria Centro neste momento.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu entendo, senhores conselheiros, que talvez seja até mais uma estratégia de retomada da Samarco. Ela já está com dificuldade de colocar estéril para duas cavas. Se pusesse mais uma, aí ia só piorar a situação para descrever aonde ia pôr o rejeito. A barragem de Germano, que está desativada desde 2012, que cessou o lançamento de rejeitos... Mas os diques que fazem parte dela, Sela, Tulipa e Selinha, tiveram um alteamento de 2013, certamente, então, depois que a barragem de Germano já estava desativada. Por que aconteceu isso? Se ela já estava desativada e fazem parte Sela, Tulipa e Selinha, e tiveram alteamento, qual foi o motivo de ter acontecido isso?” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Nós vamos solicitar que o empreendedor se manifeste, uma vez que os diques de Sela têm o objetivo de fechar o reservatório de Germano, e isso não faz parte da operação. Então nós solicitamos que eles se manifestem.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Então, apesar de vocês terem feito o Parecer Único e terem escrito isso lá, vocês não têm resposta para o que está lá que vocês escreveram?” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Isso faz parte do histórico do empreendimento, está dentro dos estudos, e nós apresentamos isso como um histórico na caracterização.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Se teve esses alteamentos em conjunto com o alteamento da barragem de Germano e teve fiscalização, obviamente, foi licenciado, eu espero que alguém de dentro do Estado saiba responder isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Um questionamento. Como o próprio Lúcio falou, passou por licenciamento ambiental. Esses alteamentos fazem parte dessa Licença de Operação? Então pronto. Próximo questionamento, Lúcio.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu gostaria que alguém do empreendimento respondesse. Nós estamos aqui diante de um empreendimento totalmente complexo. Então eu peço, mais uma vez, aos senhores, inclusive, pelo monte de informação que tem que ainda foi falada aqui depois, para minimamente podermos sair daqui com os esclarecimentos pertinentes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “No que pese, como falado pela equipe, não fazer parte desse processo, a empresa tem alguma informação a prestar ao conselheiro?” Gilciana Milagres Lima/Samarco Mineração S/A: “As atividades realizadas antes do rompimento estavam todas devidamente licenciadas, da barragem de Germano, que ocorreu nos Disques Sela e Tulipa. A barragem de Germano, como já foi dito, não faz parte desse licenciamento, bem como esses Diques de Sela, Tulipa e Selinha.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Os alteamentos, está aqui escrito que teve. As dúvidas que ficam, conselheiros, é por que houve esses alteamentos nesses diques que fazem parte, e não tem resposta. Por que então, se já estava desativada desde 2012, por que ela não foi descomissionada? Uma pergunta para a equipe da

2875 Supri. Essa barragem de Germano, qual a finalidade a que ela está se  
2876 prestando hoje ou estava se prestando até o dia do rompimento e a finalidade a  
2877 que ela vai se prestar até o dia do seu descomissionamento? A barragem de  
2878 Germano fez parte do processo de exploração antes do rompimento e ela vai  
2879 fazer parte depois?" Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "Conselheiro, nós vamos  
2880 reiterar, pela terceira ou quarta vez, que a barragem de Germano e a cava de  
2881 Germano não são estruturas que estão dentro desse processo de  
2882 licenciamento. Por óbvio, se a retomada da Samarco depende das atividades  
2883 licenciadas, essas estruturas não entrarão no processo operacional da  
2884 Samarco. Também por óbvio, são barragens de disposição de rejeito, a vida útil  
2885 delas foi dedicada a disposição dos rejeitos gerados no complexo de Germano  
2886 ao longo dos anos em que ela operou. Não opera desde 2012, portanto, há sete  
2887 anos que ela não recebe rejeitos mais do Complexo Minerário de Germano.  
2888 Então gerou o rejeito, dispôs o rejeito em Germano. Não dispõe mais, está  
2889 paralisada, será desativada por força da Lei 23.291, o que impede o seu  
2890 licenciamento. Mais do que impedir seu licenciamento, impede seu uso. Então a  
2891 barragem de Germano não atua no processo operacional do Complexo de  
2892 Germano. Nós podemos passar o resto da tarde repetindo exatamente as  
2893 mesmas informações, mas não vamos sair disso. Nós não estamos licenciando  
2894 a barragem de Germano e a cava de Germano." Conselheiro Lúcio Guerra  
2895 Júnior: "Impede, inclusive, a resposta sobre os alteamentos que houve em 2003  
2896 da Sela, Tulipa e Selinha. Eu vou fazer duas perguntas. A barragem de  
2897 Germano, Sela, Tulipa estão na ADA do Complexo de Germano? E no  
2898 Complexo de Germano irá impactar o campo rupestre de formação ferrífera e  
2899 quartzítica também. E a compensação ambiental é nas mesmas características  
2900 do que será subtraído. Essas áreas de compensação já estão definidas e na  
2901 mesma bacia, na mesma área da implantação do projeto?" Rodrigo  
2902 Ribas/Supri/SEMAD: "Senhor conselheiro, senhores conselheiros, na  
2903 apresentação do empreendimento, ficou bastante claro que estão sendo  
2904 licenciadas as atividades de retomada e aquelas atividades que foram  
2905 emergenciais pós-rompimento de Fundão. Essas áreas, no sopé da barragem  
2906 de Germano, porque a barragem de Germano fica exatamente a montante do  
2907 vale do Fundão. Então as atividades no sopé da barragem de Germano e, por  
2908 decorrência, ao seu redor foram atividades emergenciais de segurança que  
2909 determinaram, entre outras coisas, a supressão de vegetação do bioma Mata  
2910 Atlântica, de forma também emergencial, conforme previsto na legislação  
2911 estadual. Por isso, essas áreas entraram na ADA. As áreas emergenciais e as  
2912 áreas de disposição temporária de material que ficava naquele sopé entraram  
2913 como ADA por causa disso. A barragem de Germano, os Diques de Sela,  
2914 Selinha e Tulipa e a cava de Germano entram como estruturas, portanto, as  
2915 estruturas não fazem parte da área diretamente afetada. Foram afetadas,  
2916 certamente, pelo rompimento. O senhor mesmo já citou aqui o rompimento, o  
2917 Fonasc já citou várias vezes a necessidade de atuação emergencial da

2918 Samarco na própria barragem de Germano, garantindo a sua estruturação.  
2919 Então nós reconhecemos e conhecemos que ela foi alterada como obra  
2920 emergencial, mas ela não opera. Em relação à compensação, ela já foi  
2921 apresentada e aprovada pela Câmara de Proteção à Biodiversidade, do  
2922 COPAM, que é competente para avaliar naqueles casos. Quando foi  
2923 apresentado, era competente para avaliar aqueles casos. Portanto, já estão  
2924 aprovadas as áreas de compensação nesses casos.” Conselheiro Lúcio Guerra  
2925 Júnior: “As áreas de compensação que irão ser subtraídas pela implantação  
2926 desse projeto já estão com as áreas definidas ou estão em condicionantes para  
2927 serem definidas a posteriori com termo de compromisso diante do IEF e tudo  
2928 mais, igual tem sido feito? Já estão definidos os locais de compensação? Sim  
2929 ou não?” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Sim, já estão definidos. Foram  
2930 definidos em reunião da CPB.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu gostaria,  
2931 como conselheiro, que me fossem disponibilizadas depois as áreas,  
2932 principalmente de Campo Ferruginoso e Quartzítico, qual a área que é e aonde  
2933 elas estão compensadas, o mais rápido possível.” Presidente Yuri Rafael de  
2934 Oliveira Trovão: “Esses pareceres são julgados pela CPB e estão  
2935 disponibilizados, mas iremos encaminhá-los ao senhor.” Rodrigo  
2936 Ribas/Supri/SEMAD: “Senhor presidente, só para esclarecimento, nós não  
2937 estamos falando das áreas que serão suprimidas, mas das áreas que já foram  
2938 suprimidas. Não serão suprimidas novas áreas do bioma Mata Atlântica para  
2939 retomada, nós estamos falando das ações emergenciais que foram suprimidas  
2940 como eventuais emergenciais e que foram apresentadas e aprovadas pela CPB  
2941 em duas reuniões. E essas áreas estão no parecer, na página 258.” Presidente  
2942 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “De qualquer forma, eu vou solicitar à Secretaria  
2943 que encaminhe ao conselheiro os pareceres e a decisão.” Conselheiro Lúcio  
2944 Guerra Júnior: “Eu não sei se fui bem entendido na pergunta, mas é em relação  
2945 às áreas que vão ser suprimidas. Não vai ter?” Presidente Yuri Rafael de  
2946 Oliveira Trovão: “Não vai ter, conselheiro.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
2947 “Em relação a Campo Rupestre Ferruginoso não vai ter área suprimida?”  
2948 Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “No princípio do parecer, bem na apresentação,  
2949 nós descrevemos que foi solicitada uma anuênciia ao Ibama para supressão de  
2950 35,68 hectares do bioma Mata Atlântica passíveis de compensação. Passíveis  
2951 de anuênciia, portanto, passíveis de compensação. O Ibama negou essa  
2952 anuênciia de supressão. Ao negar e, portanto, impedir a supressão de  
2953 vegetação, também, por óbvio, nós não autorizamos nenhuma supressão e  
2954 também não exigimos nenhuma compensação. Isso está escrito na  
2955 apresentação, logo nas primeiras três ou quatro páginas.” Conselheiro Lúcio  
2956 Guerra Júnior: “Inclusive, teve redução da área da ADA. Então quer dizer que a  
2957 rigidez locacional pode ter mudança, inclusive, porque, se a ADA foi diminuída,  
2958 então, alguma coisa pode ser tirada da exploração que está para ser licenciada,  
2959 não é tão rígida assim, desde que a legislação seja cumprida. Sobre a  
2960 hidrologia, na página 72, fala que ‘a rede de monitoramento se concentra,

principalmente, na sub-bacia do Piracicaba' e ressalta-se que 'o período de dados disponível e a frequência de monitoramento não são suficientes para traçar a caracterização completa do regime hidrológico local'. E aí tem um estudo da Amplo que fala que 'em relação à disponibilidade hídrica, considerando o abastecimento complementar de água das unidades industriais do Complexo Germano e as ofertas bíblicas das bacias analisadas, conclui-se que todas elas têm índices de utilização suficientes para o suprimento, sem comprometimento da manutenção da vazão residual e de mananciais'. Então o Parecer Único fala que os dados não são disponíveis e a frequência para o monitoramento para traçar a caracterização completa do regime, e a Amplo fala que tem índices suficientes. Eu queria uma explicação a respeito disso." Rafael Batista Gontijo/Supri/SEMAD: "Com relação a essa fala, foi que a rede de monitoramento existente para consulta, para base de dados, é realmente pequena, mas é pequena não só para a Samarco, mas para qualquer empreendedor. E com relação à disponibilidade hídrica a Samarco tem as fontes hídricas principais por meio de rebaixamento de lençol. Então ela provém de água subterrânea, e as águas superficiais têm apenas uma captação a fio d'água, que é no Piracicaba, uma captação que já estava regularizada desde 2008, que está na renovação de portaria de outorga. E na Nova Santarém, a barragem para regularização de vazão, essa água não é considerada para a disponibilidade hídrica. Essa água é simulada no que a barragem é acumulada, então não pega a disponibilidade hídrica local, é o que está sendo acumulado na época de chuva, que é a barragem de Nova Santarém, a captação de 800 l/s. E o restante vem do rebaixamento. Existem um novo processo de rebaixamento e um processo de revalidação. Eu acho que realmente existe disponibilidade hídrica na bacia do rio Doce, é claro, os estudos apontam, e não concordo com a fala de que não há disponibilidade hídrica. É um fato, existe. Inclusive, está na própria IDE, existe a regionalização de vazão, e você pode consultar esses dados. Estão na internet, dá para todo mundo consultar. A disponibilidade hídrica existe, é clara. Os estudos de regionalização de vazão são realizados por meio de monitoramento, e a principal captação superficial, que é na barragem Santarém, tem uma condicionante de manter a vazão residual. Então a Samarco vai fazer a captação de 800 l/s, mas tem a obrigação de monitorar e manter a vazão residual, que, se não me engano o número, é de 85 l/s. Está bem claro. E essa barragem ainda, repetindo, essa água que a Samarco está bombeando é o que a barragem está acumulando, então não impacta na disponibilidade hídrica local superficial." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Prezados conselheiros, eu tenho uma série de perguntas ainda para fazer, mas, a qualquer momento, se alguém quiser complementar e fazer... Eu não quero monopolizar. Sobre a qualidade das águas subterrâneas, não estão apresentados os dados estatísticos desse monitoramento. E fala-se de cadastramento de nascentes, já muda totalmente o tema, fala-se a respeito da qualidade das águas subterrâneas. Esse monitoramento existe. Se está sendo

realizado, por que os dados não foram apresentados?" Rafael Batista Gontijo/Supri/SEMAD: "Tem que lembrar o seguinte. Padrão de qualidade da água subterrânea é relativo, e existe monitoramento de água subterrânea, sim, isso está apontado nos autos do processo." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Na página 77, aonde deveria tratar do tema qualidade das águas subterrâneas, não é apresentado nenhum dado de qualidade. São dois parágrafos, e no segundo parágrafo, inclusive, muda o tema completamente, falando de nascente. Se tem os dados, se estão sendo feitos, se tem alguma divergência da qualidade da água de contaminação ou não, o Conselho não está ciente da qualidade dessas águas afetadas ou não pelo empreendedor." Rafael Batista Gontijo/Supri/SEMAD: "Realmente, nessa mesma página, está falando dos parâmetros observados. E tem que lembrar o seguinte, a água proveniente de nascente é água subterrânea, então não é que o segundo parágrafo está saindo do contexto, a água de poço e a água de nascente são a água subterrânea. E tem os parâmetros, no segundo parágrafo, está bem descrito." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Existem os parâmetros, mas não fala a quantidade, o resultado, não tem apresentação do resultado do que foi feito. Os parâmetros estão lá, isso eu vi." Michelle/Supri/SEMAD: "A qualidade da água superficial e subterrânea está dentro dos processos, vários monitoramentos, vários relatórios de monitoramento ao longo de todos esses anos. Inclusive, depois da suspensão de todas as licenças, a Samarco continuou apresentando todos os monitoramentos, todos eles foram avaliados. Pode ser que não esteja, mas a Supri tem uma planilha de análise de todas essas condicionantes, de todos esses monitoramentos. Nós passamos item a item, parâmetro a parâmetro, analisamos todos os pontos." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Prezados conselheiros, nós temos um Parecer Único para apoiar, e os dados que deveriam estar lá não estão. Nós vamos ter que, como conselheiros, sair atrás desse monte de caixa, atrás de informação. Então fica difícil da gente se pontuar aqui e votar nesse sentido. Na página 76, sobre qualidade das águas superficiais, de maneira geral, os dados de monitoramento realizado pelo empreendedor apresentam que 93% dos valores registrados ao longo dos anos estavam dentro dos limites fixados na Deliberação Normativa do COPAM 01/2008. Supõe-se, então, que 7% estavam fora dos padrões legais. Quais foram as inconformidades, em quais períodos ocorreram? A empresa foi autuada por esses padrões lançados fora da legislação?" Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "A equipe técnica vai completar a resposta. Mas, senhores conselheiros, só para introduzir, enquanto o Rafael busca os dados, a equipe de análise da SEMAD, seja da Supri ou da Supram, existe para fazer análise das 220 pastas. É claro que se nós fôssemos reproduzir cada um dos parâmetros avaliados em cada um dos empreendimentos o Parecer Único seria desnecessário. O que nós fazemos é a interpretação dessas informações e trazemos para os senhores as informações daquilo que estava dentro ou fora de parâmetros. Lembrando também que nos últimos quatro anos não houve

3047 operação da Samarco. Então não há que se falar em sair dos parâmetros de  
3048 qualidade de água subterrânea, possivelmente, por conta das atividades da  
3049 Samarco, que não operava nesse período. Então nós fizemos uma avaliação, a  
3050 equipe técnica fez uma avaliação de todos os monitoramentos e de todas as  
3051 condicionantes. Para não ter que repetir cada um deles, o que nós trouxemos  
3052 de informação foram aqueles que foram considerados insatisfatórios. Quando  
3053 houve variação do parâmetro de forma negativa ou descumprimento de  
3054 condicionante, nós trouxemos para que os senhores soubessem desses  
3055 descumprimentos. Todos os outros que não foram trazidos é porque foram  
3056 cumpridos, estavam dentro das normas. Simplesmente reproduzir os dados, é  
3057 desnecessário o parecer.” Michelle/Supri/SEMAD: “Nos itens 14 e 15 do  
3058 parecer, os itens em que buscamos fazer uma análise dos processos anteriores.  
3059 Nós colocamos nesses itens as análises que foram feitas dos processos que  
3060 foram suspensos de licenciamento, o cumprimento das condicionantes, que a  
3061 Samarco continuou a fazer, por determinação, inclusive. Lá tem um resumo do  
3062 que analisamos, lá vocês vão ver uma tabela. Nós colocamos nessa tabela só  
3063 as condicionantes que colocamos como não cumprida ou não foi cumprida  
3064 tempestivamente ou que achamos que não estava de acordo. Vem  
3065 especificando cada uma das condicionantes, e no final fala sobre o auto de  
3066 infração.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu vou comentar sobre essas  
3067 condicionantes também em uma pergunta mais à frente. Então os parâmetros  
3068 estão no processo, os parâmetros que foram violados, as épocas. Se a empresa  
3069 foi autuada, nas condicionantes não fala, mas você sabe me citar algum auto  
3070 infração a respeito, especificamente, dessas violações dos parâmetros de  
3071 lançamento fora do padrão das águas superficiais?” Karla Brandão  
3072 Franco/Supri/SEMAD: “Segundo o Decreto 44.844, que era vigente à época,  
3073 para cada descumprimento ou para cada lançamento fora do parâmetro, deve  
3074 ser lavrado um auto de infração vinculado a cada processo administrativo. Nós  
3075 analisamos mais de 40 processos administrativos. Então, como o senhor pode  
3076 verificar no item 14, que a Michele citou, tem vários itens que cita condicionante  
3077 por condicionante. E aí, sinceramente, nós podemos depois até apresentar isso,  
3078 mas são muitos itens, e além disso a empresa tem que apresentar o plano de  
3079 ação que ela tomou de acordo com essa alteração. Mas esses autos vão ser,  
3080 depois, disponibilizados, de acordo com o julgamento, e tudo isso dentro do  
3081 processo administrativo correspondente.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
3082 “Então não tem a informação positiva, está na suposição de que eles estão  
3083 feitos e estão dentro do processo. Sobre o meio socioeconômico, ‘os programas  
3084 socioeconômicos desenvolvidos pela Renova não integram a construção desse  
3085 parecer, que tem como escopo de trabalho impactos socioeconômicos  
3086 especificamente do empreendimento. A mitigação desses impactos e medidas  
3087 mitigatórias estão sendo executadas pela Fundação Renova.’ A Samarco  
3088 cumpriu todas essas obrigações e reparações com as pessoas e com o meio  
3089 ambiente atingido?” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “O Ribas citou aqui o

3090 TTAC, e eu vou só retomar isso mais uma vez. O Termo de Ajustamento de  
3091 Conduta que foi firmado entre o governo do Estado de Minas, o do Espírito  
3092 Santo, o governo federal, e, posteriormente, foi abarcado o TAC da governança,  
3093 e que, inclusive, criou a Fundação Renova, a partir de julho de 2016, ele  
3094 determina que a Fundação Renova assuma os programas socioambientais, que,  
3095 inclusive, abarcam os reassentamentos e as indenizações das comunidades  
3096 atingidas. Atualmente, as comunidades atingidas têm assessorias técnicas  
3097 específicas que tratam diretamente com o CIF e com as Câmaras Técnicas, que  
3098 são, inclusive, acompanhadas por vários servidores do Sisema, para poder  
3099 cuidar desse tipo de serviço. Então nós entendemos que a LOC não é o  
3100 momento de discutirmos isso, inclusive, porque a Samarco tem várias ações  
3101 judiciais que a impedem de tratar esse tipo de ação. As assessorias jurídicas da  
3102 Samarco também podem dar maiores esclarecimentos, se for o caso, mas  
3103 Bento Rodrigues é uma das situações. A Cáritas, a assessoria técnica que foi  
3104 delegada para a comunidade de Bento Rodrigues, trata com a Fundação  
3105 Renova. A partir disso, não conseguimos sobrepor as responsabilidades, são  
3106 coisas separadas. Nós avaliamos os programas socioambientais do Complexo  
3107 de Germano, da operação do empreendimento, de acordo com o programa de  
3108 educação ambiental, que é previsto na DN 214, de acordo com o escopo da  
3109 operação minerária dentro do Complexo de Germano e não vinculado aos  
3110 impactos causados pelo rompimento de Fundão, o que é tratado no TTAC.  
3111 Então são âmbitos completamente diferentes.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
3112 “Vocês incluem na AID os municípios de Mariana e Ouro Preto e alguns distritos  
3113 e na Área de Influência Indireta, Catas Altas. Porém, houve já o rompimento de  
3114 Fundão, e vários quilômetros foram atingidos pela lama. Quer dizer que  
3115 extrapolou e muito a ADA e a AID e mesmo essa área de interferência indireta  
3116 que vocês colocaram aqui. Havendo outro tipo de rompimento de alguma  
3117 estrutura do complexo, alguma área além de Catas Altas – a última que vocês  
3118 colocaram aqui –, alguma dessas áreas, vai ser atingida? Se for, por que vocês  
3119 não analisaram nenhum impacto além de Catas Altas?” Karla Brandão  
3120 Franco/Supri/SEMAD: “Nós temos que pensar no conceito de ADA, AID e no  
3121 conceito de risco e dano ambiental. Nós separamos as análises dos impactos  
3122 ambientais causados pelas atividades dos empreendimentos, o que é o caso da  
3123 ADA e da AID que o senhor está citando, que pega até o município de Catas  
3124 Altas. A análise dos impactos ambientais causados pelo possível rompimento  
3125 de uma estrutura e pela área que o dam break, por exemplo, vai propor, está  
3126 vinculada à análise do risco e a um dano ambiental causado. E isso não entra  
3127 no conceito de ADA e AID, é uma análise vinculada ao risco de um possível  
3128 rompimento. São coisas completamente diferentes. Isso não entra no  
3129 licenciamento ambiental hoje, é uma área que está em regulamentação, a partir  
3130 da Lei 23.291. Ainda não foi apresentada. Inclusive, tem uma legislação nova  
3131 que formou grupo de trabalho sobre como isso vai ser analisado dentro do  
3132 Plano de Atendimento a Emergências. Mas são conceitos completamente

3133 diferentes. A ADA e a AID estão vinculadas à atividade e à operação do  
3134 empreendimento e não à análise do risco e ao dano ambiental que isso pode  
3135 causar." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Vocês estão fazendo essa  
3136 consideração, mas já há um fato que ocorreu, que um dano específico da água  
3137 atingiu muito mais do que a AID e da Área de Influência Direta, que sofreu  
3138 impacto. Então, no meu modo de ver, o que está sendo licenciado e com risco,  
3139 porque tinha risco lá, deveria entrar nesses estudos. Agora, a barragem de  
3140 Germano, o risco dela não entra, mas as obras emergenciais estão sendo  
3141 licenciadas agora pelos conselheiros. Se for assim, então, as obras  
3142 emergenciais, no meu modo de ver, deveriam ter sido feitas em estudo  
3143 separado. Porque a obra emergencial pode liberar, mas os impactos do que  
3144 ocorrer com a obra o que está liberando aqui não tem responsabilidade  
3145 nenhuma, nós não podemos saber? Mas as obras que estão sendo feitas lá, o  
3146 Conselho que está liberando. Da mesma maneira que ocorreu em Brumadinho,  
3147 que foi falado que estão querendo desvincular o que foi licenciado do que  
3148 ocorreu. Em relação à operação da mina, está falando que, inclusive, tem uma  
3149 pilha pulmão lá no Fazendão e que a Vale também opera junto à cava Alegria  
3150 Norte. Essa legalização que está sendo feita, tentando se colocar nessa LOC,  
3151 estava também anterior, na licença passada, na licença vigente passada? A  
3152 mina de Fazendão, a SEMAD sabia que tinha essa pilha pulmão, que a Vale  
3153 estava depositando minério dentro da barragem de Fundão e tudo mais? E isso  
3154 está sendo agora legalizado?" Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Eu acho  
3155 que o senhor misturou um pouco os conceitos. O minério extraído em Fazendão  
3156 era vendido à Samarco para beneficiamento dentro da planta da Samarco. Isso  
3157 significa que o minério bruto extraído em Fazendão era beneficiado junto com o  
3158 minério extraído na planta da Samarco. Isso significa que o rejeito gerado na  
3159 Samarco era disposto dentro da Samarco, mas era um rejeito gerado junto com  
3160 o minério da Samarco. Não que o rejeito gerado em Fazendão era disposto na  
3161 Samarco. São coisas um pouco diferentes. E anteriormente isso também já  
3162 estava licenciado." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Então anteriormente a  
3163 Vale já dispunha rejeito em Fundão." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD:  
3164 "Anteriormente, a Samarco era uma cliente da Vale, que vendia minério  
3165 minerado em Fazendão para a Samarco beneficiar junto com o minério que a  
3166 Samarco extraía." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Não tinha disposição de  
3167 rejeito da Vale nas estruturas da Samarco." Karla Brandão  
3168 Franco/Supri/SEMAD: "Com relação ao minério de Fazendão, a Vale extraía  
3169 minério em Fazendão, vendia para a Samarco, que beneficiava junto com o  
3170 minério extraído na Samarco, e o rejeito gerado de todo o minério beneficiado  
3171 na Samarco era disposto nas suas barragens." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior:  
3172 "Sobre os estudos espeleológicos na região do empreendimento, foi  
3173 apresentado no PU: tem 390 cavidades, e 274 dessas não tiveram estudo de  
3174 relevância concluído até o presente momento. Na página 212, sobre a dinâmica  
3175 sedimentar das cavidades do entorno da cavidade GS-44, LOC-73. 'Nas áreas

3176 de influência dessas cavidades deverão ser melhor avaliadas'. Então não tem  
3177 essa avaliação por completo. Na página 226, fala-se sobre a dinâmica  
3178 hidrológica, 'considera-se que 12 cavidades estão suscetíveis a essa alteração  
3179 e que estudos serão necessariamente aprofundados'. Na página 229, 'a falta de  
3180 um estudo completo de sismologia, ou seja, que considere a supressão da  
3181 cavidade da cava Alegria Norte, não sendo assim possível avaliação potencial  
3182 das cavidades localizadas no vale do córrego João Manoel. Por isso é  
3183 solicitada, por meio de condicionante, neste PU, essa avaliação'. Páginas 234 e  
3184 235, parte da área de influência proposta para as cavidades de João Manoel  
3185 sobrepõe a área da cava, não sendo possível garantir a integridade física e a  
3186 dinâmica hidrogeológica das cavas inseridas nesse contexto. Está sendo  
3187 condicionada à apresentação de estudos complementares para essas  
3188 cavidades.' Na página 245, fala sobre a cavidade GS-12. 'Não foi possível  
3189 descartar a ausência de atributo classificatório de máxima relevância. A  
3190 complementação desses estudos dessa cavidade será condicionada no PU'.  
3191 Mais embaixo ainda fala que 'essa cavidade, porém, apresenta já alteração em  
3192 sua área de influência preliminar, sendo constatada a presença de infraestrutura  
3193 da cava Norte'. A respeito disso, eu estou falando aqui de modo geral, apesar  
3194 de o Sr. Newton ter falado, e realmente me chamou atenção também: várias  
3195 páginas, extensos estudos que foram feitos. E também grandes as dúvidas e as  
3196 postergações de definições em relação aos impactos nessa cava. A gente fica  
3197 na dúvida se esse posicionamento é o mais adequado, correto, de não ter a  
3198 definição dessas cavas como um todo. Se a equipe técnica da Supram se  
3199 posiciona confortavelmente a respeito disso, dando carta branca para um  
3200 empreendedor que sabemos que tem um viés de não cumprir o que lhe é  
3201 determinado." Isabel Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram Central  
3202 Metropolitana: "Boa tarde, meu nome Isabel, eu estou aqui representando a  
3203 equipe de espeleologia da Supram Central, que prestou apoio na temática  
3204 espeleologia para a Supri nesse processo. Todas as observações que o  
3205 senhor fez se referem ao item de avaliação de impactos sobre o patrimônio  
3206 espeleológico, que nós conduzimos, como o conselheiro mesmo falou, de uma  
3207 forma bastante pormenorizada dentro do parecer. E instruímos, então,  
3208 condicionantes e compensações por vezes até diferentes daquelas inicialmente  
3209 colocadas pelo empreendedor, de modo que fizemos uma avaliação qualitativa  
3210 dos estudos e também uma avaliação crítica de tudo o que foi apresentado.  
3211 Para cada uma dessas questões que o senhor apresentou, nós colocamos  
3212 condicionantes. Para todas aquelas qualidades em que não foi apresentada  
3213 relevância, segue com a premissa de cavidade de máxima relevância, como foi  
3214 exposto no parecer. Isso é uma premissa que está na Instrução de Serviço 08,  
3215 que serve para todas as cavidades do Estado de Minas Gerais. Todas as  
3216 cavidades em que não se definiu relevância e em que não foi autorizado o  
3217 impacto, nessas cavidades não pode haver impactos sobre elas. Então tem  
3218 condicionantes, são 27 condicionantes espeleologia, tratando exatamente desse

3219 universo gigantesco de 390 cavernas, um universo amostral muito grande, que  
3220 foi tratado com muita coerência pelas duas empresas de espeleologia que  
3221 conduziram o estudo, e, posteriormente, todo um esforço de vários  
3222 colaboradores das Supramps. Diferentes Supramps se prestaram a dar apoio para  
3223 nós. Especificamente sobre a GS-12, que o senhor citou, de fato, não tem ainda  
3224 definida a relevância dela, porque está pendente a questão do troglório. Tem  
3225 uma condicionante específica para ela retratada no quadro de condicionantes, e  
3226 ela vai ser definida a posteriori. Até este momento não tem autorização para  
3227 impactos negativos irreversíveis nem nessa cavidade nem em sua área de  
3228 influência. E para as cavidades em que não foram ainda definidas nem  
3229 relevância e autorização para impactos e também não foi definida a área de  
3230 influência delas, tem também o bloqueio de 250 m em que não pode haver  
3231 intervenção. Também para sismografia, que o senhor citou, há uma  
3232 condicionante específica para avaliação da questão sismográfica.” Rodrigo  
3233 Ribas/Supri/SE MAD: “Só para complementar, há também, caso a licença seja  
3234 votada e deferida, a inserção de condicionantes, nesse caso. Há proposta da  
3235 própria equipe técnica da Supri, por provação de um relatório técnico do  
3236 Instituto Prístino, de inserção de uma condicionante que é de realizar  
3237 investigação arqueológica em subsuperfície nas cavidades alvo de supressão e  
3238 impactos irreversíveis. Então nos casos de se encontrar algum vestígio  
3239 arqueológico, no momento de destaque futuro, nós determinamos a paralisação  
3240 das atividades que possam causar impacto e a elaboração dos estudos  
3241 necessários, conforme legislação e normas do Iphan, que é o órgão que deve  
3242 se manifestar em casos de patrimônio arqueológico. E depois do resgate, se for  
3243 o caso, é que poderá dar continuidade. Então até mesmo nos eventuais  
3244 achados arqueológicos as cavidades todas estão protegidas, nesse caso.”  
3245 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “A preocupação, demais conselheiros, é  
3246 sempre – igual estou mostrando em vários pontos aqui – que tem ficado  
3247 decisões a posteriores, estudos a posteriores para fazer. Então isso nos deixa  
3248 completamente inseguros quanto a essa delegação de decisões para depois,  
3249 com falta de informações. Na página 311 do PU e demais, sobre avaliação de  
3250 desempenho ambiental, cumprimento de condicionantes. Dentre as 19 Licenças  
3251 de Operação que foram suspensas, dez de Instalação, 11 Autorizações de  
3252 Funcionamento de uma Autorização Provisória de Operação, trouxeram aqui a  
3253 análise do cumprimento ou não cumprimento de 15 condicionantes apenas. Por  
3254 que não foram apresentadas todas as outras condicionantes? É só pegar os  
3255 últimos Pareceres Únicos. Inclusive, é de forma detalhada uma por uma das  
3256 condicionantes dos processos que temos votado, estão lá cumprimento ou não  
3257 cumprimento e por que não foi cumprido. E aqui não são apresentadas as  
3258 análises de todas as condicionantes. De todas essas condicionantes, dessas  
3259 15, cinco delas estão constatadas como descumpridas, pela equipe técnica.  
3260 Seis delas foram cumpridas parcialmente, e quatro cumpridas  
3261 intempestivamente. Como exemplo, eu peguei essa condicionante nº 2, que

fala: ‘Apresentar relatório de desempenho ambiental sucinto, considerando as condicionantes desta licença, as ações solicitadas no auto de fiscalização e medidas de controle ambiental previstas pela empresa’. Ela está como parcialmente cumprida, mas a equipe afirma depois que esse relatório não foi entregue. Então, no meu modo de ver, ela está, de fato, descumprida e não cumprida. Mas aí iria aumentar uma descumprida a mais só, no caso. Mas o que me chamou atenção foi que, apesar de estar lá a avaliação do desempenho ambiental, o relatório de avaliação do desempenho ambiental, o Rada, não está presente no Parecer Único. Ele existe, ele foi feito, a conclusão dele é positiva para o desempenho ambiental da Samarco no que a faz pedir uma nova Licença de Operação?’” Michele/Supri/SEMAD: “Como eu já tinha falado desse item, especificamente, avaliação de desempenho ambiental, a Supri fez análise de todos os processos que estavam suspensos, todas as condicionantes. Esse quadro que vem aí são só as condicionantes que foram descumpridas, que consideramos descumpridas. Em alguns momentos, está cumprida parcialmente ou intempestivamente. Eu até perguntei para o jurídico aqui, pedi a assessoria jurídica aqui: a infração é a mesma, o código é o mesmo, então tem o mesmo peso. Então nesse quadro, que você citou que só tem alguma, só tem as descumpridas. As condicionantes cumpridas não foram colocadas no quadro, porque entendemos que não era necessário, já que foram cumpridas. E sobre o desempenho ambiental, nos itens 14 e 15, nós falamos da avaliação dos sistemas de controle ambiental, que são os sistemas que já estavam implantados e vinham sendo monitorados, avaliados e com apresentação dos relatórios.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Desculpa até a pergunta, mas o Rada, o relatório de desempenho ambiental, que temos visto colocado em todos os últimos processos de licenciamento que eu tenho presenciado? Por que não está bem descrito nesse relatório e bem claro o desempenho ambiental do empreendedor?” Michele/Supri/SEMAD: “Esse processo de licenciamento, que é uma LOC, Licença de Operação Corretiva, não é abarcado pelo relatório de desempenho ambiental, pelo Rada. O Rada é só para revalidação de licença. Então ele não foi apresentado. Os estudos que foram apresentados aqui foram EIA/Rima e PCA. Nós fizemos avaliação das condicionantes dos processos que estavam suspensos porque foi uma determinação que, quando da LOC, isso deveria ser avaliado. E aí nós pegamos, sim, o Rada dos processos anteriores, mas não desse processo, especificamente, que é o 107/2017. São os outros processos de que avaliamos o Rada.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Desse Rada ou dos outros Radas, de certa forma, não está constando nada no Parecer Único a esse respeito.” Michele/Supri/SEMAD: “Item 15, avaliação dos sistemas de controle ambiental. Fala dos sistemas de controle ambiental que já estão implantados. O Rada é um relatório de desempenho ambiental que é dos sistemas de controle implantados. Foi aí que colocamos.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu vou só resumir a pergunta então. Para a equipe técnica, em relação à retomada do

3305 Complexo de Germano, a Samarco tem o desempenho ambiental positivo para  
3306 a retomada, por estar pleiteando a Licença de Operação Corretiva. A análise  
3307 sua, final, é essa. Só essa resposta." Michele/Supri/SEMAD: "Sim."  
3308 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Obrigado. "Na página 316, como medida de  
3309 reparação de dano, foi lavrado o auto de fiscalização. Não fala o número. Eu  
3310 não consegui achar qual o número desse auto de fiscalização, 'que abarca  
3311 todas as inconformidades citadas na tabela acima, além de outras  
3312 irregularidades, como implantar e operar sem a devida licença ambiental. Para  
3313 cada infração, será lavrado um auto de infração específico. Sinceramente, eu  
3314 também fico assim perplexo de como que pode acontecer isso. Eu falei dos 7%,  
3315 que seja 1%, de lançamento fora dos padrões. Aqui, inclusive, está falando que:  
3316 'Como medida de reparação, foi lavrado auto de fiscalização'. Mas não fala do  
3317 auto de infração. E assumi que a empresa, entre outras irregularidades,  
3318 implantou e operou sem a devida licença ambiental' e que 'para cada infração  
3319 será lavrado'. Eu acho que tinha que estar aqui: 'Cometeu o ato ilícito, está aqui  
3320 o auto de infração'. Agora, 'será'?" Angélica Aparecida Sezini/Supri/SEMAD:  
3321 "Conselheiro, todos os nossos procedimentos para lavratura de auto de infração  
3322 são devidamente respeitados de acordo com a legislação vigente. A partir da  
3323 constatação de uma irregularidade, nós temos o prazo legal de cinco anos para  
3324 poder lavrar um auto de infração, e não há obrigatoriedade de que esses autos  
3325 sejam lavados antes da confecção do PU. Então quando colocamos que 'serão  
3326 lavrados', pode até acontecer que muitos deles já foram e outros ainda serão. A  
3327 apuração de irregularidades não acontece, obrigatoriedade, antes da  
3328 elaboração do Parecer Único. Então, por segurança, colocamos que serão  
3329 lavrados. Muitos já foram, com certeza. E todos esses procedimentos de  
3330 fiscalização são feitos da forma devida, de acordo com o que dispõe a  
3331 legislação e no prazo que a legislação dispõe para que façamos esse trabalho."  
3332 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Eu entendo, tem que cumprir a legislação  
3333 mesmo, mas ficamos imaginando que há uma atuação que diferencia os  
3334 empreendedores e os empreendimentos. Isso, inclusive, está, não nessas  
3335 palavras minhas, mas constatado pelo relatório do TCE, que fala da  
3336 subjetividade dos procedimentos que são licenciados no sistema estadual de  
3337 licenciamento do Estado. Só para fazer um paralelo a esse respeito, eu tomei  
3338 aqui como exemplo – poderia ser outro empreendimento –, o da Lebourg e  
3339 Companhia, que foi pautado na 48ª reunião, há três reuniões, que teve autos de  
3340 fiscalização numerados e autos de infração realizados. E foi indeferido por ter  
3341 uma condicionante descumprida e quatro parcialmente cumpridas. Então eu  
3342 pergunto qual é a lógica de indeferir um empreendimento por ter uma  
3343 condicionante descumprida, quatro parcialmente cumpridas, e estamos aqui  
3344 diante de outro com cinco condicionantes descumpridas, outras  
3345 intempestivamente e outras parcialmente cumpridas. Não dá para entender qual  
3346 é a lógica, parece que tem, sim... Eu vou querer que você responda a respeito  
3347 disso." Angélica Aparecida Sezini/Supri/SEMAD: "Conselheiro, eu não posso

me manifestar a respeito do processo que o senhor citou porque eu desconheço esse processo, não sei em quais circunstâncias ele foi votado e o que foi definido no parecer jurídico. Em relação à questão da Samarco, especificamente, que é o que nós estamos tratando aqui, os autos de infração, se for necessário, serão lavrados, e os descumprimentos de condicionantes aqui citados não são suficientes, no nosso entendimento, para sugerir o indeferimento do processo em relação a eles." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só esclarecendo, Lúcio, salvo engano, o processo da Lebourg era uma revalidação. Então na revalidação tem a análise, como o senhor mesmo colocou, do relatório de avaliação do desempenho ambiental. Então nesse critério a equipe faz uma análise se houver desempenho ou não. Quando o processo é indeferido, ele vai voltar como Licença de Operação Corretiva. Então a forma de ele corrigir, no caso da Lebourg e de qualquer outro empreendimento que tem a sua atividade indeferida ou processo arquivado, caso ele pretenda voltar a operar, se estiver operando ou se operou, é por meio de licenciamento de operação corretiva, como o processo que está sendo posto agora. É como se fosse uma licença originária. Muitas vezes – não estou falando desse aqui, especificamente, estou falando de forma genérica –, nós trazemos – aí eu falo porque sou diretor de Controle Processual lá no Norte de Minas – informações de processos anteriores até para subsidiar, como a pesquisa que o senhor fez, qual é a ação do empreendimento em relação àquela licença anteriormente que foi dada a ele. Mas em relação ao desempenho ambiental, é visto realmente no processo de revalidação da licença. Revalidação ou renovação de que trata o Decreto 47.383, em que se avalia o Rada. Na Licença de Operação Corretiva, conforme instrução do processo, instruído com EIA/Rima, RCA ou PCA, e aí você faz a avaliação. É só para ter esse link. A Licença de Operação Corretiva, a Licença de Instalação Corretiva são como se fossem uma licença originária. Já na revalidação depende do desempenho ambiental da licença anterior. E quando é indeferida, se quiser voltar a operar, tem que voltar justamente com a Corretiva." Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: "Só uma questão que eu acho que ficou ausente da resposta – ou pelo menos eu me perdi e não consegui localizar – é a de um senhor que perguntou quanto às outras formas de tratamento e de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas. Eu queria entender um pouco também. Foi uma dúvida que surgiu, e queria entender um pouco do que se trata isso, por favor." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Algumas atividades desenvolvidas no empreendimento nós não conseguimos classificar pelas atividades listadas na DN 74. Nesse caso específico, nós classificamos as áreas de disposição de material excedente, que são denominadas ADMEs. Foram, especificamente, três áreas, que foram implantadas durante a fase emergencial, que tinham o objetivo de receber materiais ou retirados das obras, mas, principalmente, do rejeito que foi lançado ao ambiente, especificamente o rejeito de Bento Rodrigues. Então a

soma dessas áreas dá acima de 1 milhão m<sup>3</sup>, por isso classe 6 também. Inicialmente, existia um projeto de retirada do rejeito disposto em Bento Rodrigues, que é cerca de 1 milhão m<sup>3</sup>, para disposição nessas áreas. Parte do rejeito que foi retirado também para construção do Dique S4 foi disposto numa dessas ADMS, e uma vez que ela não se configura como aterro, mas também não se configura como pilha de estéril nem rejeito e também não existia pilha de rejeito na DN 74, até então, nós classificamos como outras formas de disposição e tratamento, porque não existe uma atividade melhor. Especificamente, são essas estruturas, e quantificamos outras áreas de disposição que também não se classificavam especificamente, como alguns bota-foras específicos, que ficaram como áreas permanentes e não temporárias dentro dessa tipologia.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Ainda também a respeito disso um pouco, esperando a resposta em relação à quantificação do que vai ser gerado e a disponibilidade. Aí, Claudinei, eu gostaria que você me ajudasse porque na hora que a gente fala assim eu falo de disposição em geral, tanto do que agora está sendo, de lama, e de estéril. A lama está virando estéril também, então mais uma coisa. Inclusive, eu gostaria que você, como técnico na área, prestasse atenção na resposta para nos auxiliar nesse aspecto.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Figura 3.1, balanço de massa dos concentradores; figura 3.2, plano de disposição do rejeito de lama, páginas 30 e 31. Nós vamos ter que somar, e eu não consigo dar esse número para o senhor, mas tem por ano a quantidade de lama gerada, por ano, a quantidade de lama disposta por estrutura, por concentrador, de acordo com a estratégia para retomada. Páginas 30 e 31. Até o ano 10, dentro do SDER Cava de Alegria Sul, como se vai observar na figura 3.2.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “E quando você fala na página 16, da SDER da Alegria Sul, após o esgotamento do rejeito pelo concentrador 3, vai para a SDER da Alegria Norte, até disponibilidade de nova estrutura. Que nova estrutura seria essa?” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Como já foi citado anteriormente, uma nova estrutura que ainda não foi apresentada, então não é retratada nesse parecer.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Senhores conselheiros, como a gente vem batendo nessa tecla, realmente não tem resposta, ou que seja para dez anos, porque só tem para oito, e aí os outros dois anos já não tem. E agora de novo até disponibilização de nova estrutura. Mas eu acho que já ficou claro e patente para todo mundo que isso é um problema seus, e vocês não têm solução e estão esperando a condescendência do Estado para resolver isso quando puder. Porque a simbiose entre a Vale, que já foi Estado e parece que continua sendo Estado ou mais do que o Estado hoje, está patente para todo mundo. Então não precisa tocar mais nesse assunto. Uma pergunta que ficou sem resposta, Yuri, e está dentro do parecer, do item 8, sobre a eficácia das ações de recuperação do passivo ambiental, o parecer da Supram Central de indeferimento da renovação da Licença de Operação da Samarco apresentou doze recomendações para o tratamento do passivo ambiental. Perguntamos a

3434 Supri se ela atesta que essas doze recomendações para o tratamento do  
3435 passivo ambiental foram atendidas.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAP:  
3436 “Conforme nós levantamos com relação ao parecer citado, o parecer não foi  
3437 indeferido. Ele foi sugerido para o indeferimento, mas o processo foi arquivado,  
3438 uma vez que se tratava de uma revalidação de LO que contempla estruturas  
3439 que perderam o objeto, inclusive, a barragem de Fundão e a barragem de  
3440 Germano e as suas estruturas de Sela, Selinha e Tulipa como eram  
3441 anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão. As 12 recomendações  
3442 citadas não se tratam de passivo ambiental, mas de 12 recomendações  
3443 apresentadas pelo auditor externo e são recomendações vinculadas à auditoria  
3444 da barragem e não ao passivo ambiental vinculado à licença. Essas  
3445 recomendações não são verificadas pelo licenciamento ambiental, são  
3446 recomendações vinculadas ao acompanhamento das auditorias, e nós também  
3447 entendemos que essas recomendações perderam o objeto, considerando as  
3448 recuperações e as obras de reforço vinculadas a essas estruturas.  
3449 Considerando que em 2019, no último setembro, foram apresentadas tanto à  
3450 ANM, por força da Portaria 70.389, quanto à FEAM, dentro do BDA, todas as  
3451 declarações de estabilidade quanto as documentações pertinentes à  
3452 estabilidade das estruturas, então isso significa que os órgãos acompanharam  
3453 as recomendações dos auditores e todas as recomendações foram cumpridas  
3454 para que essas declarações de estabilidade fossem emitidas.” Conselheiro  
3455 Lúcio Guerra Júnior: “Uma pergunta sobre o relatório que foi apresentado pela  
3456 Samarco. Não sei se vocês vão responder, porque diz respeito à barragem de  
3457 Germano, sobre as causas de estabilidade e os controles preventivos. Foram  
3458 feitos em 2016. Depois de 2016 foi realizado mais algum controle? Qual a razão  
3459 de ter só esse controle, já passados três anos, e não foi falado se houve mais  
3460 esses controles preventivos ou não?” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAP: “Os  
3461 estudos estão sendo, inclusive, refeitos, considerando as novas obras. O  
3462 empreendedor ainda tem um prazo para poder apresentar os estudos, segundo  
3463 a legislação, até fevereiro do ano que vem. Nós vamos receber esses estudos  
3464 de acordo com a regulamentação também, eles vão apresentar tanto dentro do  
3465 licenciamento quanto à FEAM e à ANM. A responsabilidade é do  
3466 empreendedor, de acordo com a 12.334, que é a lei que determina a questão da  
3467 Política Nacional de Barragens. E ainda não se sabe de quem vai ser a  
3468 competência de analisar, especificamente, isso. Mas eu acho que o mais  
3469 importante é ressaltar que ainda existem obras em curso e que o dam break  
3470 leva em consideração toda a estrutura e ainda existem outras regulamentações  
3471 que estão definindo o que tem que ser considerado nesses estudos. Então  
3472 mesmo que novos estudos tenham sido realizados, novos estudos ainda estão  
3473 sendo feitos, de toda maneira, essa regulamentação vai trazer como esses  
3474 estudos serão avaliados no âmbito do licenciamento ambiental. Esse estudo  
3475 apresentado dentro do licenciamento é para conhecimento do público, mas nós  
3476 não adentramos nessa análise, uma vez que ela é considerada suficiente.”

3477 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só para deixar mais claro em relação à  
3478 atuação da empresa para ter os seus objetivos, igual foi falado aí pela TÜV Süd,  
3479 dos técnicos dela que foram pressionados por causa do contrato, para não  
3480 perder o contrato, assinar o laudo que serviu só para a continuidade do  
3481 empreendimento. Nesse, em específico, por exemplo, algumas irregularidades  
3482 da empresa podem ser, certamente, de menor monta, mas mostram a condução  
3483 do empreendedor. Sobre a pilha de estéril João Manoel, de elevação que estava  
3484 licenciada, elevação para a crista de 1.110 m. E a Vale alterou para 1.125 m. O  
3485 pé da elevação, para 920 m. E foi constatado na fiscalização: 927 m. Houve  
3486 auto de fiscalização, mas não tem auto de infração a esse respeito. Na página  
3487 22, sobre a correia transportadora, a mesma coisa. Existia operação para  
3488 operar uma extensão de 12 km, e operaram 19 km. Está falando que teve auto  
3489 de infração, mas está aqui sem o número dele. Os acessos de estradas, 29,9  
3490 km, acesso regular autorizado, e a Vale fez 36,8 km, sem regularização. Foi  
3491 lavrado auto de infração; também sem número. As obras emergenciais.  
3492 Comunicação em relação a barragem Nova Santarém, também tinha um prazo  
3493 para a formalização desse processo, e não foi feito no prazo correto. ‘O  
3494 empreendimento será autuado.’ ‘A barragem de Fundão ocasionou a supressão  
3495 de nove cavidades’. Não fala o que ocorreu com essas cavidades em relação a  
3496 infração e fiscalização. Então isso é só para demonstrar a preocupação que nós  
3497 temos de tudo que foi falado aqui, apresentado no Parecer Único e o que o  
3498 empreendedor tem demonstrado para nós, para a sociedade, o seu não  
3499 cumprimento com a legislação, só postergando as coisas. E nós percebemos  
3500 uma manobra legislativa, que, inclusive, falei aqui, no início da reunião, de  
3501 reunião entre os técnicos da Vale com técnicos do Sisema. E para mudar a  
3502 legislação a favor das licenças, de como elas estão sendo concedidas. E pode  
3503 até estar sendo legal, mas está sendo antiético, está sendo imoral. E nós  
3504 estamos ficando fartos – eu, pelo menos – de estar aqui todo dia deparando  
3505 com esse tipo de situação. Eu não sei dos demais conselheiros, mas isso está  
3506 patente com o que está acontecendo. Então é uma coisa sistêmica que a  
3507 sociedade inteira tem que abrir os olhos para mudar. Do jeito que está,  
3508 realmente, eu acho que não tem como continuar. Uma pergunta para o  
3509 empreendedor. No jornal: ‘Governo dá parecer favorável para a Samarco’. Em  
3510 relação à reunião passada. E ainda a reportagem fala... Eu acho que isso até foi  
3511 explicado aqui, que, mesmo ela obtendo a Licença de Operação, ela só irá  
3512 operar no segundo semestre de 2020. E estamos dando essa licença agora,  
3513 não sei porque. Aí a gente já fica pensando se é por causa da denúncia, do  
3514 alerta que o Gustavo fez ali. Porque daqui a 50 dias a empresa vai ter que  
3515 apresentar, Claudinei, perante o Estado, o descomissionamento da barragem.  
3516 Então será que ela está adiantando esse licenciamento por causa disso? A  
3517 segurança que a Vale teve ao conversar com o governador do Espírito Santo,  
3518 de falar que dia 25 ela estaria. ‘A Vale é sócia da Samarco, então se confunde,  
3519 mas, se vocês querem, que chamem de Samarco, sem problema,

3520 Samarco/BHP Billiton/Vale. Fica melhor assim, que é tudo uma coisa só. Mas  
3521 então fica costurando por cima e aparecendo aqui para nós. Esta reunião e  
3522 essas outras têm que ficar para a história. Yuri, não tem jeito de não devanear  
3523 um pouco por tudo que temos passado. E aqui eu acho que falo em meu nome  
3524 e em nome de muitas pessoas que estão aí fora e que não têm condição de vir  
3525 e de falar aqui. É o nosso papel aqui, inclusive. E para a Samarco. Fala aqui na  
3526 reportagem. Se está falando verdade ou não... Que os recursos necessários  
3527 para a planta de filtragem, parece que dependem dessa estrutura toda que está  
3528 sendo discutida, dependem dessa planta de filtragem que foi apresentada.  
3529 Inclusive, Yuri, eu gostaria de pedir ao senhor e ao representante da Samarco a  
3530 disponibilização do que foi passado ali, se possível, a disponibilização da  
3531 apresentação da Samarco. De que essa planta de filtragem será sujeita a  
3532 aprovação dos acionistas. Voltamos a ficar na mão do interesse do capital. Vai  
3533 ser ainda aprovado aqui para depois – é o que está falando aqui – ser decidida  
3534 uma coisa pelos acionistas ainda. Então eu fico deverasmente desconfortável  
3535 nessa posição, sendo tudo que vai ser decidido na vontade do empreendedor,  
3536 de subir ação, de descer ação, de fazer isso nesse momento, de não fazer isso  
3537 nesse momento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O empreendedor

3538 quer se manifestar sobre esse ponto levantado pelo Lúcio? Em relação aos  
3539 laudos, tem algum laudo da TÜV Süd que foi apresentado pela Samarco? Não  
3540 há? Ok. Mais algum ponto?” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz:

3541 “Presidente, eu fui citado aqui. Aliás, o Creia foi citado. E eu como  
3542 representante do Crea me sinto no direito de replicar alguma coisa do que foi  
3543 falado. Gustavo Gazzinelli está aqui presente? É uma pena que não esteja. De  
3544 uma forma bem entusiasmada, ele falou que o elogio que eu fiz à Supri não  
3545 vale para nada. Essa é a opinião dele, eu respeito a forma como ele pensa. O  
3546 que, efetivamente, eu quis dizer, eu faço questão de ler a parte final do meu  
3547 comentário, foi: ‘À Supri, pela forma correta e clara de apresentar as atividades  
3548 técnicas dos profissionais correspondentemente às suas responsabilidades,  
3549 pelos seus estudos apresentados, individualizando seus respectivos registros  
3550 nos conselhos de classe, bem como suas respectivas ARTs’. Esclareço aqui o  
3551 seguinte. Eu tenho aqui a cópia de um desses Pareceres Únicos que  
3552 mencionam exatamente isso que estou falando. E na cópia do que tenho aqui à  
3553 mão fala exatamente o que eu estou querendo dizer. ‘Anotações de  
3554 Responsabilidade Técnica’. Obviamente, aqui eu falo pelo Conselho Regional  
3555 de Engenharia, eu não falo pelos demais conselhos, mas o elogio que eu fiz  
3556 corresponde a nós do Conselho de Engenharia, bem como aos demais. Aqui eu  
3557 posso falar o seguinte. Os profissionais que estão aqui do Estado, o  
3558 responsável técnico, o nome do profissional, a formação e o registro dele no  
3559 respectivo conselho. No nosso caso aqui, Conselho de Engenharia; o número  
3560 da Responsabilidade Técnica; o CPF, o seu Cadastro Técnico Federal; e a  
3561 responsabilidade correspondente àquilo. Por que fazemos isso? O presidente  
3562 Yuri sabe da insistência que eu tenho. Quando se coloca somente o profissional

3563 e o número do Crea, nós não temos, de imediato, como verificar esse  
3564 profissional. Por que falamos isso? Primeiro, quando pedimos isso, o que eu  
3565 quero verificar? Primeiro, a validade daquela ART. Porque hoje se vai à Praça  
3566 Sete, e até diploma falso se compra lá. Então, quando aquele que quer fazer a  
3567 coisa irregularmente baixa, ele baixa da internet o formulário, preenche e  
3568 entrega. Quando o parecer vem, a única forma que temos é verificar pelo  
3569 número da ART. Eu tenho aqui também exemplo de outros conselhos que não  
3570 são o meu. Engenheiro florestal, do Crea; biólogo, CRBio; químico, CRQ;  
3571 engenheiro agrônomo, do Crea; arquiteta, advogado. Então todos os  
3572 profissionais que apresentaram o seu documento de responsabilidade técnica,  
3573 tudo foi lançado. É isso que eu fiz questão de elogiar. Eu não estou elogiando  
3574 nada além desse comportamento da equipe da Supri de colocar isso. Porque  
3575 isso permite que a sociedade verifique. Nós que somos responsáveis pelo  
3576 Conselho podemos saber se a atividade corresponde àquilo. Nós temos dois  
3577 tipos básicos de ART. A ART de cargo e função é quando a empresa vincula o  
3578 profissional como responsável técnico por aquela atividade. Tem outro tipo de  
3579 ART, que é de obra e serviço ou de projeto, que tem início e término. O  
3580 profissional que preencheu essa Anotação de Responsabilidade Técnica sabe  
3581 que a responsabilidade técnica dele é sobre aquela atividade. Então eu tenho  
3582 como verificar, quando está discriminado – razão do meu elogio – que atividade  
3583 corresponde àquela do profissional. Lamento que o Gustavo Gazzinelli não  
3584 esteja aqui para poder ouvir essa explicação, porque de repente ele pode estar  
3585 vendo isso de outra forma. Qual é a penalidade que o profissional tem no Crea  
3586 quando ele está exercendo ilegalmente a profissão? Nós temos a Câmara  
3587 correspondente que avaliou. Nós temos sete Câmaras Técnicas do Crea. Então  
3588 nesse caso aqui isso vai para a Câmara de Geologia e Engenharia de Minas. Eu  
3589 já fui conselheiro durante dois anos. Faz-se essa análise, verificando se aquela  
3590 atribuição que foi dada ao profissional corresponde. Em caso negativo, se há  
3591 uma irregularidade, aquele processo é encaminhado à Comissão de Ética do  
3592 Crea. Quais as penalidades? Primeira delas: receber uma censura reservada,  
3593 mas que fica no cadastro do profissional. Segunda etapa: se a atividade que ele  
3594 desempenhou foi colocada... Isso que eu quis dizer. Eu faço questão do  
3595 esclarecimento porque serve não só para nós aqui, mas também para o público,  
3596 para entender a razão dessa exigência. A segunda observação que eu queria  
3597 fazer aqui. A Lílian está aí? Que fez o comentário a respeito da festinha. Nós  
3598 fazíamos – e hoje, de alguma forma, não está acontecendo –, mas o Crea  
3599 permanece disposto a receber todo empreendedor que queira conversar  
3600 conosco a respeito da informação técnica. Nós não temos restrição de receber  
3601 ninguém. E insisto e ratifico aquilo que eu disse na Comissão Parlamentar de  
3602 Inquérito: não configura nenhuma possibilidade de cooptação, nós somos  
3603 profissionais, representamos uma entidade de mais de 80 anos. Eu sou  
3604 profissional há mais de 40 anos, não tenho necessidade de compactuar com  
3605 qualquer que seja. O nosso propósito é exatamente aproveitar o que vocês

3606 viram aqui, o tempo limitado para cada um falar. Quando nós fazemos a reunião  
3607 com os profissionais lá no Crea ou aonde quer que seja, nós temos a  
3608 oportunidade de esclarecer, mais detalhadamente, aquilo que não há tempo de  
3609 fazer aqui. Esse é o propósito do nosso tipo de reunião, que foi, de uma certa  
3610 forma, criticada por um parlamentar dizendo que havia um conluio entre os  
3611 profissionais dessa reunião. Então não é festinha, é reunião técnica, em que  
3612 temos o propósito de contribuir, às vezes, até criticando, muitas das vezes,  
3613 criticando e contribuindo. Se tem alguns dos profissionais que já passaram por  
3614 nossas reuniões, realmente, sabem do que eu estou falando. Por último, Lúcio,  
3615 quando você mencionou, o meu comentário na parte de espeleologia não é um  
3616 comentário de um neófito na área. Durante os cinco anos em que eu fiz o curso  
3617 de engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto eu fui espeleólogo, então eu  
3618 fiz espeleologia. Então, quando eu estou falando que o trabalho deles é um  
3619 trabalho profundo, pode ter falha como qualquer outro trabalho. Mas eu elogiei o  
3620 trabalho que foi feito pela equipe que deu suporte. Eu não estou falando aqui  
3621 como um neófito, eu conheço bastante desse assunto, embora esteja um pouco  
3622 desatualizado pela minha idade e pelo tempo que estou afastado da área  
3623 técnica. Esse é o comentário que eu gostaria de fazer. Obrigado.” Presidente  
3624 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço ao Sr. Newton. Eu acho que este  
3625 Conselho deve se pautar pelo respeito em relação ao outro, às ideias contrárias.  
3626 É isso que traz o estado democrático de direito. Nós temos destaques feitos  
3627 pela equipe, inclusive, inserção de condicionantes. Eu sei que a inserção das  
3628 condicionantes é posterior, nesse caso, mas eu vou aproveitar a discussão e  
3629 não vou colocar o processo em votação antes da inserção de condicionantes  
3630 para não falarem ‘colocou o processo em votação e depois está inserindo  
3631 condicionantes’. Então vamos discutir as condicionantes. Eu coloco em votação  
3632 o processo, depois coloco em votação as condicionantes, mas a discussão eu  
3633 quero agora.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAP: “Nós identificamos alguns  
3634 erros.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “O que vai ser colocado ali é correção  
3635 do texto das condicionantes que estão no parecer?” Presidente Yuri Rafael de  
3636 Oliveira Trovão: “Vamos ouvi-los e aí voltamos para a discussão, Lúcio?”  
3637 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Yuri, a decisão é do presidente. É só uma  
3638 colocação. Com devida vénia e respeito ao senhor, as condicionantes vêm à  
3639 parte e posterior. Você mesmo disse. Então o meu entendimento é que isso  
3640 seja feito depois da aprovação ou não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
3641 Trovão: “Ok. Só tem alguma correção além da inclusão de condicionantes?  
3642 Então faz essas correções. As condicionantes, por solicitação, então vamos  
3643 fazer diferente. Nós vamos colocar somente as correções. Colocamos em  
3644 votação o parecer conforme está. Depois apresentamos as condicionantes,  
3645 discutimos as condicionantes e votamos as inclusões. Ok? Então só as  
3646 correções agora.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAP: “Alguns erros materiais  
3647 que nós identificamos, na sua maioria, de digitação. Na página 1, onde se lê  
3648 PA/COPAM 12511, é 12512. Posteriormente, na página 97, faltou citar a

3649 cavidade CA-11 na listagem. Só para ressaltar que são todos erros materiais,  
3650 verifica-se que ao longo do parecer não há prejuízo no conteúdo das análises.  
3651 O terceiro destaque é na página 115, na figura 6.21. Apresentamos a figura  
3652 correta, porque faltou a área de influência da cavidade 49. Já apresentamos,  
3653 inclusive, para a Assoc, ou parecer com as correções para ser disponibilizado.  
3654 Posteriormente, na página 153, tabela 6.45, a cavidade SM-54A deve ser  
3655 retirada, porque ela detém baixa relevância definida, posteriormente, nesse PU.  
3656 Na página 161, novamente, onde se lê processo 12511, deveria ser 12512. E  
3657 existe uma figura que não conseguimos editar, então colocamos uma errata  
3658 também embaixo da figura, que é o mesmo processo 12511 e deveria ser  
3659 12512. Posteriormente, na página 164, na figura 7.4, na coluna vazão, o texto  
3660 do item 3 deverá ser do item 4 e o texto do item 4 deverá ser do item 3. Na  
3661 página 171, a soma está incorreta. Onde se lê 150,67 hectares deve se ler  
3662 139,5699 hectares. E, posteriormente, na tabela, que trata do mesmo assunto,  
3663 na página 176, a correção dos mesmos valores. E agora voltando à página 207,  
3664 na tabela 11.3, coluna ‘ocorrência de ‘queimadas, onde se lê ‘sete cavidades  
3665 denominadas CA-11, 14, 15, 16, lote 57...’, substituir o conteúdo pelo texto. A  
3666 justificativa é que o texto estava referente ao item ‘rompimento da barragem’ e  
3667 não ao item ‘ocorrência de ‘queimadas’. Estava duplicado. Na página 245, no  
3668 lugar de GA-04, deveria estar GS-44. Depois na página 258 onde se lê as  
3669 propostas de compensação, tem os números das matrículas, e aí a correção:  
3670 em vez de 16 matrículas, são 15 matrículas; em vez de cinco imóveis em  
3671 Mariana e Ouro Preto, são três imóveis em Mariana, um imóvel com três  
3672 matrículas em Araponga, oito imóveis no Complexo Traíras, no município de  
3673 Alvinópolis; e um imóvel em Catas Altas. Posteriormente, tem uma outra  
3674 alteração. Deveria ser ‘as técnicas propostas pelo empreendedor no âmbito do  
3675 projeto executivo de compensação florestal que fizeram regularização fundiária  
3676 por meio da doação de áreas em unidades de conservação no Parque Estadual  
3677 do Itacolomi’. Depois na página 331, como houve algumas alterações nos  
3678 números das condicionantes, a condicionante 11 cita a condicionante 8, mas na  
3679 verdade deveria ser condicionante 1º. E por último na página 334... É alteração  
3680 de condicionante.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu só gostaria de um  
3681 esclarecimento mais específico sobre os estudos sísmicos na região, se eles  
3682 estão completos e asseguram a estabilidade das estruturas que estão no  
3683 Complexo de Germano. Está sendo dissociado, foi dissociado aqui, todas as  
3684 vezes que a gente queria ver sobre a barragem de Fundão, a cava e outras  
3685 estruturas, foi sempre apartado e falando que não faziam parte desse processo,  
3686 que isso estava em um TAC junto com o Ministério Público. E nós sabemos que  
3687 tem o risco de rompimento. A maior barragem a montante está nesse complexo.  
3688 Já houve dois recentes rompimentos de barragens nesse sentido. Já que a  
3689 equipe técnica, entre aspas, ‘saiu desse embate’, e tendo a presença aqui do  
3690 Ministério Público Estadual, se o presidente pudesse convidá-la para falar  
3691 alguma coisa a respeito, e, claro, se ela concordasse em falar também alguma

3692 coisa sobre esse risco que tem de rompimento da barragem de Germano, o  
3693 potencial dano, algum entendimento, se tem essa possibilidade de ter alguma  
3694 explanação nesse sentido. E por último, Yuri, antes de o senhor colocar em  
3695 votação, o parecer de vista do Fonasc é claro no pedido de retirada de pauta,  
3696 que já foi, anteriormente, indeferido pela Presidência. Mas volto a fazê-lo,  
3697 inclusive, depois de várias coisas que foram trazidas e debatidas aqui pelo  
3698 Conselho e pelos presentes. Então eu gostaria que, antes, o senhor se  
3699 posicionasse, novamente, a respeito dessa solicitação que já foi feita e  
3700 solicitada agora novamente para ser o processo retirado de pauta.” Presidente  
3701 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Primeiro, eu vou passar a  
3702 palavra para a equipe. Creio que em relação a esses abalos sísmicos já foi  
3703 respondido, mas, como é o último questionamento do senhor, eu vou repassar  
3704 para a equipe. Por favor, responda, sucintamente, essa parte. Depois, em  
3705 relação à previsão do artigo 38 do Regimento Interno, a Presidência pode  
3706 convocar pessoas não inscritas para se manifestarem, inclusive, sentar à mesa.  
3707 Eu só não a chamo, doutora, porque nós não temos espaço. Por favor, Rodrigo,  
3708 primeiro, depois a doutora, e depois eu justifico a permanência do processo ou  
3709 não.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Como o senhor disse, essa questão dos  
3710 abalos sísmicos já foi respondida mais de uma vez. Não há relação – o  
3711 empreendedor já afirmou isso aqui – entre a operação e a possibilidade de  
3712 causar dano. Os desmontes de rochas são calculados de maneira que eles não  
3713 tenham propagação de onda que possa causar sismos em relação às estruturas  
3714 que, eventualmente, possam estar em risco. Só lembrando que, em que pese  
3715 as barragens estarem em processo de caracterização e descomissionamento,  
3716 elas têm declaração de estabilidade garantida pelo auditor, apresentada agora  
3717 em setembro.” Andressa de Oliveira Lanchotti: “Primeiramente, eu gostaria de  
3718 cumprimentar todos os conselheiros, cumprimentar o presidente, Dr. Yuri, e  
3719 também cumprimentar o conselheiro Lúcio Guerra por suas colocações aqui  
3720 pertinentes, colocações que muito ajudaram a esclarecer o procedimento de  
3721 licenciamento ambiental da eventual retomada da Samarco. Eu vou falar,  
3722 especificamente, sobre a segurança das estruturas do Complexo de Germano.  
3723 Eu assumi a coordenação do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente  
3724 do Ministério Público de Minas Gerais em dezembro de 2016. Logo na primeira  
3725 semana de trabalho, eu tinha agendada uma reunião com a empresa de  
3726 auditoria externa que faz a verificação de segurança das estruturas do  
3727 complexo, a Aecom, fruto de um acordo que foi firmado numa ação judicial  
3728 proposta pelos meus antecessores junto com o Estado de Minas Gerais em  
3729 junho de 2016, quando foi necessário esvaziar o reservatório da usina  
3730 hidrelétrica Risoleta Neves para poder receber parcialmente os rejeitos do  
3731 rompimento de Fundão. Nessa reunião, tinha equipe, inclusive, internacional da  
3732 Aecom, uma reunião de cerca de quatro horas, em que me relataram uma  
3733 situação alarmante. Havia risco de ter danos ambientais, algum rompimento  
3734 dentro do complexo, se chovesse a mesma quantidade de chuva que havia

3735 chovido no ano anterior, porque as obras necessárias para manter a segurança  
3736 não tinham sido feitas a tempo pela Samarco. Então tinha que ser colocadas  
3737 geomembranas em estruturas, e não havia tido tempo hábil de fazer. Então nós  
3738 passamos o período chuvoso de 2016 para 2017, eu accordava de madrugada  
3739 quando chovia, na situação de risco do complexo, que era muito grave ainda. E  
3740 a partir daí eu fui acompanhando, mês a mês, o serviço de auditoria externa.  
3741 Nós fizemos outros Termos de Ajustamento de Conduta sobre a segurança do  
3742 complexo. O último deles foi feito no dia 9 de setembro deste ano e prevê o  
3743 acompanhamento da auditoria externa na eventual retomada, inclusive, o  
3744 acompanhamento da implantação da planta de filtragem e da descaracterização  
3745 das estruturas a montante que estão presentes no complexo, que são a  
3746 barragem de Germano, a cava de Germano e os diques de Sela, Tulipa e  
3747 Selinha. Então eu acompanho, e os senhores conselheiros receberam as atas  
3748 dessas reuniões desde dezembro de 2016. São reuniões técnicas, em que vem  
3749 a equipe de geotécnicos, muitas vezes, profissionais dos Estados Unidos e do  
3750 Canadá. Qual é a situação hoje? Foram colocados os parâmetros para o  
3751 descomissionamento de acordo com as melhores práticas internacionais. Então  
3752 hoje as estruturas que vão passar por descomissionamento já estão atendendo  
3753 esses parâmetros para condição de segurança drenada, não drenada, pós-  
3754 liquefação, de acordo com as melhores práticas internacionais. É um paradigma  
3755 para o descomissionamento das demais estruturas. Inclusive, essa tabela de  
3756 fator de segurança que é utilizada pela Aecom é a que o Ministério Público quer  
3757 que o Estado absorva para a regulamentação das estruturas a montante  
3758 decorrentes do artigo 13 da Lei Mar de Lama Nunca Mais, que é a Lei Estadual  
3759 23.291. Então hoje é feito um acompanhamento por auditoria externa,  
3760 verdadeiramente independente, não apenas da auditoria externa que emite as  
3761 DCEs para a Samarco. Nós temos esses dados, esses estudos. Barragem é  
3762 sempre uma situação de risco, precisa de monitoramento constante. Esse  
3763 acordo de setembro nos dá a segurança que vai continuar tendo esse  
3764 monitoramento durante o descomissionamento. Falar que não vai ter  
3765 rompimento, não pode acontecer algum colapso, isso eu não posso afirmar,  
3766 porque é necessário fazer esse acompanhamento, mês a mês, diurno, pela  
3767 Samarco. Mas o Ministério público, pelo menos hoje, tem a segurança que tem  
3768 uma auditoria que vai continuar acompanhando. Então a situação das estruturas  
3769 hoje é estável, os projetos, muitos já estão prontos, algumas já estão passando  
3770 por descomissionamento de acordo com as melhores práticas de engenharia  
3771 mundiais. Então é isso que eu posso relatar aqui hoje.” Presidente Yuri Rafael  
3772 de Oliveira Trovão: “Agradeço a Dra. Andressa pelas manifestações. É uma  
3773 pena não ter o Ministério Público aqui no nosso Conselho. Na minha opinião, o  
3774 Ministério Público, a Polícia Federal e o nosso Judiciário, no que pese algumas  
3775 críticas em relação ao Judiciário, são instituições de grande valia à nossa  
3776 sociedade. Nós temos grandes promotores, a senhora o Dr. Francisco  
3777 Generoso. São pessoas capacitadas. Eu até convidei o Dr. Francisco para fazer

aquela palestra que ele fez no Congresso dos senhores lá em Araxá, para fazer aqui junto a este Conselho. Talvez na próxima reunião ou em outra, quando ele tiver disponibilidade, que ele faça aqui. Agradeço muito pelas observações, pelas explicações dadas. O conselheiro Lúcio solicitou que eu me manifestasse novamente em relação à manutenção ou não do processo em pauta e consequente votação. Eu manifesto pela manutenção do processo. Embora talvez aquele que fez os questionamentos não esteja satisfeito, as perguntas foram respondidas pelo empreendedor e, em sua maioria, pela equipe da Suppri. E no que pese alguns aqui não acharem que parabenizar não é útil ou que não tem valia alguma, talvez por não receber elogios ou talvez por não respeitar aqueles que o façam, eu dou parabéns à equipe da Suppri por ter esclarecido aqui todas as dúvidas que foram levantadas. Houve uma sabatina aqui, e também parabenizo o Lúcio, que tem todo o meu respeito. Foi minucioso nos questionamentos, os fez, e na medida a equipe da Suppri respondeu juntamente com o empreendedor. Creio que as dúvidas foram sanadas, e assim eu vou colocar o processo em votação.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Você ficou me devendo uma resposta. No início da reunião, eu fiz a pergunta sobre a retirada do processo da Anglo American desta reunião, você ficou de me responder o motivo pelo qual entrou em pauta e saiu de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro, eu não sei o motivo. Como não entrou em pauta, talvez foi decisão da Secretaria, eu não sei responder por que.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Eu solicito à Presidência que, na próxima reunião, essa resposta esteja presente para todos os conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, eu vou procurar saber por que esse processo foi retirado de pauta. E havendo motivo eu repasso ao senhor. Inclusive, aquele questionamento que o senhor fez em relação à Supram Jequitinhonha, nós direcionamos aquele questionamento e estamos aguardando resposta. Então senhores conselheiros, dado as correções – aí eu já solicito à Suppri que encaminho esse parecer corrigido –, eu vou colocar em votação o parecer da Suppri em relação ao item 5.1 da nossa pauta, Samarco Mineração S/A, Complexo Germano, Processo Administrativo 15/1984/107/2017. Por favor, conselheiros, se manifestem. Votos favoráveis: Paulo, Codemig; Claudinei, ANM; Fabiana, Federaminas; Verônica, Segov; Daniel, Sede; Evandro, Cefet; Enio, do Ibama; João Carlos, do Ibram; Newton, do Crea. Abstenção: Aline, da Sedese. E contrário: Lúcio, do Fonasc. E favorável ainda a Denise, do Sindieextra. Lúcio, por favor, justifique brevemente o seu voto contrário. E fica a critério da Aline justificar sua abstenção.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “O voto contrário é por tudo que foi falado, levantado nos dois pareceres, no pedido de retirada de pauta e no parecer. Ficaram ainda inconclusivas, indefinidas as disposições de rejeito. Esse apartamento das estruturas do licenciamento pode ser até legal, mas imoral, antiético. Uma barragem que tem um potencial, igual a nossa promotora aqui falou, de rompimento, de acontecer, apesar de as medidas estarem sendo tomadas. Mas foi apartado do que está sendo

3821 licenciado aqui hoje. Então alguma coisa que acontecer nessa barragem eu não  
3822 tenho como dissociar do empreendimento que está sendo votado aqui. Então o  
3823 meu voto contrário é por esses motivos. E se puder ainda acrescentar mais é  
3824 pela Samarco não ter solucionado os problemas que ela causou com o  
3825 rompimento de Fundão e ter aqui falas várias apoiando o empreendimento para  
3826 que isso, inclusive, sirva para recuperação. Isso é inadmissível. Uma  
3827 mineradora, qualquer que seja o empreendimento, já sabe que está sendo  
3828 pleiteado para operar, para entrar em funcionamento com as obrigações de  
3829 fazer. Então não se pode vincular uma coisa a outra. Muito obrigado.”  
3830 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Aline, você vai querer se manifestar?  
3831 Não? Então processo aprovado. Passamos para alteração e inclusão das  
3832 condicionantes.” Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: “Nós vamos propor a  
3833 inserção de quatro condicionantes. A primeira com relação a compensação  
3834 minerária. Já tem uma de compensação minerária no processo, mas ela trata  
3835 dos processos anteriores a 2013 que ainda têm algumas pendências. Então nós  
3836 quisemos deixar mais claro. Os processos que foram feitos de 2013 até então.  
3837 Essa condicionante 58 é: Formalizar os processos de compensação minerária  
3838 referentes às intervenções realizadas após 2013, conforme artigo 75 da Lei  
3839 20.922/2016’. O prazo é 120 dias após concessão da licença. Algumas das  
3840 condicionantes, principalmente, com relação a espeleologia, solicitam a  
3841 execução de plano de recuperação. Só para ficar mais claro, nós precisamos  
3842 analisar esses planos e aprová-los. Então nós colocamos uma condicionante  
3843 para poder apresentar esses planos para aprovação da SEMAD. ‘Apresentar os  
3844 planos de recuperação solicitados nas condicionantes 47, 50, 51, 52, 54, 55 e  
3845 56 para aprovação da SEMAD, antes da sua execução.’ O prazo de execução é  
3846 120 dias. Então solicitamos 60 dias para apresentação dos planos. A próxima, a  
3847 nº 60, que é a sugestão do Instituto Prístino, que tem discutido conosco as  
3848 análises, principalmente, com relação a espeleologia. ‘Realizar investigação  
3849 arqueológica em subsuperfície nas cavidades alvo de supressão e impactos  
3850 negativos e irreversíveis. Caso encontrados vestígios arqueológicos, paralisar  
3851 as atividades que possam causar impactos na cavidade, comunicar  
3852 imediatamente ao Iphan e à SEMAD e realizar os estudos para avaliação do  
3853 atributo de relevante histórico-cultural por esses órgãos. As ações dessa  
3854 condicionante deverão seguir os procedimentos dispostos pelas normas legais e  
3855 pelo Iphan.’ O prazo: antes da intervenção com impactos irreversíveis nas  
3856 cavidades naturais subterrâneas. Enviar comprovação em até 30 dias após  
3857 manifestação final do Iphan. E a última condicionante, proposta pelo MP:  
3858 ‘Custear estudo de avaliação de impacto ambiental integrado, a ser realizado  
3859 por empresa independente e de reconhecida expertise, que prestará serviço aos  
3860 órgãos de Estado dos efeitos das ações de fechamento de longo prazo e  
3861 descaracterização da barragem de Germano, da cava de Germano, dos Diques  
3862 de Sela, Selinha e Tulipa, situados no Complexo de Germano, e das estruturas,  
3863 barragens e diques existentes no raio de 100 km do complexo, que também

3864 passarão por fechamento e descaracterização, em virtude do disposto no artigo  
3865 13 da Lei Estadual 23.291/2019 e de outras normas legais que assim  
3866 disponham, tendo em vista a competição de tais ações pelos mesmos recursos  
3867 finitos.' Prazo: 60 dias após a emissão da licença." Conselheira Denise  
3868 Bernardes Couto: "Sobre a última condicionante, eu tenho uma observação a  
3869 fazer sobre essa inclusão. Entendo que, para haver esse tipo de inclusão de  
3870 condicionante, deveria estar pelo menos a situação da avaliação ambiental  
3871 integrada para empreendimentos minerários normatizada. Da mesma forma que  
3872 foi feita com a DN 229, que se refere aos empreendimentos hidrelétricos. E  
3873 existe uma deliberação normativa do COPAM que trata da avaliação ambiental  
3874 integrada para empreendimentos hidrelétricos. Por que não normatizar isso para  
3875 fazer isso para os empreendimentos de mineração? Ao invés de incluir a  
3876 condicionante dessa forma, sem qualquer tipo de normatização." Conselheiro  
3877 João Carlos de Melo: "Essa mesma situação me preocupa bastante, uma vez  
3878 que essa questão de avaliação ambiental estratégica se prende a grandes  
3879 empreendimentos. A avaliação ambiental estratégica desde o remanescente,  
3880 quando se iniciou esse processo, essa denominação e essa nova figura de  
3881 complementação ambiental, isso estava ligado às questões das grandes obras  
3882 de governo, ou seja, das obras nas barragens no Norte do país, das obras das  
3883 grandes hidrelétricas e tudo mais. Essa questão de regularização levantada  
3884 pela Denise, eu acho que, nesse caso, julgou eu que haveria necessidade de  
3885 uma avaliação um pouco mais detalhada desse processo como um todo. Está  
3886 se criando uma proposta a mais em uma sequência que já havia sido  
3887 regularizada há tempos atrás. Posteriormente, aqui em Minas, foi levantada a  
3888 questão específica nessa nova DN sobre barragem de hidrelétrica de grande  
3889 porte." Andressa de Oliveira Lanchotti: "Eu gostaria de fazer um esclarecimento  
3890 sobre essa condicionante. Ela surgiu do acompanhamento que nós fazemos da  
3891 auditoria do Complexo de Germano e dos projetos e obras para  
3892 descaracterização. A barragem de Germano é a maior barragem a montante da  
3893 América Latina, tem cerca de 120 milhões m<sup>3</sup> de rejeito. A auditoria já identificou  
3894 que vão competir pelos mesmos recursos logísticos cerca de vinte estruturas  
3895 que estão nesse raio de 100 km. Nós já identificamos essas estruturas, a  
3896 grande maioria, quase a totalidade, é da empresa Vale. Eles vão competir pelos  
3897 mesmos projetistas para fazer as obras de descomissionamento, pela mesma  
3898 logística de estrada, vão competir por recursos. Então a avaliação ambiental  
3899 integrada vem para evitar o caos durante essas obras, que vai ser  
3900 prejudicial para as próprias mineradoras. Porque podem ser estabelecidos  
3901 critérios de priorização, a estrutura que tem maior risco, a estrutura que tem  
3902 maior dano potencial associado, vai passar pela descaracterização primeiro. Se  
3903 são a maioria da Vale, então a Vale vai coordenar esses projetos logísticos  
3904 juntamente com a Samarco. A Vale é controladora da Samarco, junto com a  
3905 BHP. Então no âmbito da Samarco a auditoria já está fazendo esse trabalho  
3906 para as estruturas de Germano, Sela, Tulipa e Selinha. Na cava e barragem de

3907 Germano. Só que nós verificamos que é necessário mapear as outras. Então o  
 3908 Ministério Público aqui se propõe a auxiliar nesse serviço, nessa governança. O  
 3909 que nós estamos pedindo aqui como condicionante? Para a Samarco custear  
 3910 esse estudo de avaliação ambiental integrada, mesmo porque ela vai ser a  
 3911 maior impactante nesses trabalhos, tendo em vista a magnitude de Germano.  
 3912 Então é apenas custear no prazo de 60 dias. Os senhores falaram ‘não tem  
 3913 regulamentação’. Nós acabamos de finalizar um estudo de avaliação ambiental  
 3914 estratégica, juntamente com o Estado de Minas Gerais, para fazer avaliação de  
 3915 impacto das atividades off-road na porção sul da Reserva da Biosfera, Ouro  
 3916 Preto, Itabirito, para regulamentar isso. Todo ano é aquela história de o  
 3917 Ministério Público entrar com ações para evitar competições de rally e  
 3918 motocross. Agora, queremos ter o estudo e depois regulamentar. A ideia aqui é  
 3919 a mesma, é fazer o estudo para depois a SEMAD regulamentar essa atividade,  
 3920 o que já está sendo feito no âmbito do comitê de especialistas que foi criado  
 3921 pelo Estado. Então o que eu posso dizer é que o Ministério Público, juntamente  
 3922 com os órgãos de Estado, está à disposição para capitaneiar isso, gerenciar a  
 3923 governança, estabelecer qual seria essa empresa, essa instituição que poderia  
 3924 fazer o estudo. A priori, temos alguns nomes. A Poli-USP fez esse estudo agora  
 3925 para o Estado referente às atividades off-road. Nós temos a Coppe, na UFRJ.  
 3926 Então podemos intermediar, junto com o Estado de Minas Gerais. Se quiser  
 3927 constar isso em ata, eu me comprometo a auxiliar na elaboração desse  
 3928 trabalho. O que pedimos para a Samarco é que ela custeie esse estudo. Não é  
 3929 um custo tão oneroso, nós estamos falando de vinte estruturas. E a governança  
 3930 desse estudo deve ser feita pelos órgãos de Estado de Minas Gerais.”

3931 Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu gostaria de fazer uma  
 3932 complementação no sentido de que essa iniciativa, que tem as razões  
 3933 apresentadas pela Dra. Andressa, é uma percepção de uma governança de  
 3934 uma série de ativos que estarão dentro de um raio e que haverá uma demanda  
 3935 em cima desses ativos por uma série de atividades afins. Faz sentido, mas o  
 3936 que eu gostaria de complementar, que é importante, é o seguinte. Conforme um  
 3937 termo de referência definido pelo Estado. Pode ser pelo Estado, pelo Ministério  
 3938 Público, que propôs, mas ter um termo de referência definido para que o  
 3939 empreendedor saiba qual é o limite do que ele vai gastar, do que é o trabalho.”

3940 Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: “Doutor Enio, só para entender, o senhor  
 3941 está fazendo uma proposta do texto, de colocar ‘conforme termo de  
 3942 referência?’” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Mantém a ideia de  
 3943 custear, mantém a ideia de trabalhar com uma empresa independente. Só  
 3944 deixar a clareza para se entender que o céu não é o limite nem o inferno é o  
 3945 limite, custear o estudo definido conforme termo de referência definido pelo  
 3946 Estado, pelo Ministério Público, para que o empreendedor saiba no que ele vai  
 3947 estar entrando, vai estar pagando, para poder fazer um estudo que foi  
 3948 apresentado e tem muito sentido lógico de ser feito.” Andressa de Oliveira  
 3949 Lanchotti: “Eu acho a ideia excelente, a sugestão, e queria propor que seja:

3950 ‘Conforme termo de referência a ser definido pelo Ministério P<úblico de Minas  
 3951 Gerais e pelo Estado, conjuntamente.’ Porque daí nós podemos estabelecer  
 3952 essa governança conjunta, se os senhores concordarem.” Presidente Yuri  
3953 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu queria a manifestação da equipe da Supri. Eu  
 3954 entendo que é muito pertinente a condicionante, até dada a complexibilidade  
 3955 desse processo. Mas eu queria ouvir a opinião da Supri, que fez análise de  
 3956 todo o complexo.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Nós fomos convencidos pela  
 3957 Dra. Andressa, pela exposição dela, da pertinência e relevância do estudo. Nós  
 3958 somos favoráveis à inserção da condicionante, tanto que o destaque foi nosso,  
 3959 não foi pedido externo de inclusão. E também somos favoráveis a inclusão de  
 3960 termo de referência compartilhado entre o Estado e o Ministério P<úblico.”  
3961 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então ‘custear estudo de avaliação  
3962 de impacto ambiental’. Só um questionamento. Está falando que os 60 dias  
3963 seriam após a emissão da licença. Ali está falando para custear. Para custear,  
3964 você precisa do termo de referência ou não?’” Andressa de Oliveira Lanchotti:  
3965 “Eu acho que nós podemos, por meio do escopo técnico, pedir a instituição, a  
3966 proposta e o orçamento. Não precisa do termo de referência. O termo de  
3967 referência é mais complexo. Nós precisamos de um escopo de trabalho. A partir  
3968 daí, já tem a proposta de orçamento, e o termo de referência depois nós vamos  
3969 refinar, é uma atividade que tem que ser feita, às vezes, até juntamente com a  
3970 equipe que vai ser escolhida, para ela apresentar todos os critérios e tudo que  
3971 precisa ser feito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então não vamos  
3972 colocar ‘60 dias após a emissão da licença’. Vamos colocar ‘60 dias após’ o que  
3973 a senhora colocou.” Andressa de Oliveira Lanchotti: “Apresentação da proposta  
3974 financeira.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou fazer uma  
3975 intervenção aqui no seguinte. Como é que nós podemos custear um estudo de  
3976 avaliação ambiental integrada sem ter o termo? Precisa ter o termo para fazer o  
3977 orçamento, para fazer levantamento, área de abrangência, tudo. Então que seja  
3978 ‘60 dias após o termo’. O termo de referência tem que ser aprovado para o  
3979 empreendedor poder apresentar o orçamento do que ele tem que fazer.”  
3980 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Foi por isso que eu questionei. O  
3981 valor a ser custeado para isso, é necessário ter o termo? Você falou que sim.”  
3982 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Então eu tenho uma sugestão para  
3983 compatibilizar. No corpo falamos: ‘Conforme termo de referência a ser  
3984 elaborado pelo Sisema e o MPMG no prazo de 90 dias.’ Fixamos um prazo para  
3985 o termo. Daí pode colocar o custeio após o termo de referência. E aí fica ‘90  
3986 dias’ para custeio.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mas fica  
3987 parecendo que logo após os 90 dias, entregou o termo, ele tem que custear. Às  
3988 vezes, para tirar o dinheiro do caixa dele, ele precisa fazer algum levantamento.”  
3989 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Então vamos deixar só 60 dias para o termo.  
3990 As obras já estão começando, já tem obras sendo realizadas. Se nós  
3991 estendemos muito, não tem utilidade o estudo. Esse é o problema, tem que ser  
3992 rápido. Então deixamos 60 dias para fazer o termo ou até 30. Eu acho que 30

3993 dias para fazer o termo. E 60 dias, a partir do termo, para pagar, para custear.”  
3994 Conselheira Denise Bernardes Couto: “O termo vai ser feito por quem?”  
3995 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Pelo MP e o Sisema.” Presidente Yuri Rafael  
3996 de Oliveira Trovão: “Então: ‘Conforme termo de referência a ser elaborado pelo  
3997 Sisema e o Ministério Público de Minas Gerais no prazo de 30 dias. E o prazo  
3998 em relação ao empreendedor é de 60 dias após a entrega do termo. Após a  
3999 emissão do termo.’” Conselheiro João Carlos de Melo: “Será que eu poderia só  
4000 fazer uma solicitação à Dra. Andressa? Dra. Andressa, a senhora teria a  
4001 informação de quais são essas barragens que estão em processo de  
4002 descomissionamento? A senhora disse que tem uma série delas em evolução  
4003 bastante grande. Eu tenho acompanhado isso muito de perto, e me preocupam  
4004 muito esses prazos, porque realmente, primeiro, a falta de equipamento que nós  
4005 temos no Brasil hoje, em função do que foi feito esses anos para trás. E  
4006 segundo pela própria localização, pela própria demanda também específica de  
4007 técnicos cadastrados, vamos chamar assim, de técnico de nível para fazer toda  
4008 essa elaboração. Ou seja, pelo que consta, nessa região aqui, tem em torno de  
4009 50 barragens.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou perguntar à  
4010 empresa: esse preço está bom? Esse prazo é razoável para vocês. Lembrando  
4011 que, pelo Decreto 47.383, questões de prazos vocês podem discutir com a  
4012 própria Superintendência. Ok?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só uma  
4013 dúvida. No caso, esse estudo de avaliação ambiental integrada vai abranger  
4014 não só as barragens da Samarco, como de outras empresas também na região.  
4015 No caso, sabemos que é a Vale. Mas, por exemplo, de outras empresas, como  
4016 vai ser essa relação entre as empresas e a Samarco, por exemplo? Alguém vai  
4017 mediar isso? Como vai ser isso?” Andressa de Oliveira Lanchotti: “O papel da  
4018 Samarco aí é só custear. Eu acho que está tendo uma divergência de  
4019 entendimento. É só custear o estudo. Na verdade, a governança do trabalho vai  
4020 ser feita pelo Sisema com o Ministério Público, como nós fizemos no outro  
4021 estudo de avaliação estratégica. O Estado que vai pedir os dados para as  
4022 empresas. Para a Samarco é só o papel de custear o estudo e também oferecer  
4023 os seus dados quando for demandada, oportunamente.” Anderson Silva de  
4024 Aguilar/SEMAD: “Pegando um exemplo que é muito utilizado de avaliação  
4025 ambiental integrada, o empreendedor faz para a bacia ou por trecho de bacia.  
4026 Então não importa quantos empreendedores tem ali, se ele vai se articular com  
4027 os outros empreendedores, mas a responsabilidade dele é fixa. Então a forma  
4028 como está colocada ali para o Estado está coerente. Eu vou aproveitar e  
4029 questionar a empresa se os prazos são exequíveis, se é possível fazer nesses  
4030 prazos. Porque a princípio estamos fechando 30 dias para fazer o termo de  
4031 referência, um exercício muito grande entre o Estado e o Ministério Público; e  
4032 60 dias para custear, a partir da emissão do termo de referência. Eu vou só  
4033 adiantar, a equipe técnica do licenciamento concorda com a proposta.” Roberto  
4034 Lúcio dos Santos/Samarco Mineração S/A: “Só para tirar uma dúvida final. O  
4035 prazo de 60 dias para custear não seria problema para a Samarco. A dúvida é

4036 quem conduziria essa análise técnica de proposta e o processo de contratação  
4037 em si. Não sendo da Samarco, eu acho que o tempo para custear é tranquilo.”  
4038 Andressa de Oliveira Lanchotti: “A proposta é que a escolha da entidade seja  
4039 feita pelo Sisema com o MPMG, conforme o termo de referência vai definir.  
4040 Então a Samarco só vai mesmo contratar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
4041 Trovão: “Ok. Eu vou colocar em votação. Eu acho que podemos colocar em  
4042 votação as quatro condicionantes.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu  
4043 só queria perguntar o que acontece se o Ministério Público e o Sisema não  
4044 conseguirem fazer o termo em 30 dias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
4045 Trovão: “Se o Ministério Público e o Sisema não fizerem em 30 dias, o prazo  
4046 continua contando 60 dias após a entrega.” Conselheira Denise Bernardes  
4047 Couto: “Yuri, eu vou te pedir para votar separado. Porque tem condicionante em  
4048 que eu vou ter posicionamento diferente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
4049 Trovão: “Por solicitação da Denise, eu vou colocar três condicionantes em bloco  
4050 e por último aquela que deu maior discussão. Então como condicionante 58  
4051 seria: ‘Formalizar processo de compensação minerária referentes às  
4052 intervenções realizadas após 2003, conforme artigo 75 da Lei Estadual’. O  
4053 prazo é 120 dias após a concessão da licença. Condicionante 59: ‘Apresentar  
4054 os planos de recuperação solicitados nas condicionantes 47, 50, 51, 52, 54, 55  
4055 e 56 para aprovação da SEMAD antes de sua execução.’ O prazo é 60 dias  
4056 após a concessão da licença. A outra condicionante, 60, seria: ‘Realizar  
4057 investigação arqueológica em subsuperfície das cavidades alvo de supressão  
4058 dos impactos negativos irreversíveis. Caso encontrado vestígio arqueológico,  
4059 paralisar as atividades que possam causar impactos na cavidade e comunicar  
4060 imediatamente ao Iphan e à SEMAD e realizar os estudos para avaliação do  
4061 atributo de relevância histórica-cultural por esses jogos. Observação: as ações  
4062 desta condicionante deverão seguir os procedimentos dispostos pelas normas  
4063 legais e pelo Iphan. Prazo: antes da intervenção com impactos irreversíveis nas  
4064 cavidades naturais subterrâneas. Enviar comprovação em até 30 dias após a  
4065 manifestação final do Iphan.’ Em votação essas três condicionantes. Por favor,  
4066 se manifestem. Votos favoráveis: Paulo, Codemig; Claudinei, ANM; Fabiana,  
4067 Federaminas; Verônica, Segov; Daniel, Sede; Evandro, Cefet. Ausente neste  
4068 momento, Lúcio, do Fonasc. Ainda favoráveis: Enio, do Ibama; João Carlos, do  
4069 Ibram; Denise, do Sindieextra; e Newton, do Crea. E ausente neste momento  
4070 também a Aline, da Sedese. Eu vou colocar em votação a condicionante de  
4071 novo. ‘Apresentar os planos ambientais solicitados nas condicionantes 47, 50,  
4072 51, 52, 54, 55 e 56 para aprovação da SEMAD antes de sua execução. Prazo:  
4073 60 dias após a concessão da licença. Em votação. Paulo, Codemig; Claudinei,  
4074 ANM; Fabiana, Federaminas; Verônica, Segov; Daniel, Sede; Evandro, Cefet.  
4075 Ausente: Lúcio, do Fonasc. Ainda favoráveis: Enio, do Ibama; João Carlos, do  
4076 Ibram; Denise, do Sindieextra; e Newton, do Crea. Ausente neste momento  
4077 também a Aline, da Sedese. A condicionante 61 seria: ‘Custear o estudo de  
4078 avaliação de impacto ambiental integrada, conforme termo de referência a ser

4079 elaborado pelo Sisema e o MPMG no prazo de 30 dias. A ser realizado por  
4080 empresa independente e de reconhecida expertise, que prestará serviço aos  
4081 órgãos de Estado e os efeitos das ações do fechamento de longo prazo e da  
4082 caracterização da barragem Germano e da cava de Germano, dos Diques de  
4083 Sela, Selinha e Tulipa, situados no Complexo Germano, as estruturas das  
4084 barragens e diques existentes no raio de 100 km do Complexo Germano que  
4085 também passarão por fechamento e descaracterização em virtude do disposto  
4086 no artigo 13 da Lei 23.291/2019 e de outras normas legais que assim  
4087 disponham, tendo em vista a competição de tais ações pelos mesmos recursos  
4088 finitos. Prazo: 60 dias após a emissão do termo de referência'. Em votação.  
4089 Favoráveis: Paulo, Codemig; Claudinei, ANM; Fabiana, Federaminas; Verônica,  
4090 Segov; Daniel, Sede; Evandro, Cefet. Enio, do Ibama. Abstenções: João Carlos,  
4091 do Ibram; Denise, do Sindieextra. Ainda favorável: Newton, do Crea. Ausentes  
4092 neste momento Aline, da Sedese, e Lúcio, do Fonasc. Nós vamos agora para a  
4093 alteração da condicionante." Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Nós  
4094 temos um destaque para a condicionante nº 48, página 334 do PU. A  
4095 condicionante pede como medida protetiva a não utilização de maquinários de 1  
4096 a 9 – com base no documento que foi apresentado, estão citados os nove  
4097 equipamentos – a menos de 10 m das cavidades inseridas no Complexo  
4098 Germano. E o maquinário 10, um único maquinário, a menos de 45 m, com  
4099 base nas informações técnicas apresentadas nesse documento de ensaio  
4100 sismográfico. O que a Samarco gostaria de solicitar à equipe técnica que fez a  
4101 análise e a proposição da condicionante é que do maquinário fossem isentadas  
4102 as estradas de acesso nessa condicionante, tendo em vista que tem estradas  
4103 que estão próximo das cavidades, e, inclusive, precisa utilizá-las, fazer o uso  
4104 das estradas para, inclusive, executar algumas medidas de mitigação também  
4105 solicitadas no PU, na condicionante. Então nós queríamos solicitar a isenção  
4106 das estradas nessa condicionante, inclusive, utilizando da progressiva do nosso  
4107 plano de monitoramento sismográfico, que também está previsto nas  
4108 condicionantes, para certificar que o tráfego hoje já existente não vá gerar  
4109 impactos nas cavidades que estão próximo das estradas, assim como hoje já  
4110 atestamos isso num projeto de execução da Samarco, que a Samarco já vem  
4111 acompanhando os monitoramentos sismográficos. Inclusive, as vibrações se  
4112 apresentam em níveis tão inferiores do tráfico da estrada, que em alguns casos  
4113 chega a não disparar os equipamentos de vibração. Então esse é o nosso  
4114 pedido de apreciação da equipe técnica." Isabel Mascarenhas Ribeiro de  
4115 Oliveira/Supram Central Metropolitana: "Essa condicionante foi proposta em  
4116 coerência com os estudos apresentados da Elo Engenharia, em conjunto com a  
4117 Carste, que tinham exatamente essa redação. Então foi simplesmente uma  
4118 retirada dos estudos apresentados pela própria Samarco. O que propomos  
4119 como possível de ser feito é que seja realizado o monitoramento sismográfico.  
4120 Então a utilização só poderá ser realizada se houver o monitoramento  
4121 sismográfico sendo feito em concomitância com a utilização dessas estradas."

4122 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Tem uma redação, Isabel?"  
4123 Isabel Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram Central Metropolitana: "A  
4124 utilização de maquinários só poderá ser realizada mediante monitoramento  
4125 sismográfico." Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Se permite, eu  
4126 queria sugerir o seguinte. 'A utilização de maquinários em cavidades a menos  
4127 de 10 m só será permitida mediante a execução do monitoramento sismográfico  
4128 nessas cavidades'. Poderia ser?" Isabel Mascarenhas Ribeiro de  
4129 Oliveira/Supram Central Metropolitana: "Mas isso seria só para a de 10 m?"  
4130 Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Sim, porque é o cenário mais  
4131 restritivo." Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: "Talvez possamos colocar no final  
4132 da condicionante uma observação 'exceto o uso das estradas'. Discrimina as  
4133 atividades. Como você mesmo disse, é necessidade de manutenção etc. E  
4134 ainda assim concomitante ao monitoramento. Quais são as atividades?"  
4135 Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Nós temos estradas de acesso no  
4136 Complexo de Germano que são utilizadas para várias atividades. Talvez eu não  
4137 saiba elencar todas, mas as estradas são importantes para que elas ocorram. E  
4138 o fato de ter a restrição de uso dessas estradas a menos de 10 m poderia  
4139 inviabilizar a utilização dessas estradas para a realização dessas atividades. E a  
4140 Isabel comentou, é importante o que ela comentou. De fato, está presente isso  
4141 no nosso estudo, mas esse estudo foi focado na região da Alegria Norte, e  
4142 poderíamos, inclusive, desenvolver um estudo específico para o caso das  
4143 cavidades que estão na região do Complexo de Germano e Alegria Sul. Então  
4144 eu acho que, se vocês acatarem essa sugestão de que qualquer utilização de  
4145 equipamento desses maquinários, a menos de 10 m de atividades, for mediante  
4146 a medição sismográfica, nós poderíamos comprovar para vocês que a utilização  
4147 da estrada não traria prejuízos às cavidades, assim como já temos feito no  
4148 SDER Cava Sul." Isabel Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram Central  
4149 Metropolitana: "Realmente, nós não nos opomos à utilização das estradas,  
4150 contanto que se garanta a integridade física das cavidades. Tem uma  
4151 condicionante específica de monitoramento da integridade física das cavidades  
4152 e a condicionante de sismografia. Então não vemos problema. Mas essa  
4153 redação específica foi feita exatamente para estradas. Ainda que tenham sido  
4154 realizadas para Alegria Norte, entendemos que poderiam ser usadas em todo o  
4155 complexo. A redação, de fato, eu acho que pode ser na forma de uma  
4156 observação. Eu entendo que não precisaria falar das atividades, já que já estão  
4157 direcionadas às estradas, propriamente dito, que tem uma outra, de  
4158 monitoramento sismográfico específico. A 47 já está abarcando outras  
4159 atividades." Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: "Ok. Só que o que precisa ficar  
4160 claro é: ou trabalhamos no início da redação da condicionante, onde está escrito  
4161 'não utilizar equipamento'... Porque, obviamente, pela descrição do  
4162 equipamento, esse equipamento não transita em outro lugar que não seja  
4163 estrada. Caminhão betoneira, caminhão-pipa só vai passar na estrada, não vai  
4164 subir o maciço rochoso. Então já está falando ali de estrada. Ou faz essa

4165 alteração e troca ‘não utilizar’ por ‘realizar o monitoramento durante o uso das  
 4166 estradas, quando utilizar as máquinas’. E aí continua a redação. Ou realmente  
 4167 temos que vir com a observação de ‘quando utilizar estradas que constam no  
 4168 previsto no item acima, realizar o monitoramento concomitantemente. Mas o  
 4169 que me parece é que não é a realidade, porque a estrada você vai utilizar a todo  
 4170 momento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer uma  
 4171 sugestão. Exemplo: ‘A utilização de maquinários 1 a 9 somente será possível  
 4172 mediante... Monitoramento sismográfico. E poderia acrescentar algo mais.  
 4173 ‘Verificado que a sismografia apresentou risco à integridade das cavidades, a  
 4174 paralisação deve ser imediata’.” Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A:  
 4175 “Perfeito. Concordamos com a redação.” Isabel Mascarenhas Ribeiro de  
 4176 Oliveira/Supram Central Metropolitana: “Estamos de acordo.” Presidente Yuri  
 4177 Rafael de Oliveira Trovão: “A utilização de maquinários de 1 a 9 do caminhão  
 4178 basculante, caminhão betoneira, caminhão fora de estrada, a menos de 45 m  
 4179 das cavidades somente será possível desde que acompanhada de  
 4180 monitoramento sismográfico concomitante à sua utilização e de integridade  
 4181 física.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu acho que o  
 4182 ‘concomitante’ é porque na hora em que se está manipulando um equipamento  
 4183 pesado é que nós vamos ter reflexos, ondas sísmicas etc. Se nós vamos fazer  
 4184 depois, não vai registrar nada. Se vamos fazer antes, não vai registrar nada.  
 4185 Então é concomitante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agora em  
 4186 relação às observações me auxiliem aqui. ‘Havendo risco à integridade das  
 4187 cavidades, deverá ser interrompido, imediatamente, o trânsito do maquinário.’  
 4188 Pode ser assim? ‘E comunicado ao órgão ambiental competente’.” Isabel  
 4189 Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram Central Metropolitana: “Integridade  
 4190 física, por favor. Só fazer um esclarecimento que tem parâmetros específicos  
 4191 para cavidades, tanto na norma ABNT quanto parâmetros do próprio Cecav. E  
 4192 foi solicitado que sejam seguidos esses parâmetros para avaliação. E o  
 4193 ‘concomitante’ é importante para que entendamos realmente a relação de causa  
 4194 e efeito. Porque, se houver um dano à cavidade, se não for um monitoramento  
 4195 sempre que houver isso, não temos como afirmar que o dano esteve associado  
 4196 ou não ao uso da estrada.” Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: “Eu  
 4197 gostaria só do último esclarecimento. Eu posso acompanhar a periodicidade do  
 4198 monitoramento sismográfico proposto nesses monitoramentos?” Isabel  
 4199 Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram Central Metropolitana: “Você diz a  
 4200 periodicidade de entrega de relatórios?” Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração  
 4201 S/A: “Não. Do monitoramento, da medição. Um dano vai ser verificado  
 4202 independente se estiver monitorando diariamente, semanalmente,  
 4203 mensalmente. Eu vou trazer resultados para vocês se fizermos a coleta, como  
 4204 temos feito em outros locais.” Isabel Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/Supram  
 4205 Central Metropolitana: “Você diz então do monitoramento da integridade física  
 4206 dessas cavidades. Aquele monitoramento de acompanhamento se houve dano.”  
Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: “Sim.” Isabel Mascarenhas Ribeiro

4208 de Oliveira/Supram Central Metropolitana: "Sim, mas eu imagino que os  
 4209 sismógrafos estão pensando em deixar fixos em alguns locais de grande  
 4210 circulação – imaginando como vai ser a execução desse plano – e com o  
 4211 monitoramento em que se avalia se a vibração está chegando dentro dos níveis  
 4212 solicitados pela ABNT e o Cecav." Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A:  
 4213 "Nós podemos ter uma segunda observação. Após um período, se não tiver  
 4214 qualquer dano identificado, podemos aumentar?" Presidente Yuri Rafael de  
 4215 Oliveira Trovão: "A intenção do órgão ambiental é que esse acompanhamento  
 4216 seja constante." Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Ok. Nessa  
 4217 situação, há menos de dez metros." Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD:  
 4218 "Nesse caso, você vai monitorar até que entregue os estudos que, inclusive,  
 4219 apresentou no plano de monitoramento da condicionante anterior, e os estudos  
 4220 complementares das cavidades, que aí vão apresentar o monitoramento como  
 4221 um todo. Enquanto isso, você monitora constantemente para poder embasar a  
 4222 frequência dos monitoramentos posteriores." Isabel Mascarenhas Ribeiro de  
 4223 Oliveira/Supram Central Metropolitana: "Só um esclarecimento. No caso de  
 4224 realmente, depois de certo período de monitoramento, se vocês averiguarem  
 4225 que não há risco às cavidades, pode ser solicitada alteração de condicionante,  
 4226 retiradas de condicionante. É uma nova solicitação, que vai haver um  
 4227 julgamento." Gustavo Pedersoli/Samarco Mineração S/A: "Perfeito." Presidente  
 4228 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, podemos colocar em  
 4229 votação? Eu vou ler a condicionante toda. 'A utilização de maquinários de 1 a 9,  
 4230 caminhão basculante, caminhão betoneira, caminhão fora de estrada,  
 4231 caminhão-pipa, carregadeiras, gerador portátil, guindaste sobre pneus,  
 4232 perfuratriz e retroescavadeiras, a menos de 10 m das cavidades inseridas no  
 4233 Complexo de Germano, e maquinários 10, rolo compactador, a menos de 45 m  
 4234 das cavidades, somente será possível desde que acompanhada  
 4235 concomitantemente de monitoramento sismográfico e de integridade física.  
 4236 Observação: havendo risco à integridade física das cavidades, deverá ser  
 4237 interrompido imediatamente o trânsito do maquinário e comunicado ao órgão  
 4238 ambiental competente'. O prazo é durante a vigência da licença. Votos  
 4239 favoráveis: Paulo, Codemig; Claudinei, ANM; Fabiana, Federaminas; Verônica,  
 4240 Segov; Daniel, Sede; Evandro, Cefet; Enio, Ibama; João Carlos, Ibram; Denise,  
 4241 do Sindieextra; Newton, Crea. Ausentes neste momento: Aline, da Sedese, e  
 4242 Lúcio, do Fonasc."

**6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.**

**6.1) Extratora de Areia Primo Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.**

**Passos/MG. PA 00209/1999/015/2019, ANM 830.130/1999, 830.131/1999, 830.813/2015, 830.814/2015 e 830.815/2015. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**

**Supram Sul de Minas.** Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: "O meu pedido de destaque nesse processo, eu me lembro de que esse processo já tinha entrado em pauta em algum tempo e, por recomendação da própria

4251 Supram Sul de Minas, foi retirado de pauta exatamente para complementar  
4252 informações. Eu tomo a liberdade aqui de comentar porque o responsável  
4253 técnico desse processo é um colega nosso – está ali presente –, e eu o alertei,  
4254 falei ‘procure a Supram correspondente uma vez que os seus documentos  
4255 foram colocados e foram reconsiderados’. Tanto que esse processo volta agora  
4256 aqui à discussão para aprovação já incorporado de todas as melhorias e de  
4257 toda a documentação que tinha sido colocada anteriormente. Aproveito também  
4258 para cumprimentar a equipe da Supram Sul – não sei se eles estão aqui  
4259 acompanhando – pela iniciativa de retomar o processo e reconsiderar aquilo  
4260 que efetivamente era, considerando que é uma empresa que já opera na cidade  
4261 de Passos há bastante tempo e tinha toda a documentação consistente para,  
4262 eventualmente, submeter. Tanto que o processo volta à pauta com indicação de  
4263 deferimento. Esse é o meu destaque.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só um  
4264 pequeno esclarecimento. Sempre tem nesses projetos análise, logicamente, de  
4265 efluentes, e nós vemos que em cada um tem parâmetros diferentes, igual aqui  
4266 de novo não tem dos coliformes termotolerantes. Então por que isso acontece e  
4267 por que não pode ser, às vezes, alguma coisa padronizada nesse sentido.”  
4268 Ednaldo João dos Reis/Extratora de Areia Primo: “Eu sou Ednaldo,  
4269 representante técnico da empresa Extratora de Areia Primo. Como o  
4270 conselheiro Newton mesmo disse, o processo foi retirado de pauta,  
4271 anteriormente, por questões de informações que precisariam ser checadas. E  
4272 todas foram feitas, e o próprio parecer da Supram Sul de Minas é favorável ao  
4273 deferimento. Eu sou responsável técnico pela empresa desde 2015, estou à  
4274 frente de toda a parte da extração de areia, estou à frente também da parte  
4275 ambiental, com pessoas que são assessores também, que trabalhamos junto.  
4276 Nós temos preocupação, todas as condicionantes foram cumpridas. Há alguns  
4277 problemas existentes? Sim. Mas não deixamos de cumprir com o acertado nas  
4278 condicionantes quando essa licença foi outorgada. Então, quer dizer, as  
4279 condicionantes estão aí, as informações foram complementadas, e o parecer ao  
4280 deferimento. Então eu acho que é importante ressaltar isso. É uma empresa  
4281 que está há mais de 20 anos extraíndo areia nesse local, é uma atividade  
4282 minerária e, por ser uma atividade minerária, tem um alto risco. Mas é uma  
4283 atividade muito diferente e com medidas mitigadoras, em certo sentido, fáceis  
4284 de serem cumpridas. Enfim, eu acho que o importante é que a empresa tem  
4285 todo esse controle, como está no parecer. Vocês podem constatar. Nós temos  
4286 essa preocupação e acreditamos na sustentabilidade ambiental com a  
4287 mineração.” Fernando Baliani da Silva/Supram Sul de Minas: “Em relação aos  
4288 apontamentos que foram colocados pelo conselheiro do Crea e também pelo  
4289 empreendedor, de fato, nós fomos surpreendidos previamente à reunião, pelo  
4290 empreendedor, que teria posse de alguns documentos que deveriam ser  
4291 analisados por nós previamente à deliberação. Por uma questão de cautela, nós  
4292 solicitamos a retirada do processo de pauta e nos reunimos, presencialmente,  
4293 com o empreendedor. De fato, ele estava munido de documentos. Por uma

4294 questão de desvio desses documentos no Siam, não estar digitalizado,  
4295 problema de documento ter extraviado e estar em outro processo físico, nós  
4296 verificamos a veracidade dos documentos por ele apresentados, constatamos  
4297 tal fato, apreciamos a documentação, reavaliamos o processo, e o parecer teve  
4298 a mudança para o deferimento. Em relação à colocação do conselheiro Lúcio,  
4299 do Fonasc, de fato, existe um esforço nosso para poder fazer o alinhamento de  
4300 monitoramento de efluentes, mas esse parâmetro, especificamente, de  
4301 coliformes, salvo engano, pede uma média de seis amostras mínima. Como  
4302 estamos pedindo o laudo semestral, esse parâmetro não teria essa média. No  
4303 entanto, para um empreendimento de mineração com uma quantidade de  
4304 funcionários bem reduzida, o sistema de controle, no caso, para tratar efluente  
4305 sanitário, consegue atender esse parâmetro, e não há necessidade de ter um  
4306 tratamento de perto para coliformes termotolerantes. Também tem que se dizer  
4307 que o lançamento se dá no rio Grande, rio federal, e a Agência Nacional de  
4308 Águas, para lançamento de efluente, tem uma outorga para atestar o  
4309 lançamento de tal efluente.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Mas não seria  
4310 importante ter essa medição, mesmo que se fosse exigindo um esforço a mais  
4311 dos empreendimentos de fazer nessa sequência para ter esses dados  
4312 concretos? Porque os efluentes, não precisamos ir longe, em todos os rios e  
4313 córregos que passam perto das cidades tem problema de efluente sanitário nos  
4314 córregos e nos rios. E da mesma maneira a mineração, as indústrias. Então eu  
4315 acho que deveria ser um projeto na direção de que realmente o que for  
4316 devolvido, lançado nos rios, esteja nas mesmas condições que aquele rio  
4317 apresenta. É mais só nesse sentido.” Fernando Baliani da Silva/Supram Sul de  
4318 Minas: “Conselheiro Lúcio, para empreendimentos, por exemplo, estação de  
4319 tratamento de efluentes sanitários, de esgotos sanitários de municípios, de um  
4320 aporte de efluentes muito mais elevado, segue-se a nota técnica da Dimog, e  
4321 esse parâmetro – inclusive, ecotoxicidade, a parte de coliformes – é analisado  
4322 mais de perto. Para empreendimentos que têm número reduzido de  
4323 funcionários, o que se tem percebido, até de laudos anteriores e até de literatura  
4324 técnica, é que esse parâmetro coliforme é atendido, é mitigado pelo sistema de  
4325 controle fossa séptica-filtro anaeróbio. Mas de qualquer forma, em momento  
4326 oportuno em que formos nos reunir para debater o alinhamento, eu colocaria a  
4327 sua solicitação em discussão.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Esse  
4328 processo, presidente, é um exemplo típico que podemos aproveitar para orientar  
4329 também os empreendedores que aqui estão quando o processo é apresentado  
4330 em pauta com indicação de indeferimento e se o empreendedor reconhece que  
4331 tem documentação, como é o caso. Fernando, eu não o conhecia  
4332 pessoalmente. Parabéns pela equipe ter considerado esse processo, porque é  
4333 uma oportunidade de o sistema ambiental, realmente, reconhecer que aquele  
4334 empreendedor que está correto dentro do sistema merece o deferimento do  
4335 processo. E veio para nós aqui para que a gente analise e delibere se vai votar  
4336 positivamente ou não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não havendo

4337 mais nenhuma manifestação, eu vou colocar em votação o processo. Item 6.1  
4338 da nossa pauta, Extratora de Areia Primo Ltda. Processo Administrativo  
4339 00209/1999/015/2019. Conselheiros, por favor, se manifestem. Votos  
4340 favoráveis: Codemig, ANM, Federaminas, Segov, Sede, Cefet, Ibama, Ibram,  
4341 Sindistra, Crea e Sedese. Abstenção: Fonasc.” **7) PROCESSO**  
4342 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
4343 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **7.1) MR**  
4344 **Mineração Ltda. Mina do Baú. Lavra a céu aberto, minério de ferro; estrada**  
4345 **para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos**  
4346 **minerários, unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a**  
4347 **seco e pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Barão de Cocais e Santa**  
4348 **Bárbara/MG. PA 00395/1998/031/2015 ANM 832025/2014. Classe 4**  
4349 **(Conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
4350 **Supri.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do Fonasc e vista  
4351 conjunta solicitada por Ibram e Sindistra. Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Na  
4352 leitura do item 7.1 – já foi tomada a decisão de pedido de vista, tudo bem –, mas  
4353 anterior, inclusive, ao pedido de vista, eu acho que o técnico iria se manifestar  
4354 em relação à retirada de pauta ou não. Então se cabe essa volta, um passo  
4355 atrás, para manifestação do técnico, para falar a esse respeito. E, dependendo,  
4356 se ele mantiver em pauta, aí o pedido de vista já está feito. Se pode ser feito  
4357 dessa maneira.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro Lúcio,  
4358 diante do pedido de vista, o processo saiu de pauta. Então ele não tem  
4359 discussão. Então eu não vou abrir para a equipe, o processo saiu de pauta. Se  
4360 tivesse continuado, e o pedido de vista, posteriormente, tudo bem. Mas foi  
4361 objeto de vista.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
4362 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **8.1) Ferro + Mineração S/A.**  
4363 **Lavra a céu aberto, minério de ferro; unidade de tratamento de minerais**  
4364 **(UTM), com tratamento a úmido e pilhas de rejeito/estéril, minério de ferro.**  
4365 **Ouro Preto/MG. PA 03886/2007/014/2013, ANM 002700/1936. Classe 6.**  
4366 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta  
4367 com pedido de vista do Fonasc e vista conjunta solicitada por Ibram e  
4368 Sindistra. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
4369 tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de  
4370 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

## APROVAÇÃO DA ATA

---

4371  
4372 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
4373  
4374 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**